



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E URBANO (PPDRU)
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

BRUNO MOTA LOPES

**MICROCRÉDITO NA CIDADE DE SALVADOR: UM ESTUDO DE CASO EM
CAJAZEIRAS**

Salvador
2015

BRUNO MOTA LOPES

**MICROCRÉDITO NA CIDADE DE SALVADOR: UM ESTUDO DE CASO EM
CAJAZEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola.

Salvador
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Lopes, Bruno Mota

Microcrédito na cidade de Salvador: um estudo de caso em Cajazeiras. / Bruno Mota Lopes. – Salvador: UNIFACS, 2015.

102 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Profº Drº Noelio Dantaslé Spinola.

1. Microcrédito. 2. Empreendedores informais. 3. Desigualdade socioeconômica – Salvador (BA). I. Spinola, Noelio Dantaslé, orient. II. Título.

CDD: 338.9

TERMO DE APROVAÇÃO

BRUNO MOTA LOPES

MICROCRÉDITO NA CIDADE DE SALVADOR: UM ESTUDO DE CASO EM CAJAZEIRAS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbana, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Noélio Dantaslé Spinola – Orientador _____
Doutor em Análise Geográfica Regional pela Universitat de Barcelona, Espanha
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Carolina de Andrade Spinola _____
Doutora em Geografia pela Universitat de Barcelona, UB, Espanha
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Gilton Alves Aragão _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS Universidade Salvador
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Salvador, 22 de setembro de 2015 .

Dedico essa dissertação a Graziela Mota Lopes
e a Maria Antonia Farias Mota Lopes.

AGRADECIMENTOS

Segundo o poeta João Cabral de Melo Neto, um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisa sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito e o lance a outro... assim entendido devemos mostrar ou manifestar gratidão, render graças; é o exercício que nos cabe ao longo dessa vida que nos desafia diariamente.

A palavra *obrigado* vem do latim *obligatus*, particípio do verbo *obligare*. É a forma abreviada da expressão fico-lhe obrigado, típica de quando nos tornamos devedores de outrem por gestos de gentileza, bondade, manifestação de apoio, ajuda, incentivo, colaboração, direção e orientação.

Como Cora Coralina, digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor, e nesta oportunidade que mais um desafio é vencido, agradeço a minha condicionante, natural e bela admiradora, Graziela Mota Lopes, amiga e mãe, assim como ao meu pai Rogerio (em memória), a minha filha: Maria Antonia Farias Mota Lopes, que ainda que não entende o esforço, mas sentiu (como senti) algumas ausências e saudade, mesmo não estando muito longe geograficamente.

A minha irmã-amiga, Vera, meu cunhado Jakson, e minhas lindas sobrinhas Sofia (leitora voraz) e Sara (energia pura), pelos incentivos vindos em bloco, de forma contínua, além do carinho.

As avós Nair (Buzinha), Nora e dona Maricota (todas em memória viva), pela sabedoria, inteligência emocional, pelo amor que regavam diariamente e o carinho de avós. Agradecimentos especiais ao jornalista autodidata, sábio, inteligente, leitor voraz, dono de uma biblioteca rica e plural, e avó, Floriano Mota. Mesmo nos deixando cedo, plantou ensinamentos nobres sem data de validade.

As tias incentivadoras, guerreiras e sempre presentes: Celma, Nubia e Ligia, bem como os tios Fernando, Manoel, Lamartine, Helder e Emerson. Aos meus primos Mota & Lopes.

Aos meus amigos Marcio Mascarenhas, Acácio Publio, José Portela, João Andrade, Rita Almeida, Roseli Andrade, Josias Alves, Rosangela Oliveira, Jaciane Galindo, Jefferson Carlos, Antonio Trindade, Joilson Rodrigues.

A Januzia Mendes pelo apoio, incentivo, colaboração e sabedoria.

Registro a minha gratidão ao meu orientador professor Noelio Dantasle Spinola, pelos caminhos indicados, pela paciência diante da minha teimosia, pela ansiedade. Segundo Shakespeare, a melhor sala de aula do mundo está ao pé de uma pessoa mais velha (inteligente, estudiosa e provocadora).

Agradeço também a professora Carolina Spinola pelas horas detidas sobre a leitura deste trabalho, pelas críticas contundentes e as sugestões, bem vindas, assim como o professor Gilton Aragão, pelas provocações, pertinentes e muitas indicações, aproveitadas.

Aos professores do PPDRU: Prof. Edivaldo Boaventura, pela sabedoria democraticamente doada em sala de aula e pelos incentivos. Prof. Fernando Pedrão pela incansável capacidade de questionar em níveis incomuns e inibir a acomodação. Prof. Jorge Uzeda, pelas críticas bem argumentadas e provocações, que nos fez enxergar as muitas vertentes do mesmo fato; Prof. Alcides, pela rica diversidade e ao Prof. Noelio Spinola (meu orientador) por unir pontos e indicar teias teóricas, que muito colaboraram por nos fazer se apropriar de conhecimentos vários e saber mais sobre a economia baiana.

Agradeço aos profissionais que fazem o PPDRU acontecer, Joyce Barreto, Regina Ferreira, Gilsa Batista, bem como o coordenador, Prof. Laumar Neves, estudioso e incentivador.

Aos colegas do PPDRU que colaboraram por um ano, atenuando as dificuldades, os desafios e os limites de cada um.

Aos profissionais e as respectivas instituições: srs., José Corsini, Vanessa e Genaldo (CEAPE), sr. Adelmo (CEADE); sra. Marcia (Desenbahia); Equipe Etene, Regional e local (BNB).

A AMICRO (Associação das micro e pequenas empresas de Cajazeiras), nas pessoas dos senhores, Túlio (Presidente), e em especial ao sr. Jair Leal, micro empresário, diretor da instituição, e com fortes relações de afeta e de interesse com o desenvolvimento da micro região de Cajazeiras.

Aos micro empreendedores informais de Salvador, e em especial aqueles do conjunto habitacional de Cajazeiras, pela luta, persistência, decência, conquistas e os desafios assumidos diante das disparidades socioeconômica de um estado subdesenvolvido de um país subdesenvolvido.

A MPN Empreendimentos, diretoria e colegas.

Aos inquietos, persistentes, lutadores e resistentes, que sonham e buscam realizar.

“Eu sei quem eu sou e quem posso ser, se eu desejar.”
Miguel de Cervantes y Saavedra

“Não há prazer mais complexo que o do pensamento.”
Jorge Luis Borges

RESUMO

O microcrédito é a oferta de crédito para microempreendedores informais e formais urbanos que através de uma metodologia específica, viabiliza a concessão de operações de crédito de montantes pequenos, objetivando o fortalecimento dessas atividades produtivas e o crescimento da mesma, como estratégia de gerar renda e incluir socioeconomicamente os indivíduos e suas famílias. Após pesquisa que concluiu que as instituições na Bahia estariam concentradas relativamente na cidade de Salvador, buscou analisar, via o problema de pesquisa, se as instituições na capital da Bahia, tendo o complexo habitacional de Cajazeiras como locus da pesquisa, priorizavam ou não os mais pobres entre os pobres. Através da metodologia de estudo de caso, chegou a conclusão que as instituições de microcrédito que atuam em Cajazeiras colaboram na atenuação da pobreza na micro região soteropolitana (Castelo Branco, Pau Miúdo, Fazenda Grande, Águas Claras), mas ainda, apesar da proximidade, encontram certas dificuldade para fazer chegar recursos aqueles empreendedores informais de reprodução simples que trabalham diariamente com poucos recursos e tiram desses o pequeno lucro para tentarem sobreviver diariamente. Perfil de empreendedor que o impacto do microcrédito, julga-se, de maior representação na luta contra a desigualdade socioeconômica local, estadual e regional.

Palavras chaves: Microcrédito. Empreendedores informais. Desigualdade socioeconômica.

ABSTRACT

Microcredit is a credit to urban informal and formal microentrepreneurs through a specific methodology enables the granting of small amounts credit operations, aiming the strengthening of these productive activities and growth of the same, as a strategy to generate income and include socioeconomically individuals and their families. After research that concluded that the institutions in Bahia would be concentrated relatively in the Salvador city, sought to analyze, via the research problem, if the institutions in the capital of Bahia and the housing complex Cajazeiras as research locus, prioritized or not more poorest of the poor. Through case study methodology, we came to the conclusion that microfinance institutions operating in Cajazeiras collaborate on poverty alleviation in micro soteropolitana region (Castelo Branco, Pau Miúdo, Fazenda Grande, Águas Claras), but still, despite the proximity, find some difficulty to get those resources informal entrepreneurs of simple reproduction that work daily with few or little resources and take these small profit to try to survive each day. Entrepreneur profile that the microcredit impact, it is believed, greater representation in combating local socioeconomic inequality, state and regional.

Key words: Microcredit. Informal entrepreneurs. Socioeconomic inequality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ocupação em Salvador até o século XIX	23
Figura 2 - Ocupação em Salvador até 1940 (Século XX)	26
Figura 3 - Ocupação em Salvador até 1970 (Século XX)	29
Figura 4 - Reprodução de uma economia pouco dinâmica	30
Figura 5 - Ocupação em Salvador até 1980.....	34
Figura 6 - Ocupação em Salvador até 1991.....	37
Figura 8 - Cajazeiras inserida na RMS	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de Salvador - 1940 -1970.....	33
Tabela 2 - Crescimento Percentual.....	33
Tabela 3 - População e Rendimentos por bairros em Salvador (2015).....	35
Tabela 4 - População e Rendimentos no entorno de Cajazeiras.....	36
Tabela 5 - População residente no município de Salvador - 1940-1996.....	42
Tabela 6 - Instituição e número de clientes.....	67
Tabela 7 - População do Complexo Habitacional de Cajazeiras (2000/2010).....	71
Tabela 8 - Localização da pesquisa em Cajazeiras.....	78
Tabela 9 - Distribuição dos entrevistados por gênero.....	79
Tabela 10 - Escolaridade dos empreendedores.....	80
Tabela 11 - Idade dos empreendedores.....	80
Tabela 12 - Tipo de residência.....	81
Tabela 13 - Estado Civil.....	81
Tabela 14 - Número de Dependentes.....	82
Tabela 15 - Setor das Atividades.....	83
Tabela 16 - Pessoas ocupadas ou empregadas.....	84
Tabela 17 - Recurso inicial.....	84
Tabela 18 - Renda.....	85
Tabela 19 - Faturamento mensal.....	85
Tabela 20 - Crédito bancário.....	86
Tabela 21 - Acesso ao microcrédito.....	86
Tabela 22 - Instituição de microcrédito.....	87
Tabela 23 - Microcrédito.....	87
Tabela 24 - Valor do microcrédito.....	88
Tabela 25 - Benefício para renda.....	88
Tabela 26 - Benefício para atividade.....	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A CIDADE DO SALVADOR E SEUS ESPAÇOS (XIX-XX).....	17
2.1 SALVADOR – BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE (1850-1940).....	18
2.1.1 Industrialização e urbanização acelerada em Salvador (1960/1970).....	31
2.2 OS CIRCUITOS ECONÔMICOS URBANOS	38
2.2.1 Circuito inferior e informalidade: condicionantes da pesquisa	41
3 MICROCRÉDITO: CONCEITOS, PÚBLICO ALVO, MÉTODO E HISTÓRIA	47
3.1 CONCEITOS E FOCOS: DUAS PERSPECTIVAS PARA A MESMA CATEGORIA ..	49
3.2 CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO ALVO	51
3.3 METODOLOGIA PARA OFERTAR CRÉDITO PARA MICROEMPREENDEDORES INFORMAIS	54
3.4 BREVE HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO NA BAHIA	57
3.4.1 Evolução do microcrédito: das ONG´s ao CREDIAMIGO (1973- 2008).....	57
3.4.2 Do CREDIBAHIA a 2014	63
4 A PESQUISA	66
4.1 CAJAZEIRAS: <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	67
4.1.1 Breve histórico do Assentamento	68
4.1.2 Espaço Não planejado – Espaço Inferior	72
4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE CAMPO: A PROXIMIDADE DO MICROCRÉDITO DO SEU OBJETIVO SOCIAL.....	73
4.2.1 Estratégias para aplicar o questionário e critérios da seleção da amostra	73
4.2.2 Localização espacial e dados socioeconômicos dos empreendedores.....	78
4.2.3 Dados dos empreendimentos	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	95
APENDICE A – QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO - CAJAZEIRAS	102

1 INTRODUÇÃO

Em países subdesenvolvidos e pobres o crédito, que originalmente se destina à grandes indústrias, ao governo e ao consumo, vem sendo demandado no sentido de democratizar as oportunidades entre os menos favorecidos, à margem do circuito da produção formal, como mecanismo de inclusão social e econômica, através de uma ferramenta denominada de microcrédito ou crédito produtivo popular, como também é conhecido no Brasil.

O microcrédito é a oferta de crédito para microempreendedores informais e formais urbanos¹ que através de uma metodologia específica, respeitando a realidade e as condições materiais de seu público alvo, viabiliza a concessão de operações de crédito de montantes relativamente pequenos, objetivando o fortalecimento dessas atividades produtivas e o crescimento da mesma, como estratégia de gerar renda e incluir socioeconomicamente os indivíduos e suas famílias.

A literatura sobre o processo histórico da distribuição das instituições entre os municípios baianos, no intervalo de 1973-2008 mostrou que as unidades promotoras de microcrédito se constituíram, em sua maioria, na cidade de Salvador, segundo Lopes (2011), contrariando a expectativa de muitos estudiosos tais como Yunus (2001) e Toscano (2001), entre outros, de se fazerem presentes, primeiro, nas localidades mais pobres². Os defensores do direcionamento para as localidades mais pobres acreditam que os recursos oferecidos aos micros empreendedores informais e formais poderiam colaborar com as economias de inúmeros municípios baianos, que padece de ações promotoras de desenvolvimento socioeconômico ou até mesmo de incentivos a melhora do dinamismo econômico.

Em 2008 a cidade de Salvador contava com sete das doze instituições de microcrédito existentes no Estado (LOPES, 2011), caracterizando mais um elemento que reforçava a concentração da economia no espaço da Região Metropolitana de Salvador - RMS. Diante dessa aparente contradição do microcrédito na Bahia, onde o mesmo foi direcionado a região mais estrutura e desenvolvida, surge o questionamento: uma vez em Salvador, o microcrédito volta-se para os empreendedores de menor porte e mais pobres, se aproximando de seu objetivo social com maior ênfase, ou volta-se para empreendedores de maior porte?

Diante dessas inquietações, originam-se o problema de pesquisa: A espacialização da oferta de microcrédito no território da cidade de Salvador, concretizada ao longo do tempo

¹ O BNB tem desde 2005 atua com o Agroamigo, programa de microfinanças rural. Ver: <http://www.bnb.gov.br/agroamigo>

² Vale ressaltar que a cidade de Salvador, em termos relativos, concentra a maior população pobre do estado.

pelas instituições, em seus formatos institucionais diversos, levando em conta as disparidades sociais e econômicas existentes nesta, priorizaram os mais pobres entre os mais pobres ou se distancia desse propósito, à medida que se volta para atividades econômicas de maior porte?

Definido o problema de pesquisa mediante as motivações e influências sofridas pelo pesquisador, determina-se o objetivo do estudo, caracterizado a seguir.

Geral: Analisar a atuação das instituições de microcrédito no espaço urbano de Salvador, especificamente no complexo habitacional de Cajazeiras, verificando a prioridade do seu perfil de atendimento e a proximidade ou distância de seu objetivo social.

O objetivo geral tem sua base sustentada nos objetivos específicos que perpassam por todo o estudo e que serão respondidos no decorrer da construção da pesquisa, a saber:

- a) examinar se as instituições de microcrédito atuam em cooperação ou concorrem entre si, se distanciando do propósito destas: contribuir na diminuição da pobreza e da desigualdade;
- b) avaliar as ações das instituições constituídas como ONG's, de iniciativa privada e relacionadas ao Estado, e a expansão de cada uma delas no espaço de Cajazeiras, identificando aquelas que se aproximam mais de áreas mais pobres, onde o microcrédito (teoricamente) teria maior impacto;
- c) analisar os fatores que colaboram para que as instituições, individualmente e em conjunto, se distanciem de seu próximo máximo, enquanto promotora de microcrédito: colaborar na diminuição da pobreza e na promoção do desenvolvimento urbano, articulados com outras ações e outros atores.

O estudo terá com base um referencial teórico que subsidiará, no primeiro momento, capítulo 2, o breve processo de formatação da cidade de Salvador nos séculos XIX e XX, oportunidade que tentará contextualizar como, no espaço e no tempo, as desigualdades espaciais se formam na capital baiana, elementos que colaborem por entender a formação de inúmeros bairros periféricos com forte densidade demográfica e mercados informais que colaboram na reprodução socioeconômica de seus moradores e vizinhos, como será verificado no complexo habitacional de Cajazeiras, *locus* da pesquisa neste estudo de caso.

Logo na sequência, no capítulo 3, buscaremos na literatura suporte teórico para compreender o microcrédito, seus benefícios e limites para os empreendedores que demandam este tipo de crédito, para em seguida, no capítulo 4, esboçar a pesquisa de campo, os resultados encontrados em Cajazeiras.

Um **estudo de caso** será aplicado nessa pesquisa, como método qualitativo, fazendo um levantamento documental e dados empíricos coleados nas instituições que ofertam microcrédito e com os microempreendedores, tomadores desse tipo de crédito em Cajazeiras.

Com o intuito de coletar os dados necessários para a construção do estudo, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, em fontes primárias e secundárias, consultas de dissertações, teses, artigos e documentos que colaborem com o propósito desta pesquisa.

Para a realização do estudo de caso será utilizado como ferramenta à aplicação de um questionário (ver Anexo A) aos micros empreendedores e suas atividades. Tal questionário está dividido em duas partes, quais sejam: dados socioeconômicos dos empreendedores e informações sobre as atividades desenvolvidas pelos microempreendedores, com o auxílio do microcrédito ofertado pelas instituições.

Para aplicarmos os questionários seguiremos os passos descritos a seguir:

- a) Entrevistaremos os atores envolvidos no processo, dirigentes da associação de micros empreendedores de Cajazeiras e das instituições de microcrédito, para selecionar os blocos de Cajazeiras que servirão como *locus* da pesquisa, já que este complexo habitacional é formado por nove (9) blocos, contemplando uma área total de 6.958.603 m²;
- b) Realizaremos três visitas *in loco*, nos blocos escolhidos, em horários e dias diferentes, para conhecermos o ambiente da pesquisa e a dinâmica das atividades (foco);
- c) Aplicaremos um teste do questionário na “rótula da feirinha”, com o cliente alvo conforme problema de pesquisa;
- d) Ajustes necessários a aplicação da pesquisa teste, conforme objetivos da dissertação, e as demandas que ocorrerem no percurso;
- e) Aplicaremos a pesquisa nos blocos escolhidos;
- f) Processaremos os dados coletados;
- g) Analisaremos os dados, a luz do Problema de pesquisa proposto, e;
- h) Apresentaremos os dados conforme Questionário (Anexo A), e realizaremos a leitura dos dados conforme problema de pesquisa e objetivos propostos neste trabalho de pesquisa.

2 A CIDADE DO SALVADOR E SEUS ESPAÇOS (XIX-XX)

O objetivo deste capítulo é elaborar uma breve contextualização histórico-espacial da cidade de Salvador e sua evolução urbano-demográfica nos séculos XIX-XX, observando prioritariamente como o espaço é socialmente construído e formam-se os bairros populares e pobres como o complexo habitacional de Cajazeiras, *locus* desse trabalho, fortemente povoado e com fortes mercados de atividades informais, ambiente propício a demanda por microcrédito, objeto dessa pesquisa.

Salvador nasceu em 1549 sob o comando de Tomé de Souza seguindo instruções de Dom João III para edificar na Bahia de Todos os Santos: “uma fortaleza e povoação grande e forte, para daí se dar favor e ajudar as outras povoações, e se ministrar justiça” (FALCÃO, 1949, p. 13). A cidadela foi erguida em um sítio restrito, Cidade Alta e Cidade Baixa, debruçada para o mar, salvaguardando a colônia portuguesa de corsários e piratas europeus, que ameaçavam o domínio português na colônia sul-americana.

Edificada em processos descontínuos, não homogêneos e em partes do seu território, ao longo do século XV ao XXI (SANTOS, 2012), atendendo mais aos interesses estrangeiros que às demandas internas de seu povo, a história da formação espacial da cidade de Salvador, no intervalo proposto (séculos XIX-XX), possibilitará entender quais conjuntos de fatos colaboram por dividir o espaço entre pequenas ilhas de riqueza em meio ao grande território de pobreza, em que predominam os bairros populares e os mercados informais, consequentes.

No Brasil, se referindo às regiões Sul e Sudeste, devemos considerar o processo de urbanização pós 1930, enquanto que, na Bahia, devemos levar em conta as décadas de 1960/1970 (segunda metade do século XX), período em que, efetivamente, essas influências intercedem com um peso e na aceleração em parte escolhida da urbanização associada ao processo indireto da industrialização na maior cidade da Bahia, fatos que colaboram por entender o surgimento e a edificação do complexo habitacional de Cajazeiras no século XX. Assim, ao tratarmos do século XIX, estaremos nos referindo à cidade e sua expansão, sem considerar o processo de urbanização.

Assim, o que veremos a seguir é uma breve descrição da estruturação da cidade de Salvador nos séculos XIX/XX e a tentativa de entender as regras, segundo a literatura, que condicionaram e/ou condicionam as alterações espaciais que prevalecem nesta cidade, guardado seu tempo e suas atualizações, até os dias de hoje. Para tanto, o capítulo está dividido nas seguintes seções: Salvador – Breve evolução histórica da cidade (1850-1940); O espaço dividido e sua funcionalidade e os Circuitos Econômicos Urbanos.

2.1 SALVADOR – BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE (1850-1940)

A Salvador da baía de Todos os Santos idealizada na segunda metade do século XIX, segundo Sampaio (1999), começou a tomar formatos nos fins da década de 1860 aproveitando a pujança econômica portuária do século XVIII, mas em meio às alterações na ordem política e econômica que viria a influir profundamente a ordem social e institucional na primeira metade do século XIX, segundo Thales de Azevedo (1957).

Paralelo ao processo urbano, a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, a forte concorrência do Caribe (Cuba) na produção do açúcar mundial e interna com a expansão da produção do café em São Paulo, a descoberta do ouro em Minas Gerais nos últimos anos do século XVII e os mecanismos progressivos que iam colocando um fim no mercado de escravos, determinaram um período de decadência política e econômica para Salvador, ou seja, poucos recursos, aumento populacional e falta de planejamento, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Thales de Azevedo se referia às mudanças socioeconômicas e políticas contínuas a partir do século XVIII, que acabaria por substituir a monarquia portuguesa pela implantação da república, oligárquica ou burguesa, no Brasil, em 1889. Isso, para Uzêda (2009), acarretou na alternância, progressiva e cercada de resistência, do espaço de poder da organização política, cultural, social e econômica a partir do final do século XVIII.

Segundo Santos (2009), a urbanização, timidamente iniciada em Salvador no século XVIII, precisaria de mais um século para atingir maturidade (XIX) e ainda mais um século (XX) para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje. Maricato (2003) ratifica alertando que somente em 1930, primeira metade do século XX, a urbanização ganha ritmo e se dissemina de forma desigual no Brasil, período que a industrialização, via incentivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é sugerida como mecanismo para nações subdesenvolvidas latinas tentarem alcançar o desenvolvimento socioeconômico registrado nas economias desenvolvidas.

O processo de edificação da cidade avança sobre parte do território soteropolitano no século XIX com resistência, do espaço preso ao modelo agroexportador, de forma descontínua, seletiva e não evolucionista, ou seja, a descrição aqui feita considerará que, ao tratar do processo de crescimento da *urbis*, tentaremos descrever a construção social que impulsiona a edificação de parte selecionada desta, com suas especificidades e singularidades, o que não se trata de valorizar a priori seus aspectos arquitetônicos isolados, mas,

compreender a dinâmica das cidades como “constructo social” (CASTELLS,1999; SANTOS, 2004; GOTTDIENER, 2010; LEFEBVRE, 2001) e econômico, e a problemática decorrente.

No intervalo de 50 anos (1850-1900), se registrou um rápido e violento processo de crescimento da cidade, onde uma parte do território da capital da Bahia foi submetida a intervenções que articularam os novos espaços criados e o centro do poder na Praça Municipal, próximo a atual praça da Sé, com sua restrição e de forma desigual. Para o sul da Praça Municipal, surgia o bairro da Vitória, constituído por grandes e belos palacetes, rodeados dos jardins, residência de uma burguesia enobrecida. Para o norte, considerado o “miolo” da cidade, onde na década de 1980 surgiria o complexo habitacional de Cajazeiras, formaram-se bairros habitados pela classe média e pobre. O espaço era dividido, demarcado socialmente e cercado de conflitos. Segundo Graham (2013):

os menos abastados moradores de classe média viviam ao norte da área central, até os limites da igreja de Santo Antônio além do Carmo. O bairro incluía mercearias, alfaiatarias, residências de funcionários públicos e de profissionais. (GRAHAM, 2013, p. 37).

A necessidade de sobrevivência dos menos abastados e a pequena aglomeração criavam pequenas oportunidades para micro_empreendimentos informais urbanos gerarem renda e buscarem a sobrevivência de sua família na cidade com poucas alternativas formais de emprego e condições dignas de morar.

A abolição (1850) e a vinda dos ex-escravos do recôncavo, principalmente, para Salvador, motivaram o crescimento das casas de cômodos e cortiços nas áreas centrais construídas e o adensamento das áreas periféricas, segundo Vasconcelos (2006). Mas, como estes ganhariam seu sustento para sobreviverem? São questões que surgem imediatamente.

Na cena urbana do século XIX, para além dos canaviais, e ignorando o “novo” e o “moderno”, a presença escrava passaria a se avolumar nas ruas da cidade com o tempo. As freguesias da Sé e Nossa Senhora da Conceição da Praia, onde ocorriam as transações de compra e venda de escravos até 1850³, também eram *locus* da comercialização informal ao ar livre, onde se tornara comum na cidade da Bahia do século XIX com a decadência da indústria do açúcar. Segundo Graham (2013), “com dois quintos da população formados por escravos, não é de surpreender que os contemporâneos os vissem por toda parte, e que os escravos (e ex-escravos) figurassem no comércio de alimentos.” (GRAHAM, 2013, p. 40).

³ Fim da escravidão

O ‘sistema de ganho’⁴ se caracterizava pelo uso de escravos para gerar renda para “seus senhores” e uma menor parte para o escravo. O espaço avançava em meio aos conflitos sociais e econômicos, surgiam nesse conjunto de “retratos urbanos” alguns indícios do surgimento da “informalidade baiana” com suas especificidades que divergem do sul ao sudeste industrializado. Para Graham (2013):

a cidade dependia do trabalho escravo (e de ex-escravos), de homens forros e mulheres forras, e dos livres, mas pobres descendentes de africanos [...] estes que [...] limpavam casas e prédios públicos, lavavam roupas [...] preparavam a comida e distribuía procissões, fazendo entrega de farinha de mandioca e de carnes em domicílios e vendendo frutas e hortaliças frescas de porta em porta [...] faziam frete, viabilizando a vida comercial da cidade. (GRAHAM, 2013, p. 43 – 44).

A localização dessa vida comercial é assim explicada por Sampaio (2005)

freguesia da Conceição da Praia, centro da zona comercial, um verdadeiro microcosmo da sociedade [...] localização privilegiada – separada do palácio do Governo apenas pela encosta da montanha e ligada ao mar pelo cais de desembarque, atraiu grandes e pequenos comerciantes, nacionais e estrangeiros. (SAMPAIO, 2005, p. 25).

À medida que a cidade se expandia, a economia formada pelos mais pobres se fortalecia e crescia em quantidade de indivíduos que usavam esse tipo de atividade para sobreviver. Ainda segundo Santos (2012), “o comércio de rua ocupa um lugar relativamente importante [...] onde são vendidos produtos de alimentação e caseiros, quer pelos camelôs e vendedores ambulantes.” (SAMPAIO, 2005, p. 86).

O crescimento populacional em torno da Cidade Baixa, onde se concentrava o porto, a atividade comercial atacadista e a atividade bancária e paradoxalmente onde “a presença de uma população pobre, provocou a constituição de um comércio de produtos alimentares [...] assim como [...] também feiras livres.” (GRAHAM, 2013, p. 65).

Para Santos (2012):

além de feiras “sedentárias”, há um verdadeiro comércio ambulante. É comum encontrar, ao ar livre, sobre os passeios, uma variedade de mercadorias, anunciadas aos gritos pelos camelôs. A Praça Cairu (Cidade Baixa) é uma espécie de quartel-general desses gêneros de atividade. (SANTOS, 2012, p.87).

⁴ “Esses escravos (e ex-escravos), conhecidos como ao ganho (ou ganhadores), iam atrás de fregueses “por conta própria” e fixavam seus preços, e geralmente até viviam com independência. Entregavam certa quantia em dinheiro para seus senhores em intervalos regulares, e ficavam com o que sobrava”. Graham (2013, p. 46) O que estes têm de diferente dos ambulantes em enorme quantidade que circulam na Salvador contemporânea, comercializando (intermediando) doces, canetas, amendoim...entre outras coisas, para gerar renda e tentar a sobrevivência diária?

Junto com o crescimento do número de trabalhadores por conta própria que circulavam na cidade de Salvador ou mesmo se fixavam provisoriamente nas ruas, praças da Cidade Baixa, “a maioria desses vendedores ambulantes, em contraste com os proprietários de armazéns, era de mulheres, sobretudo mulheres de cor” (GRAHAM, 2013, p. 65), ou seja, as mulheres dominavam o comércio⁵.

O alargamento da cidade a partir da Praça Municipal, na Cidade Alta, mais residencial e sede do governo, e na Cidade Baixa, onde a atividade econômica era mais forte, a intensidade comercial atraía pessoas para comercializar e, “à proporção que o comércio foi-se desenvolvendo, novos moradores passaram a construir suas casas na encosta da montanha” (SAMPAIO, 2005, p. 30). Essa mesma parte da cidade “também acolheu mulheres que tinham seus próprios negócios: costureiras, quitandeiras, fateiras” (SAMPAIO, 2005, p. 29). Informações que Vasconcelos (2006) também constatou com a chegada de ex-escravos vindos, principalmente, do Recôncavo baiano.

O processo de expansão da cidade de Salvador [...] “variou também com o poder de decisão de governantes e da elite econômica e política dominante ao longo da segunda metade do século XIX” (SAMPAIO, 2005, p. 30), que selecionava alguns espaços, conjugando poder econômico, poder social e poder político, em detrimento de outros.

Os muitos empreendimentos informais existentes pelas ruas de Salvador tinham em comum as fragilidades financeiras que colocavam em risco a sobre existência desses, mas as práticas e as funções religiosas no século XIX, em meio às muitas mudanças econômicas e sociais vividas em Salvador, tornaram as irmandades religiosas⁶ “muito opulentas, capazes de emprestar dinheiro” (GRAHAM, 2013, p. 51), ainda segundo Graham (2013), para esses empreendedores da cidade e outros indivíduos igualmente pobres.

Parte dos padres ao norte da Itália da Idade Média, segundo Putnam (1996), e na Bahia, no século XIX conforme Graham (2013), cumpria um papel solidário de empréstimos de dinheiro que colaboravam na luta pela sobrevivência dos mais pobres, que encontravam nas igrejas e/ou nos terreiros de candomblé, o apoio na luta diária para gerar renda e sobreviver, mesmo porque a oferta de crédito na Bahia, segundo o economista Romulo

⁵ Segundo o programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Crediamigo, 67% dos tomadores de microcrédito, em maio de 2015, eram mulheres (BNB, 2015).

⁶ “Existia, no mundo luso-português, e esse modelo não foi diferenciado no Brasil, duas tendências na formação de irmandades, que dizem respeito aos seus integrantes. De um lado, irmandades cujos sócios pertenciam a diversificadas classes sociais, de outro, irmandades específicas para diferentes segmentos, divididas por ofícios, estatuto social, e/ou cor da pele, ambas ligadas a um santo de devoção. Na Bahia setecentista, por exemplo, a maior parte dos comerciantes se dividia nas Ordens Terceiras de São Francisco e São Domingos, os sapateiros e seleiros na Confraria de São Crispim, os ferreiros e serralheiros na de São Jorge, e os pedreiros, carpinteiros, torneiros e canteiros na de São José”. (BAHIA, 2011, p. 36).

Almeida (2009), era, no século XVII, escasso, restrito, mesmo para as atividades de grande porte ligadas ao setor de exportação e ao comércio atacadista. Comumente estes últimos terminavam financiando seus fregueses.

Já Spínola (2009) informa que, aos baianos, cabia também parte da intermediação financeira através da Caixa Econômica em 1818 e, posteriormente, Banco Econômico da Bahia, e do Banco da Bahia, em 1858, ambos de capital privado, voltada para a classe laboriosa, meios fáceis de acumular seus capitais.

No que tange à área construída na cidade no século XIX, as instalações das novas vias de comunicação e meios de transporte em 1855, como os viadutos que ligaria Nazaré e Barbalho, Federação e Pedra da Marca, em 1868, os primeiros transportes coletivos e a inauguração, em 1874, do elevador hidráulico (Lacerda) que ligou a Cidade Alta com a Cidade Baixa, o centro comercial e financeiro da cidade alargando o território construído.

A Cidade Baixa também se alongava com os aterros que surgiam às ruas Conselheiro Dantas, Portugal e Miguel Calmon, segundo Santos (2012). A reforma urbana iniciada em 1912 por J.J. Seabra inaugurava a avenida Sete de Setembro, segundo Scheinowitz (1998), facilitando o *link* entre o “velho centro” e a nova expansão, com novas técnicas e arquitetura segregadora.

A seguir, a representação espacial da cidade do Salvador, que nos ajudará na compreensão do avanço físico do território no decorrer dos séculos XIX-XX. No decorrer desse capítulo, as figuras, progressivamente no tempo, serão mostradas.

havam ampliado a *cit *, *que* seguia sendo modificada parcialmente pelo homem, pelo impacto da máquina (1901) e todo o seu desdobramento técnico (1912) a favor do capital, onde um ritmo acelerado substituiu a letargia das décadas precedentes, a velocidade mudara em fun o do desenvolvimento do sistema de transporte urbano motorizado. Havia amarras que dificultavam o processo de moderniza o de parte do território. Mas, para as “ganhadeiras”, as distâncias eram vencidas pela necessidade de sobrevivência. A mesma cidade revela duas cidades distintas, ou seja, uma que se moderniza e outra, enraizada com o passado, com a sobrevivência, com a urgência diária.

  medida que a cidade crescia no século XIX, o distanciamento entre as classes ficaria registrada no espaço e a desigualdade continuava se ampliando, pois, na sociedade soteropolitana, desigual em todos os “planos (social, político, religioso, cultural, intelectual e econômico) [...] as transforma es modernizadoras [...] tiveram níveis distintos sobre as classes sociais” (UZEDA, 2009, p. 604). Produzindo regras da produ o do espaço que segregava, dada a seletividade, limitava, impunha uma divisão social.

Na reprodu o do espaço sob a lógica capitalista, a segrega o espacial separa ricos e pobres, sendo as áreas mais nobres melhor servida de infraestrutura e outros benefícios coletivos e as demais, de certa forma, largadas   própria sorte. Portanto, a exclusão social se manifesta no próprio fen meno da segrega o espacial, uma vez que, separando as áreas de moradia na cidade por classes sociais distintas, coloca “de fora” das melhores condi es de habitabilidade as popula es mais pobres resultando em acessos diferenciados às benfeitorias e ao conforto urbano.

Nas na es subdesenvolvidas, alerta Santos (2004), o espaço descontínuo, instável, torna-se multipolarizado, submetido e pressionado por múltiplas influências e forças que tendem a modificá-lo de acordo com interesses distantes, resultando uma contínuo instabilidade na organiza o espacial, com repetidos desequilíbrios e ajustamentos que alteram a regra do jogo espacial, priorizando uns mais que outros e que colaboram por explicar a constru o social do Salvador.

No campo político, a primeira reforma urbana governo de Seabra (1912-1916), segundo Eloisa Petti Pinheiro (2002), garante a fluidez das mercadorias para o comércio internacional, a avenida Jequitaia liga o porto   esta o de trem da Calçada e   cidade baixa, facilitando os deslocamentos das pessoas e das mercadorias no comércio. Esta reforma urbana também melhoraria e os transportes urbanos com amplia o dos bondes elétricos e a expansão das áreas construídas da cidade.

A Avenida Sete de Setembro, nesse período, segundo Scheinowitz (1998), era reformada e valorizada e tornara-se o locus da classe dominante com suas residências, lojas e escritório, facilitando o *link* entre o “velho centro” e a nova expansão, com novas técnicas e arquitetura, às custas da expulsão dos mais pobres, segundo Pinheiro (2002).

Segundo Vasconcelos (2006), data desse período, a formação de bairros em “escadaria”, assim como a implantação de indústrias têxteis e a criação das primeiras vilas operárias e os primeiros bairros operários em Itapagipe e Plataforma, o bairro da Liberdade se consolida como bairro proletário (PINHEIRO, 2002). Nesses e em outros bairros populares e pobres se desenvolveram micro atividades informais em resposta às necessidades individuais de gerar renda e às demandas diárias de sobrevivência das comunidades.

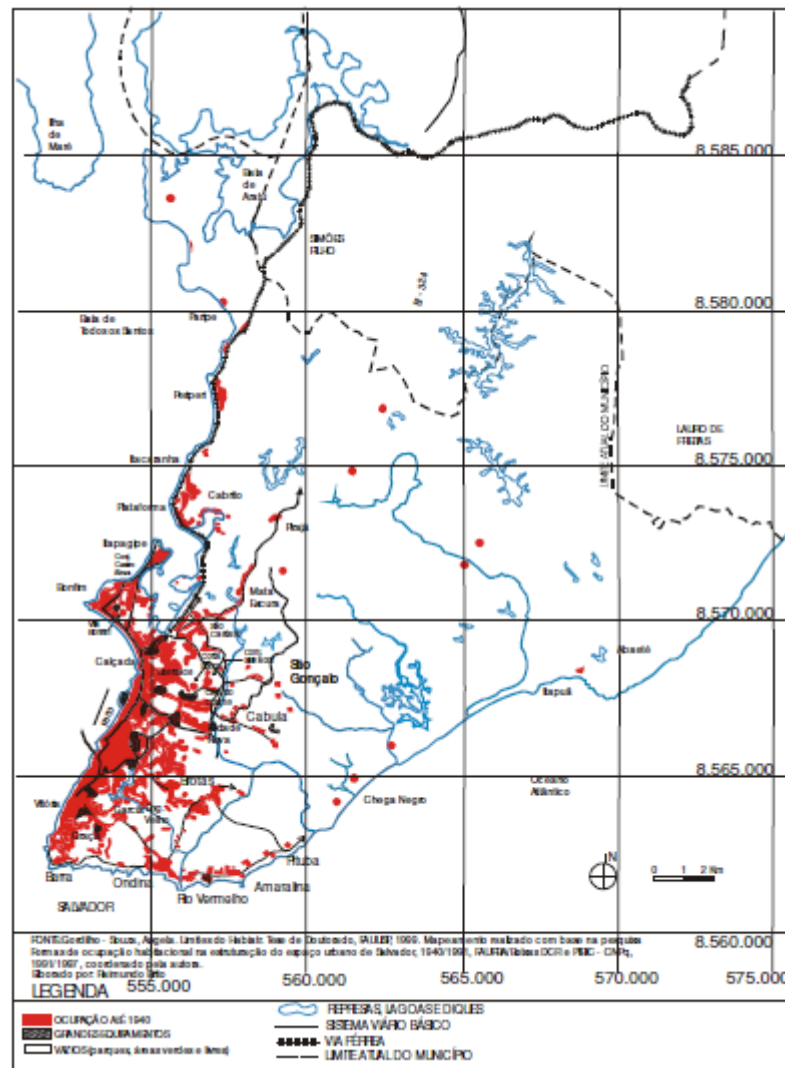
A construção da Avenida Oceânica (4 kms), no intervalo de 1912 a 1922, e a ligação de Amaralina a Itapuã, em 1942, 16,2 kms de orla marítima contínua, local onde se concentraria os ricos da cidade. As práticas urbanas exercidas pelos engenheiros higienistas e sanitaristas (seguindo o pensamento de Haussmann⁷ em Paris, na França) referenciavam a busca da estética, a ampla circulação viária e a salubridade do meio físico, onde o engenheiro Theodoro Sampaio propôs um novo esquema viário e um engenhoso meio de articulação entre a cidade alta e baixa.

Se o crescimento das cidades foi de 10,7% no intervalo 1890 e 1920 no Brasil, no intervalo 1920 e 1940 essa taxa triplicou, chegando a 31,24%. Com isso, a população em zona urbana saltou de 4,552 milhões em 1920 para 6,208 em 1940 (SANTOS, 2009). Mas, neste intervalo, segundo Santos (2009), na capital baiana a população de 283.422 em 1920, saltara para 290.443, em 1940, segundo Santos (2009, p.27), representando um crescimento de 2,48%. Baixo crescimento demográfico, ruim para a economia e para a urbanização.

A seguir, na Figura 2, representação evolutiva da ocupação demográfica no espaço, com predominância no litoral soteropolitano dos mais abastados, com ressalva do litoral próximo à região do Comércio, onde os empreendimentos de portes diversos e moradias, precárias na sua maioria, faziam vizinhança.

⁷ “Georges-Eugéne Haussmann, nomeado pelo então Luís Bonaparte, o imperado Napoleão III (França), prefeito do departamento do Sena, que engloba o atual departamento de Paris (França). Foi responsável pela modernização urbana de Paris, que incluiu a eliminação das ruas sinuosas e estreitas.” (HARVEY, 2014, p. 34).

Figura 2 - Ocupação em Salvador até 1940 (Século XX)



Fonte: Gordilho (2000).

A figura acima apresenta o crescimento da cidade para o litoral, dos dois lados da baía, em torno do centro histórico, onde a cidade nasceu em 1549, como “cidade fortaleza”. Esta década marca um crescimento demográfico exponencial, com migração do interior do estado por conta de adventos naturais como a seca, principalmente na região do semiárido.

No mercado de trabalho desta cidade que se engrandece nos séculos XIX e XX, o setor primário empregava 13.121 pessoas de uma população de 77.609, representando 4,62% de empregados em 1920. A indústria têxtil empregava, em 1925, 4.870 operários, enquanto as demais empregavam juntas 4.195 trabalhadores, segundo Mario Santos (2001).

A indústria que gerava mais de 20 empregos saía de 67% do quadro macro do levantamento em 1893, para 10,98% em 1920, enquanto o empreendimento que contratava mais de 61 operários que representava 14,11% em 1893, e passou a representar 0,99% em

1920, segundo Mario Santos (2001). Escassas possibilidades de sobreviver e acessar oportunidades, em meio à modernização de parte do território. O moderno convive com o tradicional. Dual mas a tradição de poucos empregos é confirmada como tendência que perturbaria a urbanização, que pregou o avanço material e uma dada cultura.

O conjunto dos fatos relacionados até aqui revela tornar-se Salvador um palco de disputas, disputa de classes que gerava uma desigual produção do espaço que favorecia aqueles com poder econômico, político (colaborava, administrava para os ricos e classe média) e social, colaborando com a desigualdade via a seleção de parte do território que conferia uma forma, uma função e um sentido social para o espaço da cidade da Bahia a favor dos mais abastados, principalmente no litoral desta. Segundo Santos (2007), a “seletividade do espaço [...] é uma das [...] chave (s) da elaboração de uma teoria espacial”. Nesse sentido, Villaça (1998) reforça, dizendo que:

as burguesias produzem para si um espaço urbano tal que otimiza suas condições de deslocamento[...] ao fazê-lo tornam piores as condições de deslocamento das demais classes [...] a estruturação do espaço urbano se dá sob a ação do conflito de classe. (VILLAÇA, 1998, p. 328).

Conflito de classe que acontece com desvantagem dos menos abastados, pela falta de recursos financeiros e materiais, e representação política que intercedesse a favor destes, que sempre foram à maioria. Mais uma contradição do processo de construção social da cidade.

No crescimento da capital baiana, a especulação imobiliária (valor da terra), típica do capitalismo, que colaborava no processo de segregação espacial, passa a ser uma regra, a partir da qual parte dos comerciantes enriquecidos ao longo da história (séc. XVIII-XIX), competiam com a igreja católica na ocupação das melhores áreas urbanas. Disputa que está marcado no desenho, na paisagem e na arquitetura da *city*, enquanto a distinção de classes empurrava os menos abastados para além dos limites urbanos habituais, principalmente para o miolo, onde ficariam as Cajazeiras na década de 1980, de Salvador, que ainda preservava seus aspectos rurais. Com seus casebres arcaicos, pouco estruturados e com quase nenhum serviço público.

Segundo Vasconcelos (2006), os anos 1930 ficam marcados pelo surgimento dos bairros de Mata Escura, Engenho Velho, Federação, Garcia, Quintas da Barra, Retiro, Alto das Pombas, Estrada da Liberdade, Cabrito, habitados por negros e mestiços, além do Santo Antonio, Barbalho, Barris, Tororó e Itapagipe, por mestiços, e Vitória, Canela, Graça e Barra, por brancos. No governo Vargas (1930-1945), criam-se também os conjuntos habitacionais do IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários).

O Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador – EPUCS – é criado a partir da I Semana de Urbanismo de 1935, como iniciativa de introduzir o urbanismo na prática urbana, adotando uma concepção interdisciplinar de planejamento e buscando atender às necessidades espaciais da “Grande Salvador”. Sendo mantido sob a responsabilidade do engenheiro Mário Leal Ferreira com o apoio do arquiteto Diógenes Rebouças, o escritório elaborava uma proposta urbana para a Salvador dos anos quarenta, levando em consideração as peculiaridades do meio natural, do sítio e das condições topográficas na elaboração do traçado viário, dos projetos sanitários e de abastecimento.

As grandes invasões datam do início da década de 1920: Corta Braço (Pero Vaz), Alagados, Nordeste, Boca do Rio, segundo Vasconcelos (2006), entre outras. O planejamento municipal, através do EPUCS (1943-1947) estabelece um zoneamento da cidade em diferentes áreas funcionais, consolidando a zona industrial na área de Itapagipe, e define áreas, como a de São Caetano, como setor residencial operário. O Estado amplia suas atividades, a partir de 1964, com o início da implantação dos programas habitacionais do Banco Nacional de Habitação (BNH).

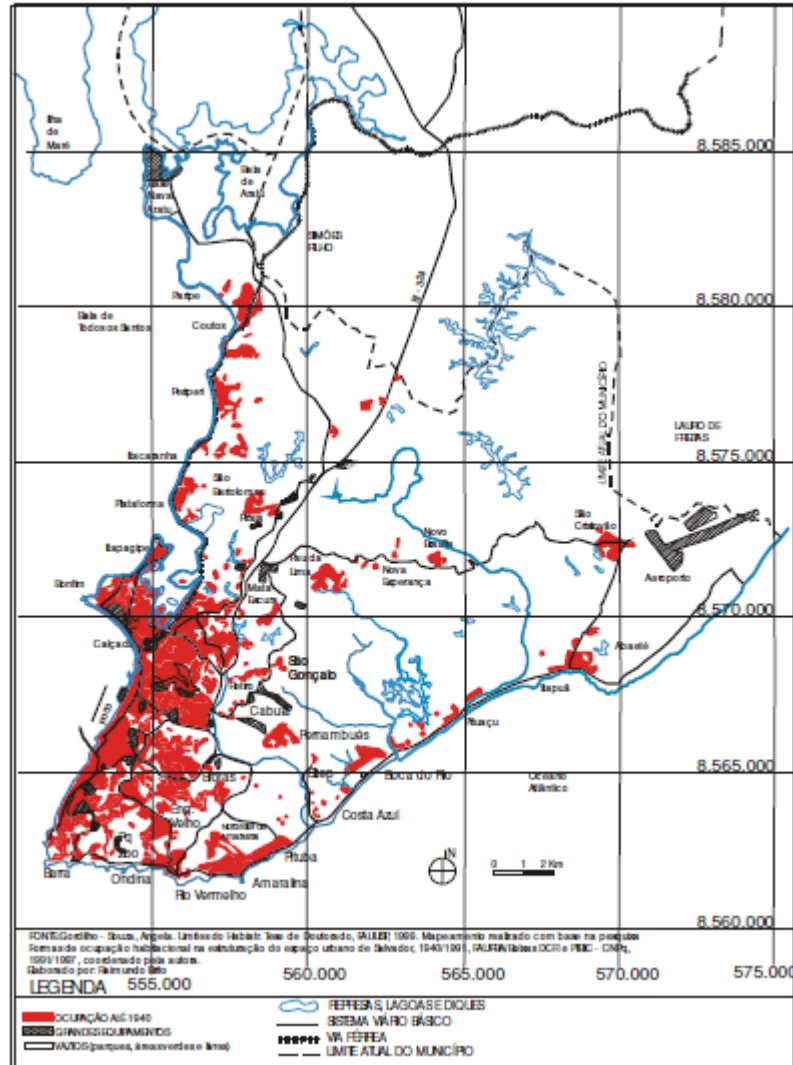
Outra grande transformação realizada no período é o lançamento, sobretudo ao longo da orla, de 128 projetos nos anos 1950 e 1960. Clandestino no território, este loteamento popular também foi implantado em Lobato e nos subúrbios ferroviários. Os loteamentos passam a ser articulados pelo ônibus, após a extinção das linhas de bondes em 1961.

A geração de empregos formais que colabora para ampliar renda e possibilitar a sobrevivência na capital era algo escasso e para poucos, restando para a maioria a busca pela sobrevivência através de meios precários e informais, individual e sem apoio do Estado, como pesca, hortas, roças e estábulos que havia no miolo da capital baiana, ainda no século XIX. Urbano e rural conviviam no mesmo espaço.

Ainda sobre a dinâmica econômica, Pinto de Aguiar (1957), a Bahia, que significava boa parte do Salvador, em 1880, detinha cerca de 50% das atividades industriais no país, mas passaria para 5% em 1950, empregando menos de 3% dos trabalhadores na indústria brasileira. Empregos e mercados escassos, vida econômica de pouco dinamismo, onde os serviços de costuras e bordados, feitos por mulheres em meio aos afazeres domésticos, para ajudarem no orçamento familiar, assim como a venda de artesanato, a comercialização de quitutes, acarajé, bolinhos de estudantes, doces em tabuleiros em meio às movimentadas avenidas, alimentavam a rede de ambulantes dadas as dificuldades de sobreviver com emprego assalariado nesta capital rica.

A evolução demográfica em Salvador, como segue abaixo, na Figura 3, se acentua no litoral e começa a avançar para o “miolo”, timidamente, a partir da década de 1940. O espaço construído segue se espalhando, não homogeneamente, intensificando as divergências na construção social do território da capital da Bahia.

Figura 3 - Ocupação em Salvador até 1970 (Século XX)



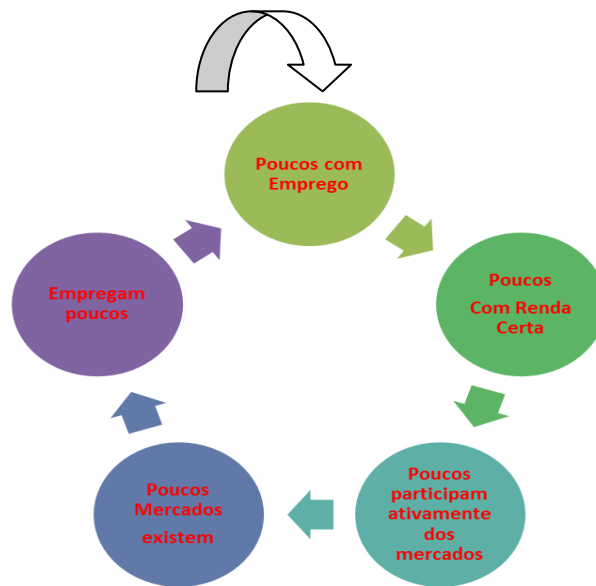
Fonte: Gordilho (2000).

Até a década de 1970, o crescimento populacional e sua representação no território sotero-politano, demonstra na Figura 3 acima que há uma tendência de ocupação não só no “centro histórico e na orla marítima, mas também, ainda que timidamente, no “miolo” do território de Salvador, onde prevalecia uma vida rural.

Nestas circunstâncias descritas de poucos empregos formais, torna-se inevitável uma demanda caracterizada por discontinuidades, com forte tendência à estagnação e à

estruturação de mercados pequenos e pouco dinâmicos, que se reproduziria em ciclos viciosos (MYRDAL, 1968), e se manteria até os dias de hoje em tamanho restrito condicionando a reprodução da desigualdade socioeconômica, política, espacial e urbana, pois os fatores básicos que governam a distribuição da renda quantidade de indivíduos empregados e a taxa de salários real se mantinham em níveis baixos e sem perspectivas de mudanças no médio e longo prazo.

Figura 4 - Reprodução de uma economia pouco dinâmica



Fonte: Desenvolvimento próprio, com base em Myrdal (1968).

Além do baixo dinamismo, a instabilidade econômica dependeria endogenamente da sazonalidade das safras e exogenamente das flutuações dos mercados externos e dos preços nestes vigentes, segundo Pinto de Aguiar (1956). A economia baiana perdia gradualmente sua pujança e importância no cenário nacional e isso se refletiria negativamente na vida urbana e no processo de urbanização parcial do território, bem como na determinação de uma vida difícil para a maioria, seja na renda, na reprodução da vida, na habitação e nas possibilidades reais de oportunidades que colaborassem com mudanças desse quadro. Prevalencia uma cidade comercial, mercantil, que, na Europa, correspondia à Idade Média.

Como capital e com melhores condições relativas, ciclos de seca no interior da Bahia alimentaram o aumento populacional da capital. A maioria se empregou como domésticos em casas de famílias abastadas ou de classe média, ou então se entregava a toda espécie de parasitismo urbano, segundo Santos (2012). Essa afluência de imigrantes vai refletir-se na

paisagem pelo alargamento do quadro urbano, que estava mais ou menos imutável desde a primeira do século XVIII.

Concentração e desconcentração populacional que se refletiu na reprodução espacial, seguindo a lógica capitalista de parcelamento territorial. Ao se fazer moderna, segundo Santos (2004), a antiga Salvador que, desde os primórdios, é dividida em cidade alta e baixa, submete-se a um processo de urbanização marcado por importante trajetória de configurações e reconfigurações de planos que marcam a expansão urbana e seus movimentos demográficos.

2.1.1 Industrialização e urbanização acelerada em Salvador (1960/1970)

A proposta de industrialização para América Latina feita pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-CEPAL⁸, como mecanismo de buscar o desenvolvimento via a indústria, chegou ao Brasil na década de 1930 (MARICATO, 2000), e na região nordeste nas décadas de 1960/1970. Processo este que intercede na aceleração da urbanização de parte da maior cidade da Bahia, colaborando com as mudanças estruturais de forma desigual e com intensidades diferentes no território soteropolitano.

A estruturação da SUDENE em 1959 e suas influências no crescimento econômico de parte dos estados brasileiros localizados na região nordeste nas décadas de 1960/1980 colaborou por atenuar as desigualdades regionais, como desdobramento, um processo de urbanização, principalmente nas regiões metropolitanas, rápido, gerando problemas de ordem urbana para as principais cidades dessa região, que ainda hoje carecem de atenção e resolução.

As décadas de 1950 e 1960⁹, por sua vez, a reboque do processo histórico latino, foram marcadas por amplas discussões, períodos de desbravamentos da teoria da urbanização nos países subdesenvolvidos¹⁰, segundo Santos (2004), Gottdiener (2010), Castells (1996). A reconfiguração do arcabouço teórico da ciência urbana convencional e o surgimento de uma literatura própria nesses anos colaboram para o surgimento de instrumental que possibilitasse um aprofundamento da questão urbana e sua pluralidade, com ajustes das ferramentas para análise da realidade das nações como a brasileira e dentro deste nas suas regiões.

⁸ Ver: <http://www.cepal.org/pt-br>

⁹ Planejamento na Bahia – Polo Petroquímico Cajazeiras (lógica espacial)

¹⁰ Redfield e Singer (1954)¹⁰; Davis e Golden¹⁰ (1954) e Sjoberg¹⁰ (1960) e o próprio Santos (19XX),

As discussões em torno da cidade levantaram a necessidade de conhecer os processos pelos quais esse ambiente urbano¹¹, nas nações subdesenvolvidas, assumira a forma apresentada e tentar explicar as características da distribuição do espaço bem como suas crises, assim com uma teoria da produção do espaço. Esse instrumental, construído por vários estudiosos a partir dos anos 1950/1960, em várias partes do mundo e de áreas distintas, ajudará nesta parte do trabalho à medida que colaborará no esclarecimento das relações entre as escalas: espaço, cidade e bairro da cidade de Salvador e a produção social do espaço, a formação das economias urbanas desiguais e um ambiente propício ao uso do microcrédito.

A partir de 1940, quando a urbanização toma folego no Brasil, Salvador começou a passar por um novo, mais forte e gradativo processo de transformações influenciadas pelo Estado Novo (1937-1945) e pela dinâmica industrial no sul e sudeste, via substituição das importações. Na segunda metade do século XX, a cidade de Salvador passou por novas transformações espaciais, com a implantação na região metropolitana da Petrobrás (1953) em São Francisco do Conde, com a exploração do petróleo no recôncavo baiano e os complexos industriais, Centro Industrial de Aratu- CIA, 1967, inserindo a Bahia no contexto do processo de acumulação capitalista de cunho monopolista e oligopolista.

Este é um dos principais períodos de desenvolvimento dos bairros populares em Salvador devido às grandes migrações regionais e o crescimento demográfico, segundo Santos (2004), Vasconcelos (2001), Espinheira (2006). Este período também ficou marcado pela especulação imobiliária ampliada.

Na segunda metade do século XX, ocorreram mudanças radicais no tecido urbano de Salvador. Isto se deu de forma bastante rápida e abrupta, entre as décadas de 1960 e 1970, com as realizações de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores de expansão urbana e de uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia. (CARVALHO; SOUZA; PEREIRA, 2004, p. 284).

Há uma divisão do trabalho entre as cidades de Simões Filho, São Francisco do Conde, Candeias, Camaçari e Salvador, municípios que formam a RMS, ficando para este último a função de recepcionar os operários e demais funcionários da indústria, além de ofertar todos os serviços públicos e serviços mais elaborados¹².

¹¹ Que assumira no Brasil, na implantação da república em 1889, o centro do debate frente ao rural (UZÊDA, 2009).

¹² O capital busca conforto e facilidade, de uma infraestrutura existente e a prestação de serviço consolidada (aeroporto, justiça [...]).

A melhor infraestrutura da capital relativamente entre os municípios baianos atraía imigrante, entre eles os operários das unidades industriais localizados na RMS e no Recôncavo, que colaboraram ainda mais com o inchaço demográfico da capital baiana a partir das décadas de 1950 com destaque maior nas décadas de 1960 e 1970, conforme segue nas Tabelas 1 e 2, por conta do processo de industrialização induzida na RMS.

Tabela 1 - População de Salvador - 1940 -1970

1940	1950	1960	1970
292.963	392.890	635.917	1.007.195

Fonte: IBGE (2015).

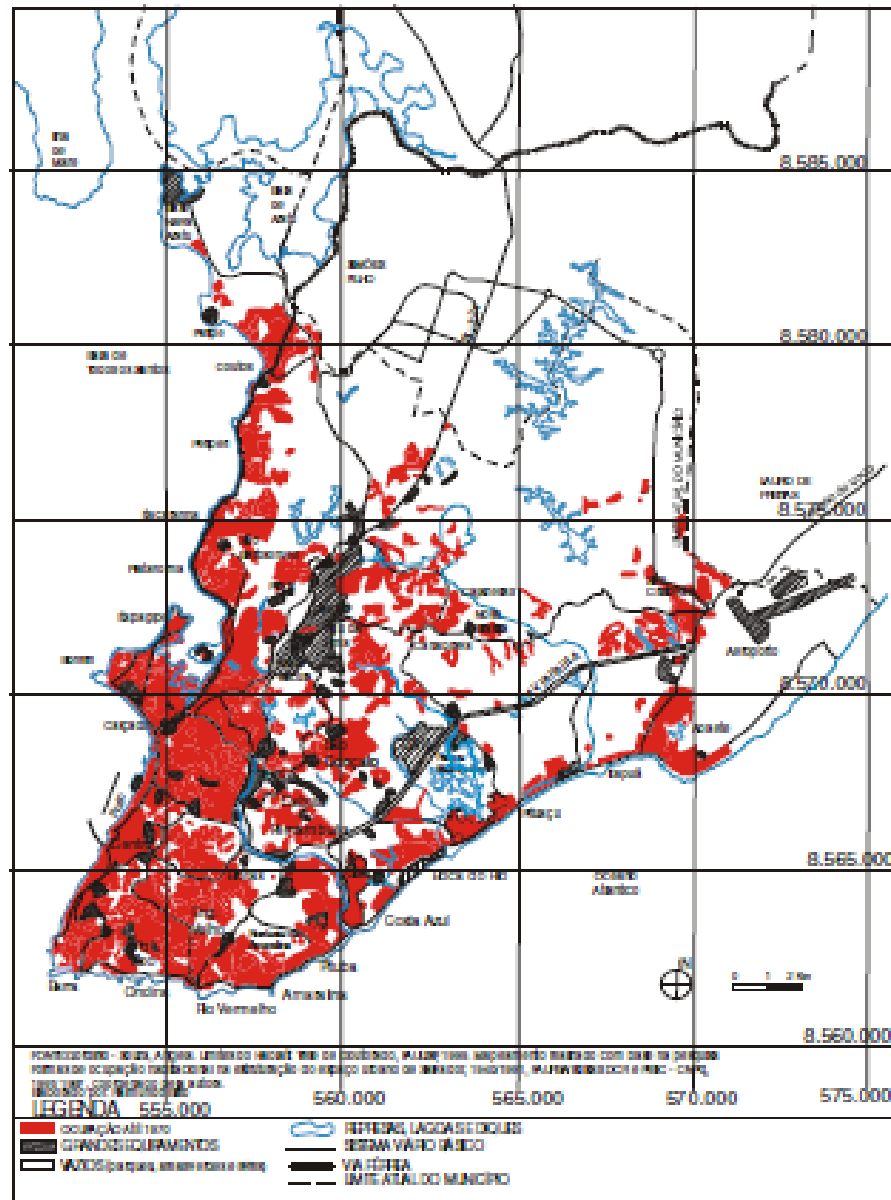
Tabela 2 - Crescimento Percentual

1940/1950	1950/1960	1960/1970
34,11%	61,85%	58,38%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

O crescimento populacional na capital da Bahia, conforme as Tabelas 1 e 2 foi de 34,11% entre as décadas de 1940-1950, 61,86% entre 1950-1960, e 58,38%, entre 1960-1970. Quando comparados o crescimento entre as décadas de 1940-1970 o crescimento é de 343,80% ou seja, em três décadas triplicar a população de Salvador. Aumento populacional que repercute na ocupação espacial da cidade de Salvador, como pode ser visto na Figura 5 abaixo, e nas desigualdades socioeconômicas no território.

Figura 5 - Ocupação em Salvador até 1980



Fonte: Gordilho (2000).

Salvador saltou a passos largos demograficamente, crescendo 56,55% em cinquenta anos (1900-1950), segundo Santos (2012) e, posteriormente, 127,61% e 104,36% nas décadas de 1960 e 1970, requerendo mudanças em sua infraestrutura pública e privada, na habitação, na oferta de condições dignas para reprodução socioeconômica de sua população, dívida latente até os dias de hoje, século XXI.

A melhor condição de infraestrutura de Salvador em relação aos demais municípios da Bahia não quer dizer que havia condições materiais para absorver forte aumento demográfico e isso pode ser observado nos inúmeros problemas socioeconômicos existentes na *urbis*, tais

como: déficit habitacional, desigualdades sociais, posição de Salvador perante outros municípios brasileiros.

O que observamos, na prática, na descrição até aqui é que a primeira capital do Brasil contabilizou o aumento populacional de 343,80 % no intervalo de 1940 a 1970, conforme Tabela 2 acima, e que Salvador, encontrando-se impossibilitada de fornecer os serviços e os equipamentos públicos indispensáveis à reprodução socioeconômica dos indivíduos e da cidade enquanto organismo vivo contrapõe-se a uma diminuta área nobre ao longo do litoral e um extenso espaço pobre, que pode ser indicado pela renda de alguns bairros da capital baiana, conforme a Tabela 3 que segue.

Tabela 3 - População e Rendimentos por bairros em Salvador (2015)

Bairro	População	Pessoas com ou sem rendimentos	Rendimento médio mensal (R\$)
Patamares	6.156	5.507	3.970,41
Pituba	65.160	60.057	3.147,59
Itapuã	66.961	58.748	936,8
Pernambuéis	64.983	56.921	620,04
Fazenda Grande I, II, III e IV	41.856	36.087	499,77
Cajazeiras II, IV, V, VI, VII, VIII, X e XI	60.213	51.508	490,27
Castelo Branco	33.510	28.808	476,28
Pau da Lima	24.693	21.187	442,38
Sete de Abril	18.215	15.397	381,53
Fazenda Coutos	24.255	20.170	281,24
Nova Constituinte	9.410	7.775	256,95
Ilha dos Frades	733	632	235,37

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2015).

Notas: O conjunto habitacional de Cajazeiras tem 9 blocos, iniciando (por ordem) do II, não tendo o bloco IX

Os dados do IBGE (2015) não informaram dados de Cajazeiras III.

Segundo dados resultantes de pesquisa realizada pelo IBGE em 2013, entre os 163 bairros de Salvador, o maior rendimento fica em Patamares, próximo ao litoral, onde os indivíduos que ali residem tinham uma renda média de R\$ 3.970,41, ou seja, 5,04 salários mínimos (R\$ 788,00), enquanto no outro extremo, Ilhas dos Frades, tinha uma renda média de R\$ 235,37, 0,30 do salário mínimo. Nova Constituinte por sua vez, R\$ 256,95 e Fazenda Coutos, uma renda média de R\$ 281,24, demonstrando o desequilíbrio gritante da renda dentro do mesmo território. No complexo habitacional de Cajazeiras (*locus* desta pesquisa), com seus nove blocos, a renda média é de R\$ 490,27, equivalente a 0,58% do salário mínimo, a

mais alta renda média dos bairros em seu entorno: Fazenda Grande, Castelo Branco, Pau da Lima e Sete de Abril, conforme pode ser visto na Tabela 4, abaixo.

Tabela 4 - População e Rendimentos no entorno de Cajazeiras

Bairro	População	Pessoas com ou sem rendimentos	Rendimento médio mensal (R\$)
Fazenda Grande I, II, III e IV	41.856	36.087	499,77
Cajazeiras II, IV, V, VI, VII, VIII, X e XI	60.213	51.508	490,27
Castelo Branco	33.510	28.808	476,28
Pau da Lima	24.693	21.187	442,38
Sete de Abril	18.215	15.397	381,53
Total	178.487	152.987	458,08

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2015)

Notas: 1) O conjunto habitacional de Cajazeiras tem 9 blocos, iniciando (por ordem) do II, não tendo o bloco IX

2) Os dados do IBGE (2015) não informou dados de Cajazeiras III.

Cajazeiras, Fazenda Grande, Castelo Branco, Pau da Lima e Sete de Abril, compõem parte do “miolo” de Salvador, espaço que teve sua ocupação desencadeada a partir das décadas de 1970 e 1980. Quanto a esse processo, Silva (1996, p.5) afirma que a “expansão urbana mais espetacular pela rapidez e pelas formas assumidas, tem-se dado no miolo, área que até a década de 1960 era quase um vazio demográfico”. Segundo Carvalho e Pereira (2006, p.98)

o miolo e o subúrbio, que apresentam condições mais precárias de habitabilidade e uma menor oferta de equipamentos e serviços urbanos, concentrando as áreas classificadas com populares e sub-proletárias abrigam, predominantemente, os pretos e os pardos. Eles se concentram, especialmente em bairros como [...] Cajazeiras.

Considerações espaciais, ressaltadas por Silva (1996) que podem ser vistas na Figura 6, abaixo, dada sua expansão demográfica no miolo, área então pouco habitada até 1960. No que tange as observações de Carvalho e Pereira (2006), as mesmas são confirmadas nas Tabelas 3 e 4, onde bairros desta localidade denotam renda média baixa, ainda que não sejam as mais baixas de Salvador. No capítulo 4, nos deteremos com mais afinco sobre as informações relacionadas especificamente ao complexo habitacional de Cajazeiras, *locus* desta pesquisa.

Como pode ser visto na Figura 6 e nas Tabelas 1 e 2, o espaço construído crescera despontando as diferenças espaciais entre pobreza e riqueza, expressando as transformações estruturais que iria conferir formas e processos espaciais típico da dinâmica social em nações capitalistas subdesenvolvidas.

O conjunto de fatos deixava claro que haveria no espaço urbano dois circuitos econômicos nas nações subdesenvolvidas, segundo Milton Santos (2004). Um superior para poucos, organizado pela modernização, onde as atividades bancárias e financeiras, comércios, indústrias e serviços modernos orientados, em sua maioria, para a exportação, enquanto o circuito inferior, formado por atividades de pequena dimensão, tradicionais, de baixa tecnologia, e interessado pela população pobre. Neste circuito inferior, muitos indivíduos marginalizados, com dificuldade de acessar o mercado formal de trabalho, encontram meio possível de gerar renda e ocupação numa economia pouco dinâmica, como se constitui a economia soteropolitana.

2.2 OS CIRCUITOS ECONÔMICOS URBANOS

A industrialização na Europa no século XVIII provocou uma ruptura na economia mundial que afetou parte ocidental do planeta ao longo dos séculos XVIII-XX, com intensidades diferentes. Segundo Furtado (1963, p. 178) a “ação desse poderoso núcleo dinâmico passou a exercer-se em três direções distintas”, dentro da Europa, primeiro”, para além das fronteiras onde se encontrasse condições similares para reprodução” (ex. EUA e Austrália), no segundo momento, e no terceiro momento, já no século XIX, em direção as regiões já ocupadas pelo processo de colonização e que se encontravam ainda no sistema pré-capitalista, distante das economias europeias, como a economia brasileira.

Nestas últimas, o efeito do impacto da expansão sobre as estruturas arcaicas, variou ao sabor das circunstâncias locais e do tipo de penetração e intensidade de investimento. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estrutura híbrida [...] onde [...] uma parte como sistema capitalista e a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente (FURTADO, 1963). As economias híbridas partiram do sistema artesanal preexistente e foram destruídas e absorvidas, mas o volume de mão-de-obra absorvido pelo novo núcleo não atingia, via de regra, grandes proporções e a renda gerada por essas empresas estrangeiras integrou-se pouco à economia local, como descrito na evolução histórica da cidade do Salvador.

A economia “moderna” associada ao aparato técnico que vinha com a industrialização e o progresso material consequente, se apresentava de forma híbrida nas nações

subdesenvolvidas, com uma diminuta classe rica e a maioria da população atrelada às práticas tradicionais arcaicas, que gerava renda baixa e obrigava uma contínua briga pela sobrevivência. Santos (2004) denominou que nessa híbrida economia coexistia um “Circuito Superior” (moderno) e um “Circuito Inferior” (tradicional), com seus fluxos específicos correndo em paralelo dentro de uma economia, com pontos de interlocução.

Assim, a cidade não pode ser estudada como uma máquina maciça, homogênea, contínua, e sim como detentora de dois subsistemas antagônicos, com interesses distintos, dentro do sistema das economias urbanas das nações subdesenvolvidas.

O “Circuito Superior” se origina do processo de modernização proveniente da industrialização, tendo o monopólio sua representação maior. Suas relações são firmadas fora da cidade, da região, pois as mesmas são *linkadas* com o movimento da economia mundial e suas transformações, mas, contraditoriamente, conta com o apoio do Estado direta e indiretamente, tendo o crédito, quase um monopólio deste, gerando concentração e contribuindo com o aumento das desigualdades socioeconômico-urbanas, ratificadas na urbanização de Salvador nos séculos XIX-XX.

O monopólio do crédito colaborou na reprodução do processo de acumulação capitalista, o aumento da centralização da riqueza entre as classes sociais e nos espaços regionais e urbanos, dificultando, conseqüentemente, a reprodução social e econômica entre a maioria pobre, com renda baixa ou inserta, e mais ainda para aqueles que empreendem, via uma atividade econômica informal, com poucos ou quase nenhum capital e sem acesso ao crédito.

Para Oliveira (1963, p. 184), “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico, e reproduzindo relações arcaicas no novo”, o que para Furtado (1963) “não colaborava para se modificar a estrutural no sistema econômico, exigido para criação de uma economia tipicamente capitalista”, o que muitos passaram a denominar de subdesenvolvimento. Para Furtado (1963, p. 191) o subdesenvolvimento constituiu um processo particular resultante da penetração da empresa capitalista moderna em estruturas arcaicas, com coexistência de empresas estrangeiras e uma larga faixa de economia de subsistência ou do “circuito inferior”, conforme Santos (2004).

A industrialização nem sempre é capaz de criar um “crescimento com desenvolvimento”, mas apenas um “pseudodesenvolvimento”, “devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva da renda”, segundo Santos (2004, p.31). Com isso, a divisão percentual dos três setores básicos (primário, secundário e

terciário) dessas economias apresentava perdas do primeiro setor (agricultura), avanço do segundo setor (indústria) via incentivos do Estado, e uma aglomeração dos empregos no último setor (comércio e serviço), que apresenta salários relativamente baixos e um número reduzido de empregos formais, o que foi verificado na capital da Bahia, principalmente após a década de 1940, com as transformações urbanas e na re-arrumação da função desta *city* no panorama regional, nacional e internacional¹³.

Essas condições descritas até aqui reproduzem o ciclo vicioso em que boa parte do mercado garante poucos empregos, de baixos salários, que mantem os mercados de primeira necessidade funcionando e gerando empregos com salários baixos, criando um ambiente para o subemprego e para as atividades informais, que se avolumam juntamente com o crescimento urbano da maior cidade da Bahia, fortalecendo a teoria de Santos (2012) acerca dos circuitos. A partir desta teoria, percebe-se que, nesta cidade, prevalece o “circuito inferior” com elo com a economia tradicional e pobre.

Essa trama, do processo de subdesenvolvimento, assim como sua teia de articulação, trabalha para uma alta concentração espacial da riqueza e do controle desta em pouquíssimas mãos e uma enorme desigualdade socioeconômica, reafirma e aprofunda um quadro de disparidades deflagradas e reforçadas ao longo do tempo, entre as regiões brasileiras e, por consequência, na urbanização das cidades destas, como foi descrito para a cidade de Salvador nos séculos XIX e XX.

As especificidades dos países subdesenvolvidos, segundo Santos (2004), se revelam na organização da economia, da sociedade, do espaço e na urbanização, sendo apresentado como um elemento numa variedade de processos combinados, híbridos (FURTADO, 1963).

Furtado (1963) observando os diversos movimentos da economia brasileira constata que [...] o contingente da população afetado pelo desenvolvimento se mantém reduzido (pré-capitalista) com grande parte da população alheia aos benefícios do desenvolvimento, que tenciona ainda mais o “circuito inferior” urbano. O autor reforça essa argumentação quando diz que:

[...] nos países subdesenvolvidos [...] o progresso tecnológico constitui a fonte dos conflitos, cuja solução deve ser buscada no plano político. As grandes massas subempregadas das cidades aspiram a empregos que o sistema econômico não está criando em quantidades suficientes. (FURTADO, 2003, p. 99).

¹³ Salvador foi nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII uma das cidades mais importantes de parte do mundo ocidental, segundo Santos (2004).

A indústria nos países do terceiro mundo só cria um número limitado de empregos, visto que tem alto coeficiente de capital, respondendo cada vez menos às necessidades de criação de empregos. A industrialização com alto coeficiente de capital atrai mais e mais pessoas, mas não é capaz de fornecer empregos suficientes por isso tem um terciário mais importante que o secundário, um terciário primitivo, de acordo com Santos (2004).

Para o economista Wilson Cano (1998):

A economia passa, então, a apresentar maior heterogeneidade histórica com setores ou compartimentos em que o progresso técnico penetra “continuamente” e outras regiões em que a evolução técnica estagnou ou ficou muito defasada. (CANO, 1998, p. 231).

Na Salvador do século XX, o setor primário se amíúda, a indústria encolhe, e o terciário se torna “gigante”, escasseando as possibilidades de emprego e renda, empurrando a maior parte da população local para o fluxo do “circuito inferior”. Segundo Santos (2004), o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda.

A seguir, voltaremos a atenção para tentar descrever o “Circuito Inferior” urbano, *locus* desta dissertação.

2.2.1 Circuito inferior e informalidade: condicionantes da pesquisa

A criação de estruturas híbridas sobre as estruturas arcaicas, pré-capitalistas existentes na economia brasileira ratifica o que Santos (2004) passou a chamar de circuito superior ou moderno, e circuito inferior ou tradicional. Uma vez que o grupo atrelado à lógica e à dinâmica capitalista era pequeno, reduzido em relação ao todo, este não contribuiu com as transformações socioeconômicas observadas na primeira e na segunda etapa (Europa, EUA e Austrália) do avanço capitalista industrial observado por Furtado (1963), Oliveira (1981), Santos (2004), entre outros, e sim de forma muito mais amena e desigual, que se apresenta no volume restrito relativamente da mão-de-obra empregada e com salários reais maiores e na pouca integração dos altos rendimentos às economias locais.

A produção tende a se concentrar em certos pontos do território e o consumo responde às forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente, segundo Santos (2004).

Se relativamente esse diminuto grupo gerava poucos empregos formais e a riqueza gerada tinha outro destino que não era o local, as cidades como Salvador em torno das indústrias, nas nações subdesenvolvidas, sofreriam com desequilíbrios econômicos, sociais e

urbanos, distanciando-se dos benefícios da industrialização. Se uma pequena parte tem acesso a maior parte da produção da riqueza, a “cidade destes” se refletiria em ilhas de riqueza, conectada ao mundo externo, denunciado pela arquitetura, pela funcionalidade da estrutura, pelo comércio e serviços melhor elaborados e sofisticados, enquanto a maioria pobre se alastraria no território em construções arcaicas, distantes do centro e com pouca ou nenhuma infraestrutura, e um comércio e prestação de serviço tradicional e precário.

A parte da cidade moderna obedece a uma lógica e tem uma dinâmica e elos específicos, que não é o local, enquanto a cidade tradicional está presa ao local e também tem suas próprias regras, e mesmo estando no mesmo território e dentro dos limites que perfazem a cidade legal, formal terão fluxos que obedeçam as suas condições, tempo e regras, e sobre-existam dentro de um organismo que chamamos cidade, de forma conflituosa, que se refletirá no espaço, no território e na urbanização, dada às suas instabilidades de coexistência antagônicas e as re-arrumações de demandas distantes via o setor moderno. Condições que tencionam o território e o modificam a favor, geralmente, da minoria mais abastados.

A presença de atores hegemônicos provoca processos constantes de rearranjo do meio construído da cidade, onde determinadas áreas são eleitas para acolher a “modernidade” de forma restrita, restando ao grande território uma divisão social do trabalho pretérito, que agrega enorme diversidade de atividades do “circuito inferior”, como oficinas diversas, alfaiates, serviço de reparos e manutenção, salões de beleza, mercearias, mercadinho dentre outros, além de vendedores ambulantes, que compõem o território não atingido pela modernidade. Há nestas áreas uma concentração do trabalho e do consumo, que podem ser percebidos nos bairros, favelas e invasões populares erguidos em Salvador a partir da década de 1940, período que a cidade começa a receber fluxo de indivíduos proveniente do interior do Estado da Bahia que colabora por modificar sua demografia e como resultado seu espaço, sua economia e toda sociedade, o que pode ser vista na Tabela 5, abaixo.

Tabela 5 - População residente no município de Salvador - 1940-1996

1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
292.963	392.890	635.917	1.007.195	1.493.688	2.075.273	2.211.539

Fonte: IBGE (2015).

A economia urbana inferior constituída por atividades de fabricação, comércio e serviço, com grau de capitalização, tecnologia e organização relativamente baixa, em território não atingido diretamente pelas formas contínuas de modernização, em território degradado, por ações pretéritas de “modernidades”, geram renda variáveis, porém incertas e

com alto risco, à medida que oferecem produtos ou serviços a uma população que não tem acesso aos produtos da economia superior, colaborando com isso na busca da sobrevivência diária dos atores envolvidos neste circuito, com o mesmo perfil, ou seja, pobre. Segundo Cacciamali (2000):

A categoria informalidade representa na literatura fenômenos distintos e reflete [...] as dificuldades que as organizações, os indivíduos e o coletivo social vêm enfrentando para superar, com as regras legais vigentes ou os procedimentos-padrão, as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais, segundo. (CACCIAMALI, 2000, p. 153).

Categoria que também representa: proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde as relações capital/trabalho não se encontram bem estabelecidas (TOKMAN; SOUZA, 1976,1978), o que, para Corragio (2003), representam um:

[...] conjunto dos micros empreendimentos mercantis – unipessoais ou familiares- que se caracterizam: pela baixa produtividade, pelo baixo nível de capitalização; por seu pequeno porte; pelo peso das relações familiares; por sua incapacidade em quantificar, calcula e planejar; e, sobretudo, por sua ilegalidade e também, em consequência, por sua dificuldade de acesso ao crédito bancário e dependência dos usurários. (CORRAGIO, 2003, p. 2).

Enquanto Dantas (1999) diz que:

Unidades muito pequenas, geradoras de renda familiar, cujos proprietários trabalham diretamente no dia a dia dos empreendimentos, acumulando funções produtivas e gerenciais, com pequeno número de pessoas ocupadas, recorrendo principalmente aos membros da família [...] (DANTAS, 1999).

Reforçando esse argumento, a Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁴ (2002), acrescenta que estas atividades:

[...] apresentam sérias limitações e baixos níveis de produtividade e sustentabilidade (capacidade de gerar as condições de continuidade da atividade e do rendimento resultante), causada pela falta de acesso as tecnologias apropriadas à sua realidade, a falta de infraestrutura que melhore sua capacidade produtiva, a escassez de informações e instrumentos para uma participação mais efetiva no mercado, e principalmente as enormes limitações para conseguirem financiamentos.

¹⁴ Agência especial da Organização das Nações Unidas (ONU) (SANDRONI, 1994).

Unidades pequenas, geradoras de renda familiar e onde os proprietários trabalham diretamente acumulando funções produtivas e com baixa produtividade e sem garantias reais apresentando, portanto, dificuldade de acesso ao crédito bancário, limitações para conseguirem financiamentos.

Segundo Santos (2004), o aparelho bancário era limitado no espaço [...] as possibilidades de acesso ao “crédito burocrático” são restritíssimas [...], reforçado por Sicsú e Crocco (2003) que ao buscarem uma teoria da localização das agências bancárias no Brasil, concluíram que o número destas em cada estado brasileiro é proporcional ao produto interno bruto – PIB, ou ao grau de concentração de renda. Lógica que se reproduz no intra-urbano de Salvador, onde o bairro da Pituba, com renda per capita de R\$ 3.147,59, tinha 36 agências bancárias, enquanto Cajazeiras, com população próxima da Pituba, mas com renda per capita de R\$ 490,27, haviam apenas 4 agências, conforme dados do Banco Central do Brasil –Bacen (2014). Abaixo o Quadro 1 com os bancos em Cajazeiras, cada um com uma agência.

Quadro 1 - Bancos presentes em Cajazeiras em 2015

NOME DA INSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO
Banco do Brasil S.A.	16/01/2001
Banco Bradesco S.A.	24/10/2007
Caixa Econômica Federal	29/06/2011
Itaú Unibanco S.A.	03/05/2013

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BACEN (2015).

O Quadro 1 acima ajudar a entender um pouco sobre essa relação dos bancos com a renda da localidade. Cajazeiras, complexo habitacional, com população de 60.213, fundado na década de 1980, só começou a ter serviços bancários via uma agência do Banco do Brasil em 2001, ou seja, quase duas décadas depois de sua inauguração. Apenas em 2007, seis anos depois, o banco Bradesco abre uma unidade no local, para em seguida, após, três anos, a Caixa Econômica Federal (CEF), e em 2013, dois anos depois da CEF, o banco Itaú Unibanco, abrir uma agência no território de Cajazeiras.

Vale lembrar que Cajazeiras também colabora com serviços para Castelo Branco, Pau da Lima, Sete de Abril, Fazenda Grande I, II, III e IV, e com a população dos nove blocos de Cajazeira totalizam uma população de 178.487, população equivalente a cidades de porte

médios, que demandam, entre outros, diários serviços financeiros e bancários, mas que não são contempladas, em sua totalidade, pelo sistema bancário brasileiro.

Parente (2002), denuncia que:

[...] os mecanismos tradicionais de mercado e nem as estratégias de intervenção do Estado tem conseguido responder aos desafios de redução das desigualdades com um mínimo de sustentabilidade [...]. (PARENTE, 2002, p. 10).

Dificuldades estas que vêm sendo enfrentadas pelos setores populares da economia urbana (CORRAGIO, 2003) ou inferior (SANTOS, 2004), no sentido de superar as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais, principalmente na segunda metade do século XX, geradas pelo setor moderno da economia, com fortes reflexos negativos sobre o urbano, o social e o econômico, que pressionam ainda mais os setores da economia popular e pobre; pressionando e inflacionando com o aumento dos micro empreendimentos informais e da concorrência, que coloca em risco a atividade econômica e a fonte de renda para milhares de indivíduos na sociedade brasileira, com maior ênfase as economias mais fragilizadas e com baixo dinamismo como a de Salvador.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços e aqueles que não tem como satisfazê-la. Criando diferenças quantitativas e qualitativas do consumo, com desdobramento para a reprodução socioeconômica das famílias pobres.

Há nestas áreas uma concentração do trabalho e do consumo, que pode ser percebida nos bairros, favelas e invasões populares erguidos em Salvador a partir da década de 1940. Inseridos em economias urbanas nas quais predominam os baixos e incertos salários e/ou renda, onde certos produtos e bens podem ser comprados fiado, com a utilização de crédito pessoal e direto (lado da demanda que complica a existência das atividades), pois os pobres dispõem do crédito pessoal, direto e usurário (agiota), como salienta Santos (2004), crédito mais que necessário para reproduzir-se social e economicamente.

Segundo Abramovay (2004) ainda que haja uma aparente contradição quando se trata da vida financeira daquelas famílias vivendo próximo da linha de pobreza, esta é para o autor, assim como para Yunus (2001), Santos (2004), uma realidade que precisa ser desvendada por que, segundo Singer (2004, p. 13), [...] a emancipação dos pobres não se daria (mais)

exclusivamente pela redistribuição do valor produzido pelo trabalho para o capital [...] mas também através da criação de condições para que a pequena produção possa se expandir melhorar seus produtos e processos (SINGER, 2004, p. 14) [...] tendo visto o aumento do ganho do trabalhador autônomo, individual, em meio as dificuldades caracterizadas e denunciadas por Tokman e Souza (1976,1978), Corragio (2003), Dantas (1999), OIT (2002) e Parente (2002).

3 MICROCRÉDITO: CONCEITOS, PÚBLICO ALVO, MÉTODO E HISTÓRIA

O acesso dos indivíduos aos serviços financeiros assim como o “desenvolvimento democrático das instituições financeiras são peças fundamentais no processo de desenvolvimento econômico e social sustentável”, segundo o Banco Mundial (KUMAR, 2004, p.1). Ainda assim, “o sistema financeiro brasileiro atende muito parcialmente às necessidades das pequenas e micro empresas e, menos ainda, às necessidades dos trabalhadores por conta própria”, Carvalho e Abramovay (2004, p. 17). Segregação financeira, que dificulta a reprodução econômica e social dos milhares de indivíduos pobres brasileiros, “em um país em que o sistema financeiro é muito desenvolvido, sofisticado e complexo, com bancos e instituições dotados de elevada solidez patrimonial e capazes de gerar lucros substanciais¹⁵” (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 17).

No que tange à espacialidade das agências bancárias no Brasil, Crocco e Sicsú (2003) afirmam que há uma forte associação entre a localização dessas em uma dada região e o tamanho do PIB local, ou seja, há uma seleção territorial destas a favor da reprodução do lucro bancário e não da democratização dos serviços financeiros. Nessa linha, Kraychete (2009) afirma que, no estado da Bahia, a cidade de Salvador, em 2005, concentrava “91,63% do estoque médio de depósitos e 93,74% do estoque médio de crédito” (KRAYCHETE, 2009, p. 92) da região metropolitana, e que das agências existentes na Bahia, 215, ou seja, 25% do total de 739, localizava-se em Salvador, segundo Kraychete (2009).

Uma vez em Salvador, dados do Banco Central do Brasil (Bacen) (2014) demonstram que no bairro da Pituba existiam, em 2014, 35 agências bancárias, enquanto em Cajazeiras, com uma população próxima da de Pituba, em torno de 60 mil habitantes, havia apenas 4 agências, reforçando Kumar (2004) e Kraychete (2009). Conjunto de informações e argumentos que reforçam a urgente necessidade de reestruturação do sistema financeiro brasileiro voltando-se para a maioria dos indivíduos e democraticamente para todos os municípios dessa nação, assim como incentivo que colabore com a democratização de acesso a serviços financeiros, como as cooperativas, bancos comunitários e o microcrédito, objeto dessa pesquisa. Microcrédito que, segundo instituições de cooperação internacional, tais como o UNICEF, Banco Mundial, OIT, colaboram quando associada a outras ações na democratização dos serviços financeiros em nações subdesenvolvidas, ajudando na

¹⁵ O Banco Itaú registrou em 2014 um lucro de R\$ 20,6 bilhões (BBC-Brasil, 2015), e o sistema financeiro brasileiro apareceu no 3º lugar no ranking de lucratividade mundial (Folha de São Paulo, 2015), enquanto o Brasil é a sétima economia mundial em termos de riqueza (FMI, 2015).

diminuição da pobreza e da desigualdade socioeconômica entre os indivíduos e seus territórios.

O economista Otaviano Canuto (2001), da Unicamp, ao se referir as formas de erradicação da pobreza, afirma que as ações tais como “educação, formação profissional, reforma agrária e o microcrédito”, devem se voltar para “ampliar os estoques de ativos com os quais os pobres participam no processo econômico”, mas pondera quando diz que o “microcrédito não é uma panaceia contra a pobreza”.

No Brasil, em 1973, o microcrédito foi apresentado como uma proposta alternativa de oferta de crédito para micro empreendedores informais e formais urbanos e rurais. Uma literatura ampla e plural a partir da década de 1990 foi erguida e contribuiu para a difusão dessa alternativa de oferta de crédito para o empreendedor micro informal e formal (MEI¹⁶), gerando debate sobre seu papel, possibilidades e alcance econômico e social. Debate polarizado basicamente por duas correntes, onde uma defende a inclusão socioeconômica dos microempreendedores informais¹⁷ e formais mais pobres e menos estruturados, e a outra, mais financista¹⁹, que se aproxima de empreendedores mais robustos em termos de capital, condição física, entre outras características.

Os conceitos usados pelas duas perspectivas sumarizam a condução do microcrédito e seu foco, direcionando-o como uma ferramenta mais social ou mais financeira, ainda que haja neste tipo de operação os dois elementos, aproximando-se ou distanciando-se dos microempreendedores informais e formais mais pobres, entre os mais pobres.

Nessas circunstâncias, definir essa categoria exige que se faça uma breve revisão bibliográfica em torno das duas perspectivas, colaborando por diferenciá-las, ao tempo em que se deixa claro qual conceito norteará esta pesquisa: “microcrédito é a oferta de crédito

¹⁶ Micro Empreendedor Individual (MEI), conforme a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que define com maior exatidão o pequeno empresário previsto na Lei complementar nº 123, de 19 de dezembro de 2006, que cria o Estatuto da Micro e Pequena Empresa. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm, que é sustentado pelo Artigo 966, do Código Civil brasileiro (2002) http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm **LIVRO II -Do Direito de Empresa - TÍTULO I - Do Empresário - CAPÍTULO I -Da Caracterização e da Inscrição**-Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. -Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa. Simples Nacional - O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documents/Pagina.aspx?id=3>

¹⁷ A origem do microcrédito remonta para uma resposta social via o crédito adequado para os mais pobres afastados do sistema financeiro ...

¹⁸ Que rendeu o Prêmio Nobel da Paz para o economista bengalês: Yunus, em 2006.

¹⁹ Que ganha corpo com a entrada do Sebrae Nacional no processo em 1990.

para microempreendedores informais (na sua maioria), via uma metodologia creditícia, que respeita a realidade e a condição material destes, viabilizando a concessão de operações de “pequenos” montantes para centenas de indivíduos.” (LOPES, 2011, p. 16).

3.1 CONCEITOS E FOCOS: DUAS PERSPECTIVAS PARA A MESMA CATEGORIA

Do ponto de vista histórico, o microcrédito surge no Brasil em 1973²⁰ (GOLDMARK, POCKROS; VECHINA (2002), Lopes (2011), mas se popularizou na década de 1990, quando o setor avançou no território nacional apoiado pelas condições legais²¹ e aumentou o número de ofertantes e estudiosos, e a estabilidade econômica é alcançada após o lançamento do programa de estabilidade monetária, Plano Real em 1994. Portanto, o que veremos a seguir são contribuições de diversos autores dentro e fora do Brasil, que colaboram por erguer uma literatura em torno do setor.

Dentro desse contexto, Gulli (1998) sumariamente define microcrédito como serviços financeiros de pequenos valores, enquanto Schreiner (2001) o declara como crédito concedido à pessoa de baixa renda. Para Neri (2008), microcrédito trata-se de empréstimos de baixo valor concedidos às pessoas de baixa renda, ou seja, une os conceitos definidos pelos autores Gulli (1998) e Schreiner (2001).

Nessa linha, Hollis e Sweetman (1998); Robinson (2001); Nichter, Goldmark e Fiori (2002), e Monzoni (2006), definem como crédito oferecido às pessoas de baixa renda (ver categoria) para investimentos em atividades produtivas²² (ver categoria). Definições que levantam elementos novos à oferta de crédito no Brasil, tradicionalmente reservada aos empreendimentos de médio e grande porte e ao consumo.

Ainda assim, essas formas de conceituar tendem para uma simplificação que distancia da proposta original do microcrédito à medida que se apresenta apenas como “crédito pequeno”, pois, como tal, o microcrédito se resume a operações financeiras, que envolvem cessão de dinheiro ou a facilidade de obter empréstimos. Mas, a proposta original do microcrédito vai mais adiante que a simples operação de crédito, rompe essa lógica financista.

Alves e Soares (2006) subsidiam esse último argumento, quando definem que o microcrédito são serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa

²⁰ Se populariza no mundo com aval de instituições internacionais tais como PNUD, OIT (Sistema ONU), com as experiências exitosas, pela escalas alcançadas e propósito institucional²⁰, em Blagadesh (1975), com o Grameen Bank, na Bolívia, com o programa BancoSol, entre outras ações no mundo, com destaque para a América Latina.

²¹ [Lei do Terceiro Setor, OSCIP](#)

²² Serasa – Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) foi cunhado pela Associação Brasileira de Gestores e Operadores de Microcrédito (ABCRED).

renda, tradicionalmente excluído do sistema financeiro tradicional. Assim, como o Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), quando afirma que microcrédito é a concessão de empréstimo de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional (BNDES, 2014).

De qualquer forma, os conceitos descritos até aqui parecem não tratarem do sistema financeiro, ao levantar pontos que nunca estiveram associados à oferta de crédito no Brasil, tais como: pequenos valores; informalidade, pequenas atividades, todos excluídos do vocabulário e das operações.

Corroborando com o argumento do BNDES, os autores Barone, Dantas e Rezende (2002) afirmam que microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor para microempreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais.

Diferente de Gulli, Schreiner e Neri, o conceito definido pelo BNDES (2014), assim como por Barone, Dantas e Rezende (2002), ganha feições que extrapolam a simples operação financeira para um dado público de baixa renda e ganha um contexto socioeconômico, quando informa que se trata de oferecer crédito via metodologia específica para aqueles sem acesso ao sistema financeiro.

Apoiando essa definição, a Lei 11.110 (BRASIL, 2005) que assiste ao programa Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) define a categoria como crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras das atividades produtivas de pequeno porte, que utilizam metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, ou seja, as operações são realizadas fora das agências bancárias, o agente vai para o bairro, para as vias públicas, mudando de comportamento e sendo mais democrático espacialmente. Parente (2002), por sua vez, colabora com essa conceituação quando afirma que:

[...] o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor. Ele carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador: [...] à camada da população de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, em especial os microempreendedores do segmento informal da economia. (PARENTE, 2002, p. 16).

Yunus (2001) afirma que microcrédito é muito mais que entregar dinheiro e recebê-lo de volta. Esta é apenas uma parte. Microcrédito é também mudança social.

O que, para Toscano (2001), constitui:

[...] uma filosofia de mudança capaz de desencadear mecanismos inovadores voltados o combater o apartheid socioeconômico [...] já que é voltado para aqueles indivíduos que não têm acesso ao sistema financeiro. (TOSCANO, 2001, p. 3).

Voltar-se para aqueles não atendidos pelo sistema financeiro tradicional e para as atividades micro e informais urbanos e rurais, levantados por Toscano (2004), fazem do microcrédito um forte instrumento de inclusão social e econômica, pois, para Parente (2002):

[...] os mecanismos tradicionais de mercado e nem as estratégias de intervenção do Estado tem conseguido responder aos desafios de redução das desigualdades com um mínimo de sustentabilidade [...] o microcrédito surgem como alternativa de combate à pobreza por meio de mecanismo de mercado. (PARENTE, 2002, p. 10).

Dessa forma, não dá para tratar o microcrédito como unicamente mais um produto financeiro voltado a um público específico, pois o mesmo traz consigo elementos associados à inclusão socioeconômica, com forte demanda em um país com enormes desigualdades no Brasil.

Assim, através de uma metodologia que associa elementos de mercado, crédito, com elementos sociais – valores morais e associativismo –, o microcrédito constitui-se com-o mais uma alternativa de financiamento dos mais carentes que desenvolvem atividades informais sejam comerciais, de produção ou mesmo prestando serviços, à medida que fazem chegar às mãos destes os recursos necessários à sobrevivência de suas atividades, colaborando com o fortalecimento destas e reafirmando-as como fontes de renda sustentável.

É importante observar que, na literatura relacionada ao setor, e, muitas vezes de forma errônea, fora desta, usa-se para falar do microcrédito especificamente a expressão microfinanças. Microfinanças é, segundo Parente (2002), a ampliação do conceito de microcrédito e de sua lógica para “produtos” e serviços financeiros, que incluem poupança, financiamento habitacional e educacional, seguros, cartão de crédito, entre outros. Mas, o objeto deste trabalho é o microcrédito urbano.

3.2 CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO ALVO

As nuances percebidas no caminho traçado para as definições do microcrédito na literatura obrigam conhecer as características dos microempreendedores informais e formais

(MEI), que em grande parte estão sob os limites da “economia informal”²³ ou do “circuito econômico urbano inferior”, conforme Santos (2004).

Assim, para Dantas (1999), os microempreendedores alvo do microcrédito, são na sua maioria:

Unidades muito pequenas, geradoras de renda familiar, cujos proprietários trabalham diretamente no dia a dia dos empreendimentos, acumulando funções produtivas e gerenciais, com pequeno número de pessoas ocupadas, recorrendo principalmente aos membros da família [...] (DANTAS, 1999, p. 13).

Para Santos (2007), tratam-se de pequenos estabelecimentos mal instalados, mal equipados e que ocupam individualmente muito pouca mão-de-obra, baseada mais no trabalho que no capital e com alta concentração na comercialização dos produtos alimentícios.

Ou seja, grande parte dos microempreendedores é frágil, instável, atua mais na distribuição (comércio) e tem como objetivo a sobrevivência. Assim, surgem atividades estruturadas em meio aos poucos recursos exigentes e possíveis, que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁴ (2002):

[...] apresentam sérias limitações e baixos níveis de produtividade e sustentabilidade (capacidade de gerar as condições de continuidade da atividade e do rendimento resultante), causada pela falta de acesso às tecnologias apropriadas à sua realidade, à falta de infraestrutura que melhore sua capacidade produtiva, a escassez de informações e instrumentos para uma participação mais efetiva no mercado, e principalmente as enormes limitações para conseguirem financiamentos²⁵.

Limitações resultantes das dificuldades de somar os recursos materiais e gerencias necessários em qualidade e quantidade, em meio à urgência de gerar renda. Nestas circunstâncias, o crédito, também difícil para esse público, é indispensável, pois é a possibilidade de manter-se numa atividade geradora de renda.

Segundo Santos (2004), os elementos essenciais do funcionamento do “circuito econômico urbano inferior” são o crédito, os intermediários financeiros e o dinheiro líquido. A função do crédito, indispensável à sobrevivência das famílias e também dos negócios, ressalta a importância do endividamento em todos os níveis, como estratégia de

²³ Parte da economia que abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou à produção de serviços [...] que não são constituídas de acordo com as leis vigentes [...] (SANDRONI, 1994).

²⁴ Agência especial da Organização das Nações Unidas (ONU) (SANDRONI, 1994).

²⁵ O acesso ao financiamento, ao crédito de uma forma geral no Brasil, sempre foi restrito, limitado. O sistema financeiro brasileiro, apesar de desenvolvido, sofisticado, com bancos sólidos em termos patrimoniais e com capacidade de gerar lucros substanciais ao longo do tempo, oferece crédito de forma restrita e mais diminuta ainda para os micros empreendedores informais.

sobrevivência, ou seja, o indivíduo não tem renda certa e/ou garantia dessa e usa do crédito possível (agiota, fornecedor, família, entre outras opções) como mecanismos para driblar as dificuldades impostas para sobreviver diariamente, tais como se alimentar, ter um teto para morar, reproduzir-se social e economicamente.

Endividamento que adia parte das urgências materiais e credita no futuro a esperança de uma vida melhor para si e para a família. A luta contínua deste é ter acesso ao crédito e manter este vivo, factível e em maior número, junto aos intermediários possíveis, porque o sistema financeiro brasileiro mantém o acesso ao crédito de forma restrita, cara, limitada e seletiva, apesar de desenvolvido, sofisticado, sólido em termos patrimoniais e com capacidade de gerar lucros substanciais ao longo do tempo. Seletividade praticada pelos bancos que encaram as características sumarizadas por Dantas (1999), Santos (2004), Fontes (2006) e a OIT (2002) e outros, como de alto risco e custos elevados, ou seja, não a conhece e tem outras formas de garantir sua rentabilidade distante desses, limitando e restringindo a oferta de crédito mais ainda para este público, que outros, via as exigências de capital vultosos, garantias reais, controles contábeis, assim como as obrigações sociais, fiscais e laborais.

Singer (2004) alerta que “a luta contra a pobreza (nas nações subdesenvolvidas) mudou de rumo” (SINGER, 2004, p. 14). Trata-se hoje de “criar condições (acesso ao crédito somada a outras ações) para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção, tendo em vista o aumento do ganho do trabalhador autônomo, individual ou associado.

Para Canuto (2001), são “atividades de pequena escala, baixos requisitos de capital, tecnologia e qualificação de mão-de-obra”, “nem por isso deixam de ser agregadoras de valor e de constituir em oportunidade para pequenos investimentos. Oportunidades, porém, frequentemente inviabilizadas pela ausência de crédito ou outras fontes de recursos de terceiros necessários”, que reforça o microcrédito como ferramenta social importante, junto com outras (educação, reforma agrária) paralelamente, na luta contra a pobreza e a desigualdade.

Nessas condições, tratar de microempreendedores informais e formais é tratar de condições que, para o setor bancário, se relaciona com alto risco, dada as dificuldades para compreender este setor, dimensionar, instabilidades comuns aos mesmos e às incertezas envolvendo sua sobrevivência e as fragilidades financeiras que a cercam.

No sentido contrário, respeitando estas características dos empreendedores informais e formais descritas até aqui, o microcrédito usa uma tecnologia creditícia, desenvolvida ao longo do tempo por instituições em vários países, formatada com o objetivo de superar as

principais dificuldades que barram o acesso ao crédito e serviços financeiros, através de uma engenharia que tenta resolver os principais gargalos: viabilizar crédito de pequena “monta” para aqueles que não podem ofertar, em troca, quaisquer garantias reais.

3.3 MÉTODOLOGIA PARA OFERTAR CRÉDITO PARA MICROEMPREENDEDORES INFORMAIS

As operações deste tipo de crédito são liberadas, em sua maioria, para capital de giro, ou seja, para compra de matéria-prima ou mercadoria ou mesmo sendo constituída como reserva de recursos para serem utilizados para suprir as necessidades financeiras da empresa ao longo do tempo. Na maior parte dos créditos concedidos, os com prazo de amortização é curto, podendo variar de um a seis meses, de acordo com a atividade e o ciclo de negócio das atividades.

Os valores emprestados iniciam-se pequenos (mínimo de R\$ 100,00 – cem reais) e vão graduando até um determinado montante (R\$ 15.000,00) relacionado à capacidade de pagamento do demandante, de acordo com o cumprimento dos contratos e com base na avaliação técnica apurada pelo assessor de crédito da instituição ofertante, uma das atividades de monitoramento permanente implícita na metodologia e realizada pelo técnico responsável pela área. Estas são definidas estrategicamente priorizando bairros populosos com maior concentração de atividades.

As exigências para a concessão do crédito limitam-se a cobrar que a atividade possua no mínimo seis meses de existência, comprovada por notas de compra, algum outro registro, e que o proprietário não tenha problema creditício (no SPC²⁶, Serasa²⁷ e entre os vizinhos) e que assuma o aval moral ou solidário, sistema de aval cruzado assumido voluntariamente pelos membros do grupo - no mínimo três componentes e no máximo seis - como garantia colateral do crédito frente às instituições de microcrédito, que substitui a garantia real exigida pelos bancos.

Todo esse aparato e mais outros elementos de cunho sócio-cultural, tais como o comportamento do empreendedor diante da família, da atividade que exerce e da comunidade, que são observados na análise do crédito, formam a tecnologia de crédito do microcrédito. Arelada a esta, também há um sistema de monitoramento forte sobre os atrasos dos créditos à medida em que o técnico da instituição tem presença diária nas comunidades ou vias públicas

²⁶ Serviço de Proteção ao Crédito – gerenciada pelo Conselho de Diretores Lojistas (CDL) de cada município dentro do estado.

²⁷ Empresa que realiza o serviço de proteção ao crédito dos bancos nacionais (SERASA, 2008).

com maior concentração de atividade empreendedora informal ou formal, como o micro empreendedor individual (MEI).

Os programas existentes no país trabalham na sua maioria com crédito de capital de giro para os microempreendedores, que se caracterizam por trabalhar com pequenos valores no intervalo de R\$ 100,00 a R\$ 1.438,04 (valor médio do programa Crediamigo/BNB²⁸), de acordo com a capacidade de pagamento dos empreendedores e com prazos que variam de um a seis meses de acordo com o ciclo das atividades, mediante acordo realizado com o técnico em crédito no momento da visita de avaliação do crédito e a análise deste. As taxas de juros cobradas por operação equivalem aos juros do mercado para o mesmo produto em bancos, segundo as instituições.

A tentativa de trabalhar com “valores adequados” à realidade dos empreendedores, o “acompanhamento e o monitoramento sistemáticos das atividades realizados pelo corpo técnico das instituições, são fatores que fazem o sucesso do microcrédito, devido aos baixíssimos índices de inadimplência de sua carteira de crédito.” (DANTAS, 1999, p. 14).

Sobre a atuação de cobrança das instituições para com seus clientes pesam críticas sobre os limites dessas práticas. O jornalista Cédric Gouverneur (2012), do *Le Monde Diplomatique* (Brasil), na matéria intitulada: *Microcrédito, o negócio da miséria*, se referindo a programas na Índia, afirmou que, naquele país, instituições guiadas pela lógica do lucro, se distanciaram de seus propósitos de emancipar os mais desfavorecidos” à medida que os afundam na miséria via cobranças exageradas” e sem piedade. Para Sachs (2008), a “revolucionária experiência do Grameen Bank, em Bangladesh, quebrou o tabu da impossibilidade de acesso ao crédito para os pobres” (SACHS, 2008, p. 58), e completa dizendo que:

o seu sucesso se deve ao reconhecimento de que mesmo um empréstimo muito modesto pode mudar radicalmente a vida de uma família pobre ao proporcionar o capital de giro para as atividades que permitem uma circulação rápida deste capital – várias vezes, numa mesma semana. (SACHS, 2008, p. 58).

Por sua vez, Harvey (2014) afirma que o:

microcrédito, em sua encarnação social (conforme antevista por Yunus, prêmio Nobel da Paz), realmente ofereceu novas possibilidades e teve impacto significativo sobre as relações de gênero, com consequências positivas para as mulheres em países como Índia e Bangladesh. Mas o faz

²⁸ Ver: <http://www.bnb.gov.br/resultados>.

impondo sistemas de responsabilidade coletiva para pagamento de dívida que podem aprisionar mais do que liberar. (HARVEY, 2014, p. 58).

O microcrédito operacionalmente resume-se à oferta de pequenos créditos, que variam de R\$ 100,00 (cem reais) a 15.000,00 (quinze mil reais), conforme legislação vigente em 2015, para microempreendedores informais, os quais não possuem os registros formais exigidos pelos órgãos competentes, localizados, na sua maioria, em bairros periféricos ou mesmo nas vias urbanas dos principais centros periféricos.

Operações que usam de uma metodologia específica e adequada ao seu público, e alternativa aos modos tradicionalmente aplicados pelos bancos com todas as exigências e garantias reais, via vários formatos institucionais, que, no caso do Brasil, vão desde as Organizações Não Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP'S), Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM), passando por programas públicos municipais e estaduais, até bancos federais como o programa CREDIAMIGO do BNB.

Programas alternativos ao sistema bancário, que surgem com o propósito de corroborar com o fortalecimento, com apoio creditício adequado e responsável, em que se busca ofertar empréstimos que venham a fortalecer seu capital de giro ou mesmo realizar pequenos investimentos fundamentais para a existência ou progresso das atividades, e de assessoramento gerencial, de milhares de atividades informais, que são, na sua maioria, uma “constituição incipiente, onde se ocupa a maior parte do excedente da oferta de trabalho urbana, com o objetivo de gerar seu emprego e sua renda” (CACCIAMALI, 2000,p.3), os quais não possuem os registros formais exigidos pelos órgãos competentes das várias esferas públicas. Operações que envolvem uma metodologia específica e adequada. O banco que vai até o cliente (YUNUS, 2000) montado sobre a realidade daqueles que precisam deste serviço essencial a sobrevivência de seus empreendimentos: o crédito.

Crédito que em uma economia capitalista tem a funcionalidade de adiantar o tempo e os processos, mas nas economias populares, tem a função de possibilitar aos “nanos” (micro) negócios os recursos necessários para a manutenção do que é básico para o funcionamento de suas atividades: a mercadoria para a comercialização, os insumos para a produção ou mesmo os fatores para a prestação de serviço. Os quais são sacrificados muitas vezes em função de problemas familiares (enfermidades, por exemplo), que obrigam a descapitalizarem seus negócios, porque estes são a única fonte de renda e poupança da família do empreendedor,

não havendo alternativa. Este é um dos muitos pontos que justificam a fragilidade das micro unidades produtivas no país.

Para os empreendedores, o acesso ao crédito é a chance de garantir uma mercearia viva ou um carrinho de pipoca, sempre no ponto já conhecido dos “fregueses”, e, como resultado, o pequeno lucro que se transforma em renda, que alimenta a família, e em capital, que alimenta o estoque, isto, para as atividades de “acumulação simples”, para as atividades de “sobrevivência”, o lucro vira logo renda, e qualquer necessidade de dinheiro a mais compromete a existência destas muitas atividades, impondo um enorme risco a sua existência.

3.4 BREVE HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO NA BAHIA

O processo evolutivo do microcrédito no estado baiano pode ser dividido, apesar de extenso, em duas fases. Uma fase de um intervalo mais longo que vai do surgimento do movimento em torno do microcrédito em 1973 até o ano 2001, que antecede a entrada do governo do estado baiano no processo, e outra, mais contemporânea, que compreende o período que marca a entrada do governo estadual (2002) até o ano de 2014. Seguindo essa orientação, será descrita a evolução do “crédito popular” na Bahia.

3.4.1 Evolução do microcrédito: das ONG’s ao CREDIAMIGO (1973- 2008)

A Bahia, especificamente a cidade de Salvador, juntamente com o estado de Pernambuco (na cidade de Recife) gozou da oportunidade, na década de 1970 (mais precisamente 1973), (ROCHA; MELLO, 2004) (LOPES, 2011), de ser escolhida entre as diversas regiões brasileiras para testar uma nova metodologia de crédito que propunha ser alternativa ao sistema de crédito tradicional, fazendo chegar até o empreendedor informal recursos no tamanho e nas condições adequadas as suas necessidades.

A União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), que ficou conhecida como “Programa Uno”, era uma associação civil sem fins lucrativos que nasceu com o intuito de ofertar crédito e capacitação aos micro empresários, na maioria informais, especificamente aqueles que não contavam com possibilidade de acesso ao crédito bancário e

terminavam por assumir maiores riscos em suas atividades, dadas as fragilidades financeiras²⁹, realidade típica desse tipo de atividade (ROCHA; MELLO, 2004).

Apesar de encontrar a Bahia em meio ao processo induzido de desenvolvimento via industrialização planejada, o Programa Uno, “que também objetivava o mesmo propósito, mas com foco nas micro unidades produtivas, perde as condições de viabilizar-se e encerra suas atividades em 1987 nos dois estados” (ROCHA; MELLO, 2004, p. 86). As dificuldades de financiamento, recursos para criar o fundo necessário para realizar as operações junto ao micro empreendedor e a necessidade de manter-se, viabilizar-se econômica e financeira, e institucionalmente, colaboraram com o encerramento do Programa.

Alternativamente, dois anos depois do encerramento das atividades do “Programa Uno” (no ano de 1989), a Bahia – também sem apoio do estado - recebe mais uma instituição que se propunha trabalhar com microcrédito, o Banco da Mulher (BM), ONG filiada ao Women’s World Banking³⁰, que se fixou na cidade de Salvador, com presença também nos municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho, concentrando suas atividades na RMS (PROGRAMA, 2007).

Estas instituições de microcrédito no estado chamam atenção por serem experiências com forte apoio internacional, bem como por chegarem via cidade de Salvador, maior PIB do estado e não no interior onde se localiza de forma gritante a pobreza do estado, e não contarem com o apoio do Estado, apesar de se encontrarem em um momento da história econômica baiana de mudanças que buscavam o desenvolvimento econômico e social.

Destoando dessa tendência de concentrar-se na região metropolitana de Salvador, em 1994, na cidade de Feira de Santana, atrelada à articulação da ONG Movimento de Organização Comunitária (MOC), da sociedade local, da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE) e com apoio do UNICEF, surge a organização civil Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Bahia (CEAPE/BA), atrelada à “Rede CEAPE” que hoje está presente em 12 estados³¹, com maior destaque na região do nordeste brasileiro (CORSINI, 2007), mas também sem o apoio do governo estadual.

Quando o CEAPE chegou à Bahia, já existiam CEAPEs nos estados do Rio Grande do Sul, desde 1987; no Rio Grande do Norte e no Maranhão, desde 1989; bem como em

²⁹ As condições que servem de base para estruturação das atividades micro empreendedoras informais são na sua maioria incipiente e frágeis, deixando-as vulneráveis todo tempo e as colocando em situação de risco permanente (DANTAS, 1999).

³⁰ Women’s World Banking é uma instituição internacional que mantém sedes em diversos países (PROGRAMA, 2007).

³¹ Apenas três dos CEAPE’S tem suas matrizes em cidades do interior. São elas as unidades da Bahia, da Paraíba e de Goiás (DANTAS, 1999).

Pernambuco, Sergipe e no Distrito Federal, que tiveram suas inaugurações em 1992 (DANTAS, 1999).

Em se tratando da sua expansão, o CEAPE/Ba, por meio de filiais a partir do ano de 1998 (quatro anos depois de sua inauguração), abre uma unidade na cidade de Alagoinhas e outra em Salvador em 1999, com apoio da Organização para a Cooperação Internacional a Projetos (DISOP), entidade belga³² (CORSINI, 2007), o que reforça o apoio externo em meio ao descaso do governo estadual, paradoxalmente.

A chegada do CEAPE abre a possibilidade de avanço do microcrédito no estado em direção ao interior, tendo a matriz, em Feira de Santana, como referência para os limites físicos de sua expansão. Quantitativamente, o “Centro de Apoio” avança até aquele momento, como nenhuma outra entidade nessa área, com suas cinco unidades.

Importante ressaltar que as entidades que iniciaram esta segunda empreitada em torno da oferta alternativa de crédito ao microempreendedor no estado, depois do “Programa UNO”, tiveram um enorme desafio, não só na tentativa de viabilizar as instituições individualmente, mas com a preocupação de expandir o microcrédito, seja fisicamente, seja na ampliação da discussão em torno do tema que fizesse chegar as informações até os interessados e colaborasse com o crescimento do setor, e envolvimento do estado via o governo da época.

Voltando para o processo evolutivo do microcrédito na Bahia, é importante ressaltar que, até o ano de 1997 (passados, portanto, 24 anos desde a primeira experiência em 1973), o estado contava apenas com duas entidades voltadas à oferta de crédito com métodos alternativos que apoiavam micro atividades informais, o Banco da Mulher, na cidade de Salvador, e o CEAPE, em Feira de Santana (110 km de Salvador), oportunidades de diversificar a oferta, em gênero e no espaço baiano, ampliando o território atendido.

Passadas duas décadas, o microcrédito mantinha-se distante dos municípios mais pobres e mais necessitados de apoio e ainda se concentrava nas cidades de maior porte e mais desenvolvidas do estado, distanciando, portanto, o microcrédito do seu propósito: colaborar com a inclusão econômica e social dos empreendimentos informais das áreas mais pobres³³, como já demonstrado, guardada as proporções, nas experiências dentro e fora do Brasil.

³² Ver: <http://www.disop.be/por/Wie.html>

³³ Segundo Yunus, responsável pela maior experiência de microcrédito do mundo, conforme muitos divulgam, “Aqueles que querem se inspirar em nosso sistema aconselhamos a começar sua experiência com os 25% mais pobres da população [...]” (YUNUS, 2000, p.225).

No ano de 1997, já como consequência do envolvimento do governo federal no incentivo da atividade de microcrédito³⁴, chega à Bahia o programa de microcrédito do banco de desenvolvimento regional Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o programa CREDIAMIGO (PROGRAMA, 2015). Abrindo um parêntese no processo evolutivo, chama atenção que, com a entrada do governo federal no processo e as experiências existentes no estado baiano, não tenham conseguido atrair a atenção e apoio do governo que representava o estado para o microcrédito na Bahia, parece que o governo do estado estava preso ao paradigma do grande empreendimento gerador de emprego e riqueza, e dos problemas do subdesenvolvimento.

O CREDIAMIGO, em sua chegada na Bahia, primeiro aportou no município de Itabuna³⁵, região sul do estado, abrindo novo espaço de expansão em direção ao interior do estado, com o suporte e o colchão de liquidez do BNB, garantido por verbas federais.

Com as condições materiais necessárias, garantidas pelo BNB, e o aporte metodológico exigido, em 1998, o CREDIAMIGO começa sua expansão na Bahia, abrindo unidades em nove municípios, sendo uma unidade na RMS (Simões Filho) e as demais nas diversas regiões econômicas. Em 1999, o CREDIAMIGO passa a contar com mais cinco unidades, duas na RMS e três no interior (PROGRAMA, 2015).

O ano de 2000 marca mais um período de expansão do programa com a abertura de oito unidades no interior. Em 2001, o CREDIAMIGO registra mais avanço na ocupação do território baiano, inaugurando mais nove unidades nas cidades do interior, totalizando assim 31 unidades no estado (PROGRAMA, 2015).

A chegada e a ramificação do programa CREDIAMIGO em direção ao interior do estado concede uma oportunidade de consolidação do microcrédito no estado, à medida que pulveriza a oferta de crédito para os empreendedores informais, levando em conta as dificuldades que as instituições exigentes até a chegada deste tinham em realizar esta proeza. Mas este programa se estrutura principalmente sobre as cidades de médio porte, sendo a única exceção a cidade de Andaraí, mesmo sendo tocado por um banco de desenvolvimento regional. Dessa forma, aumenta o território atendido mas ainda não se aproxima das cidades mais pobres do estado, onde estão os mais necessitados.

³⁴ O governo Federal entra no processo de desenvolvimento do setor através do incentivo via Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1994 (DANTAS, 1999).

³⁵ Programa Crediamigo iniciou sua história em dezembro de 1997, com operações-piloto em Itabuna – BA, Fortaleza – CE, Recife – PE, São Luis – MA e Teresina – PI (PROGRAMA, 2008).

Dentro da trajetória histórica do crédito popular no estado baiano, o ano de 2000 tem uma significância especial por marcar um tempo de várias ações (em quantidade) em prol do setor no estado, seguem os fatos que contribuem para fortalecimento do setor no estado, ainda que estes não tenham colaborado para romper com as dificuldades para chegar aos mais necessitados.

Neste ano, soma-se ao grupo de atores que promovem o microcrédito no estado a prefeitura de Vitória da Conquista, ao inaugurar a Instituição Comunitária de Crédito (ICC) Conquista Solidária ou simplesmente “Banco do Povo” crédito popular, instituição que avança em torno de cinco municípios vizinhos³⁶: Anagé, Barra do Choça; Candido Sales; Planalto e Poções (OLIVEIRA, 2007). Uma iniciativa local que desperta curiosidade pela ousadia e tentativa de trilhar caminhos próprios no enfrentamento dos problemas sociais nos limites destes municípios.

O Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADE), uma organização da sociedade civil, relacionada ao Conselho Mundial de Igrejas *Ecumenical Church Loan Fund* (Eclof), entidade Suíça, que trabalhava desde 1984 no estado com ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico via projetos de crédito associativo para igrejas, associações comunitárias e cooperativas, passa a ofertar microcrédito na cidade de Salvador e depois avança para as cidades de Lauro de Freitas e Simões Filho, também na RMS (PROGRAMA, 2008). Mais uma ação de instituição internacional no processo, mais uma ação exógena, que vinha sendo ignorada pelos governos baianos desde década de 70.

A instituição “Moradia e Cidadania” ligada à Caixa Econômica Federal (CEF) (PROGRAMA, 2015), que já tinha várias ações na região, se transforma em uma organização não governamental e passa a operar com microcrédito, atrelando esta ferramenta a outras ações e reforçando o movimento em torno do microcrédito.

O microcrédito tinha uma notável dificuldade de avançar no território baiano e maior ainda para chegar aos municípios mais pobres, problemas não resolvidos até os dias de hoje, mesmo com a presença do Estado. As ações em torno do microcrédito se concentraram sempre na região metropolitana, como o próprio processo de desenvolvimento, a cada nova instituição o reforçar dessa prática e o adiamento para se refletir e resolver os problemas da maior parte do território da Bahia, onde se localizam a parte da população necessitada e carente de ações prol desenvolvimento.

³⁶ As datas de início das atividades dessas unidades da ICC Conquista Solidária não foram reveladas.

Voltando ao processo histórico e fechando o ciclo em torno do ano de 2000, o governo do estado da Bahia dá o primeiro passo no sentido de colaborar com o setor à medida que aprova na Assembleia Legislativa do Estado, por meio do Decreto nº 7.798³⁷, o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE), que objetiva prover recursos financeiros para os programas voltados para o desenvolvimento social e econômico do estado da Bahia, entre estes (Art.1º - VI), as atividades e o crescimento das micro e pequenas empresas instaladas no Estado, inclusive, mediante formação de poupança e reforço de capital de giro (Diário Oficial do Estado da Bahia, 2002). Instrumento este que será fundamental para a estruturação do programa de microcrédito do governo do estado em 2002.

Já em 2001, dando sequência ao avanço do setor no território baiano, a prefeitura do município de Itabuna, outra ação local, juntamente com o CDL, SEBRAE e outras entidades, criam o ICC Itabuna Solidária, reforçando a presença do poder público local como mais um agente que pode colaborar com o avançar do microcrédito no estado e em direção ao interior do estado (LANDIM, 2006). O setor vai se pluralizando e lentamente seguindo em direção ao interior, embora as experiências das prefeituras tenham ocorrido em cidades de médio porte.

Neste mesmo ano, o SEBRAE entra no processo nacionalmente, buscando articular e colaborar com o setor, embora já viesse contribuindo em algumas unidades distribuídas no território nacional, como na cidade de Feira de Santana na estruturação e manutenção do CEAPE. O SEBRAE na Bahia assume, progressivamente, a partir de sua entrada no setor, um papel de articulador juntamente com os diversos atores³⁸, pensando o crescimento e desenvolvimento do setor nas várias localidades que se faz presente, colaborando com o microcrédito.

Desta forma, o aumento do número de instituições e a expansão destas no estado, via matriz e filiais das diversas instituições, faz com que o microcrédito avance sobre o território baiano, mesmo que muito timidamente, no seu propósito: incluir socialmente empreendedores informais e pobres. Mas ainda há muito que se fazer no sentido de pulverizar a oferta, chegando prioritariamente aos municípios mais pobres, onde o “crédito popular” teria maior potencialidade dadas as carências destes lugares.

Os números iniciais do microcrédito na Bahia apontam para a confirmação da hipótese de que o maior número de instituições se faz presente primeiro nos municípios que compõem a rota do desenvolvimento concentrador baiano, Salvador, Simões Filho, Camaçari, Candeias,

³⁷ Com fundamento na Constituição Estadual - Artigo 24, Inciso I, da Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000.

³⁸ Em 2003, o SEBRAE/BA e as principais entidades ofertadoras de microcrédito na Bahia criam o Fórum de Microfinanças da Bahia, instância colegiada que objetiva discutir e implementar ações que colaborassem com o crescimento do setor no estado (SEBRAE, 2008).

em vez de ter iniciado pelos territórios mais pobres, em razão das enormes dificuldades encontradas pelas ONG'S, como falta de rede social forte e outro serviços e apoios que contribuíssem com a diminuição das hostilidades iniciais a propostas alternativas, que caberia ao estado orientar e traçar planos.

Nesse sentido torna-se importante ressaltar que, até 2002, não havia nenhuma interferência direta do governo do estado da Bahia no setor de microcrédito, embora o governo federal, desde 1995, e nos anos posteriores, algumas prefeituras baianas tenham iniciado sua relação com este setor, e as ONG's tenham tentado sensibilizá-lo e envolvê-lo desde o seu surgimento, dada a importância política deste agente e os recursos que o mesmo poderia colocar a favor do microcrédito, que ajudaria no seu avanço nas terras baianas.

3.4.2 Do CREDIBAHIA a 2014

A aprovação do FUNDESE em 2000 e a articulação interna do governo estadual, via suas secretarias e órgãos, e externa com as prefeituras e organismos da sociedade civil organizada, foram condições essenciais para estruturação do programa oficial de microcrédito do governo baiano em 2002.

Tal fato também denunciava que não havia mais esperança em torno do modelo de desenvolvimento implantado neste estado nas décadas de 70, 80 e 90, e que muitas ações precisariam ser feitas para buscar alternativa de desenvolvimento e diminuição da enorme desigualdade social e econômica que marca a história deste estado e que também é fruto do processo concentrador dos resultados da industrialização mais organizada no território baiano, com forte isenção fiscal aplicada pelos governos federal e estadual.

Abrindo um parêntese nesse processo evolutivo, temos que o governo do estado em 2008, por meio do Pano Plurianual (PPA) 2008-2011, reconheceu formalmente o grande equívoco de apostar com ênfase em um modelo de desenvolvimento centrado na grande empresa à medida que considera que:

um dos elementos do Modelo de Desenvolvimento até então vigente foi a concentração dos esforços nos grandes empreendimentos que geram renda, mas poucos empregos, e frequentemente escassa internalização da cadeia produtiva. Ultrapassando esta limitação, emerge como característica essencial da Estratégia de Desenvolvimento da Bahia o apoio aos pequenos e médios empreendimentos. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2008).

O microcrédito não se apresenta como salvação, mas como um dos instrumentos que podem colaborar, juntamente com outras ações, no processo de transformação da realidade

social do território baiano, se aplicado nesse sentido, principalmente se prioriza os municípios mais pobres, que têm sérias dificuldades para gerar emprego, ocupação e renda.

Talvez tendo em mente esse enorme desafio e ciente da enorme dívida social, além de contar com as experiências já existentes neste estado, o “Programa CREDIBAHIA”, o qual se inicia no governo Paulo Souto, em 2002, chegou incentivando o microcrédito por meio do crédito direto ao micro empreendedor, então denominado pelo programa como 1º chão, e aportando recursos para OSCIP’S que já operavam com microcrédito no estado, denominado como 2º chão (PROGRAMA, 2008), tentando preencher, ainda que atrasado, o papel equilibrador entendido por Keynes (1996) para economias desequilibradas como denuncia a história econômica baiana.

Com a força, a articulação e os recursos do Estado, o programa CREDIBAHIA inicia suas atividades abrindo unidades em quatro municípios, sendo uma das cidades da RMS e as demais do interior. Até 2014, totalizava 150 municípios beneficiados com a oferta de crédito por meio do Desembahia e seus parceiros (PROGRAMA, 2015). Dessa forma, o “crédito popular”, com a entrada do governo local, se expande como nunca e se expande de forma rápida, favorecendo o maior número possível dos municípios, mas sem chegar ainda aos municípios mais pobres, o que intriga aquelas instituições que se preocupam com o combate à pobreza, com a promoção do desenvolvimento em todo território, com o respeito à vida humana.

O Estado deveria ter pressa em ocupar estes espaços, enfrentando a pobreza e interrompendo seu “círculo vicioso” (MYRDAL, 1968), que a concede vida própria e longa, impondo sérias e progressivas dificuldades para o povo que ocupa os municípios mais pobres. Para Myrdal (1968), apenas a interferência externa, que aqui caberia ao Estado, poderia interromper este processo e modificá-lo positivamente, e o microcrédito, assim como outras ações, por meio do estado, com sua força imperativa, seria uma das ferramentas importantes nesse propósito.

Voltando ao processo evolutivo, vale ressaltar que a OSCIP Ceape, com matriz em Feira de Santana e parte de uma rede presente em vários estados brasileira, até 2014, se fez presentes em mais de 60 municípios baianos, mostrando uma expansão considerável do território de cobertura. Vale ressaltar também que entre as instituições que surgiram na Bahia, mas que não foi possível conseguir informações sobre quando inauguraram matrizes e filiais, estão a Ande (Agencia Nacional de Desenvolvimento Empresarial), uma OSCIP vinculada à

instituição internacional Visão Mundial³⁹, que tinha 12 unidades no estado em 2008, bem como o Banmulher, que é uma Associação de Crédito da Mulher Trabalhadora da Região Sudoeste da Bahia, localizada especificamente na cidade de Vitória da Conquista (CORSINI, 2007), que tem ainda uma pequena participação no mercado de microcrédito. Somando-se a estas, se encontra o programa Real Micro, do Banco Real, que desde de 2008 é o Santander Microcrédito⁴⁰ (SANTANDER, 2015), que tem uma unidade em de Feira de Santana e vem testando em Salvador, sua maior participação no território.

³⁹ O Banco da Mulher deixou de operar na Bahia em 2010 (Sebrae, 2015).

⁴⁰ Em 2008, o Banco Central do Brasil aprovou a aquisição do banco do banco Real pelo espanhol Santander.

4 A PESQUISA

O objetivo deste capítulo é elaborar um recorte analítico especificamente sobre o complexo habitacional de Cajazeiras localizado no “miolo” da cidade de Salvador e a consequente formação de mercados para inúmeras atividades micro informais existentes nesta localidade, ambiente oportuno para a oferta de microcrédito. Para tanto, faremos uma breve contextualização histórica, localizando no tempo e no espaço, assim como as circunstâncias e pretensões por trás da edificação desse complexo dentro da capital do Estado da Bahia para, em seguida, partirmos para a pesquisa e a análise desta.

O processo de escolha deste conjunto habitacional para *locus* da pesquisa foi realizada em três momentos. Primeiro, nas consultas às instituições de microcrédito sediadas em Salvador, tais como: Crediamigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), banco de fomento regional, o CEAPE, Organização da Sociedade Civil (OSCIP)⁴¹ - de microcrédito, CEADe, organização não governamental (ONG)⁴²- de microcrédito, e o CrediBahia programa do Desenhahia, banco de fomento estadual, onde foi questionado quais os bairros que atuavam dentro desta cidade, e todas instituições informaram atuarem em alguns bairros, mas em comum, o complexo habitacional de Cajazeiras, conferindo a primeira razão da escolha do local da pesquisa dentro desta cidade.

Em abril de 2014, as instituições tinham em Cajazeiras, entre seus novos blocos, numa área de 6.958.603 m², e uma população de 60.213 mil pessoas (IBGE, 2014), o número de cliente relacionado na Tabela 5. Vale observar que alguns clientes estão contabilizados em mais de uma instituição, como demonstrou a pesquisa.

⁴¹ Para maior conhecimento ver: a **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências (BRASIL, 2015).

⁴² Para maior conhecimento ver a: **Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2015).

Tabela 6 - Instituição e número de clientes

Instituição	Número de clientes
CEADE	16
CREDIBAHIA	42
CEAPE	35
CREDIAMIGO	230
Total	323

Fonte: Elaboração própria.

Posteriormente, ao investigar o projeto, suas circunstâncias e implantação de Cajazeiras em Salvador, via a literatura existente, observa-se que este é mais uma peça dentro do processo de planejamento da industrialização organizada pelo Estado nas duas esferas (federal e estadual) para a região metropolitana de Salvador, nas décadas de 1960/1970/1980, o que confere importância e relevância histórica para esse conjunto habitacional.

No terceiro e último momento da seleção, nas duas visitas *in loco* que antecederam a pesquisa, constatou-se naquele conjunto uma população expressiva, plural, dinâmica e um lugar com uma certa independência com relação ao centro da cidade de Salvador, distante 16 km. Além desses aspectos, o grande número de negócios informais existentes na micro região a partir do Hospital San Rafael em direção ao conjunto e com destaque para a “rotula da feirinha” entre as Cajazeiras VIII e X, assim como em Cajazeiras III, próximo ao bairro de Águas Claras (BR 324), denunciavam que a reprodução da vida de grande parcela da população dependia da economia informal que funciona naquela localidade. Este conjunto de fatos, afirmaram ser este complexo habitacional o *locus* desta pesquisa. A seguir, breve histórico do conjunto habitacional de Cajazeiras.

4.1 CAJAZEIRAS: *LOCUS* DA PESQUISA

O complexo habitacional de Cajazeiras⁴³ (CHPC) ou, simplesmente, Cajazeiras, com seus nove blocos habitacionais⁴⁴, localizado no “miolo” de Salvador⁴⁵, é a unidade territorial de análise escolhida pelas razões expostas anteriormente, para o exame proposto nesta dissertação. Assim, consideraremos o ambiente planejado na década de 1970 e não planejado decorrente nas décadas de 1980/1990, as circunstâncias em que fora pensado e executado esse complexo habitacional e os desdobramentos sobre parte do espaço soteropolitano e da região

⁴³ Planejamento na Bahia – Pólo Petroquímico > Questão urbana > Cajazeiras – Razão espacial e proximidade de Cajazeiras com a BR 324 – direção do Pólo

⁴⁴ Apesar de existir Cajazeiras XI, o conjunto não respeitou e não executou onze blocos habitacionais, pois pela ordem numérica a primeira Cajazeiras é II (dois) e também faltou executar a Cajazeiras IX, ambas planejando.

⁴⁵ Consolidando núcleos existentes: Sete de Abril, Castelo Branco e Pau da Lima.

metropolitana de Salvador -RMS-, buscando entender a formação da aglomeração e, com isso, a formação de mercados para micro empreendimentos informais.

4.1.1 Breve histórico do Assentamento

No que tange ao processo de constituição de Cajazeiras, em 1975⁴⁶ o governo do Estado da Bahia iniciou a desapropriação das terras de quatro fazendas: Jaguaripe de Cima, também conhecida como Fazenda Grande; Cajazeiras, Boa União e a Chácara Nogueira, num total de 16 milhões de m² no “miolo” de Salvador, margeando pela BR-324, a Estrada Velha do Aeroporto e o Centro Industrial de Aratu - CIA -, fazendo limites com os bairros de Castelo Branco, Pau Miúdo, Sete de Abril, como pode ser visto na Figura 7, que segue.

Figura 7 - Localização espacial do CHPC em Salvador - BA



⁴⁶ Governo de Roberto Figueira Santos (1975 e 1979).

Do planejamento à execução, a pedra fundamental foi colocada entre os anos de 1979 e 1983 no governo de Antônio Carlos Magalhães, mas foi na gestão de João Durval Carneiro (1983-1987) que a construção foi iniciada, mais de 8 (oito) anos após a iniciativa da desapropriação do espaço físico, em 1975.

Especialmente, a escolha da área se deu devido à sua localização próximo à BR 324 e à possibilidade de integração dos diversos núcleos habitacionais e a industrialização organizada que ocorria na RMS desde 1950 com a Petrobrás, em São Francisco do Conde, em 1967 com o Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho, e as ações de maior vulto com a estruturação do Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em Camaçari, na década de 1970, ou seja, medidas que promoveram a chegada e acomodação do capital em parte do espaço escolhido, processo que é o [...] “motor das transformações na sociedade”, segundo Lefebvre (2001, p13).

O CHPC⁴⁷, que contempla nove blocos⁴⁸, teve sua construção iniciada de forma descontínua a partir da década de 1980⁴⁹ ⁵⁰ pela Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS)⁵¹ ⁵², uma sociedade de economia mista, constituída por tempo indeterminado nos termos da lei estadual nº 2.114 de 04/01/1965⁵³, cujas principais finalidades eram:

Estudar as questões relativas à habitação popular e ao planejamento e à execução das suas soluções observada a política de desenvolvimento econômico e social do Estado; Formular, coordenar e executar o plano estadual de habitação e seus diversos sub programas; Promover a urbanização de áreas habitacionais carentes de infra estrutura básica e propiciar a ocupação de vazios urbanos destinados a implantação de assentamentos residenciais de interesse social, particularmente aqueles voltados a população de baixa renda (URBIS, 2014).

⁴⁷ **Cajazeiras** é o nome de uma árvore da família das Anacardiáceas, que pode atingir até 25 metros de altura. Produz um fruto muito conhecido: o cajá ou taperabá, que, segundo a história oral, se fazia presente fortemente na localidade onde foi escolhido para edificação do conjunto habitacional popular de mesmo nome na década de 1980.

⁴⁸ Compõe-se dos setores: Cajazeiras 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, Fazenda Grande 1, 2, 3 e 4, Águas Claras e Boca da Mata.

⁴⁹ Embora o pensar refira-se a década de 1960 via a Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDURB), órgão destituído no governo ACM e a posterior criação da URBIS.

⁵⁰ Período do início da expansão do microcrédito no Brasil e no mundo.

⁵¹ A sigla URBIS é originária do latim visto que URBIS nesse idioma significa cidade. O primeiro conjunto habitacional construído pela URBIS foi o conjunto Sete de Abril em setembro ou outubro de 1967 com 500 unidades no padrão 02 quartos. O último conjunto financiado foi o Vila Serrana em Vitória da Conquista no ano de 1990. A maior aglomeração de mutuários da URBIS localiza-se em Cajazeiras onde existem 21.984 imóveis financiados pelo SFH. (Fonte: <http://www.urbis.ba.gov.br/>)

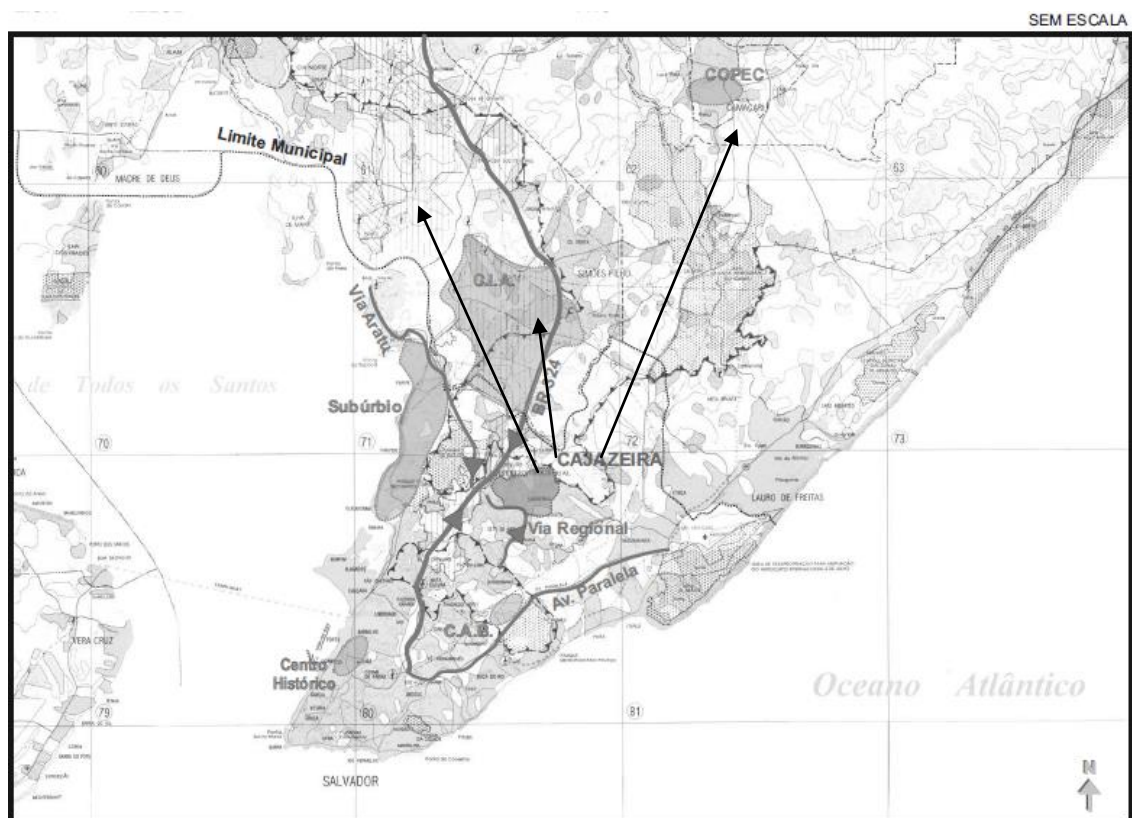
⁵² Em 1979, a Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDURB) foi extinta pelo então governador Antonio Carlos Magalhães (1979/1983).

⁵³ Governo Antonio Lomanto Junior (1963-1967).

Além dessas finalidades que demandam o planejamento urbano e a população de baixa renda, o CHPC objetivava também proporcionar a criação de um sub-centro regional: Projeto Urbanístico Integrado de Cajazeiras, um novo vetor de crescimento urbano para Salvador e para a RMS a fim de atenuar a hipertrofia da área central da cidade, indo para o “miolo” desta. Sub-centro regional que abrigaria uma numerosa população que requeria descentralizar atividades de comércio e serviços⁵⁴ tais como supermercado, farmácia, açougue, bancos, entre outros, permitindo que os habitantes conseguissem reproduzir-se econômica e socialmente distante do centro, formando mercados populares.

Micro região que seria formada por indivíduos provenientes de outros bairros da capital baiana, do interior do Estado e operários da indústria proveniente do COPEC (1978), do CIA (Simões Filho), da Petrobrás (Candeias), do Polo Fertilizante (Candeias) e do Estaleiro do Paraguaçu (Recôncavo).

Figura 8 - Cajazeiras inserida na RMS



Fonte: CEDURB (1977).

⁵⁴ O não planejado abriu brecha para a informalidade resolver, criar espaço

Enquanto proposta o complexo habitacional de Cajazeiras colaboraria com serviços para Castelo Branco, Pau da Lima, Sete de Abril e demais habitações que viessem a existir naquela micro região, dada sua infraestrutura e capacidade de servir como centro daquela região⁵⁵, conforme planejamento.

Foram erguidas 10.109 unidades de habitações populares, entre casas e apartamentos, numa área de aproximadamente 16 milhões de metros quadrados, unidades que foram distribuídas por blocos como segue na Tabela, mas o CHPC se restringiu à área de 6.958.603 m² dentre o total desapropriado pelo Estado (SHEINOWITZ,1998), deixando uma área “descoberta” de aproximadamente 9 milhões de m². Espaço que atraiu invasões e outros conjuntos habitacionais, a exemplo de Fazenda Grande I, II, III e IV, com população total em 2013, segundo o IBGE (2015), de 41.856 mil habitantes.

Tabela 7 - População do Complexo Habitacional de Cajazeiras (2000/2010)

Conjunto	População		VAR	Rendimento médio
	2010	2000	%	mensal
Cajazeiras II	1.137	1.339	-15,09	586,58
Cajazeiras IV	3.364	3.150	6,79	520,41
Cajazeiras V	5.422	4.700	15,36	589,68
Cajazeiras VI	7.341	6.745	8,84	472,25
Cajazeiras VII	4.524	4.455	1,55	458,9
Cajazeiras VIII	13.013	10.107	28,75	421,26
Cajazeiras X	8.513	7.690	10,70	484,47
Cajazeiras XI	16.899	15.776	7,12	388,6
Total	60.213	53.962	11,58	490,27

Notas: Obs. 1) O IBGE não contabilizou Cajazeiras III, assim a média dos rendimentos refere-se aos oito blocos de Cajazeiras (II, IV, V, VI, VII, VIII, X e XI).

Obs. 2) O complexo habitacional de Cajazeiras contempla a unidade II, não tem, portanto, Cajazeiras I, assim como não foi construído a Cajazeiras IX.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2013)

O Governo baiano do período intencionava que houvesse mais unidades habitacionais nas áreas remanescentes, porém, os financiamentos foram suspensos por vários anos. Os blocos I e IX, que teriam 5024 unidades, não foram executados por falta de recursos, segundo Sheinowitz (1998), revelando a dependência do Banco Nacional de Habitação e os limites financeiros do Estado baiano para continuar o planejamento e atenuar o déficit habitacional, o qual aumenta quando se trata de habitação popular.

⁵⁵ O complexo habitacional de Cajazeira, Castelo Branco, Pau da Lima, Sete de Abril e Fazenda Grande I, II, III e IV, totalizam uma população de 178.487, segundo IBGE (2015).

O projeto Cajazeiras tinha a pretensão de não só beneficiar os moradores de Cajazeiras, mas também colaborar com o processo de urbanização do seu entorno, Castelo Branco, Sete de Abril, Pau Miúdo e Nova Brasília, reservando para o “miolo” da primeira capital do Brasil autonomia, com infraestrutura, equipamentos comunitários, espaço para o comércio e serviço e a integração com a malha urbana de Salvador, com a RMS e as indústrias nesta instaladas, assim como o Recôncavo, conforme relatório do CEDURB (BAHIA, 1977). Porém, não cumpriu com todas as ações necessárias para tal, abrindo, dessa forma, espaço para a informalidade, para a ocupação desordenada e sem planejamento, e o surgimento de inúmeras atividades informais e formais que ajudariam a suprir as necessidades dos moradores locais e da redondeza.

É importante ressaltar que as ações de planejamento em Salvador, no que tange à infraestrutura e habitação, passam pela articulação com os ciclos de desenvolvimento que experimentam a região nas décadas de 1960 e 1970, suas demandas e a consequente interferência do Estado no apoio ao processo de acumulação capitalista, entre os quais configura as mudanças urbanas e habitacionais precárias sobre as quais nos referimos até aqui.

Nessa perspectiva, o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB), que antecede as ações de planejamento nacional, registado que:

[...] é indispensável criar empregos nas cidades, pela industrialização e criar condições nas mesmas para, por um lado, fomentar a indústria e, por outro lado, suportar o impacto do desenvolvimento fabril. A crise urbana é um dos problemas maiores a enfrentar no futuro imediato, não só na Bahia, mas também em todo Brasil [...] o planejamento regional [...], deve se traduzir na melhor utilização do espaço [...] e assim na orientação de todo o povoamento em torno de cidades. (SPINOLA, 2009, p. 318).

O documento do PLANDEB chama atenção para a necessidade de refletir o planejamento em torno do espaço, usando-o de forma favorável para a indústria e para a sociedade em geral, o que, na prática, não funcionou conforme os interesses da população local em sua totalidade.

4.1.2 Espaço Não planejado – Espaço Inferior

O surgimento de equipamentos públicos e espaços ociosos, em meio à forte demanda por habitação na primeira capital do Brasil, atraíram milhares de pessoas que ergueram, sem planejamento e apoio, precárias residências, as quais foram transformadas nos conjuntos

habitacionais de Jaguaripe I e II, localizado próximo a Cajazeira VIII, tendo sido beneficiado com o Programa *Viver Melhor* do Governo do Estado da Bahia, e o Parque São José, com pouco mais de 500 casas.

Em consequência dessa falta de definição, ocorreu a invasão das encostas e vales nos arredores do conjunto, que hoje abrigam mais de 50.000 pessoas, indicando o agravamento de problemas sociais e considerável inchaço populacional, contribuindo para o desequilíbrio habitacional do bairro, e formação de mercados informais, onde comércio e serviços informais, principalmente, eram erguidos por moradores ou visitantes, e oferecidos aos moradores, como medidas de atender as demandas básicas destes, que ficavam distante do centro da cidade (Iguatemi), tinham renda baixa e demandas diárias para reproduzirem social e economicamente.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE CAMPO: A PROXIMIDADE DO MICROCRÉDITO DO SEU OBJETIVO SOCIAL

Em pesquisa anterior, sobre o processo histórico/espacial de constituição das instituições de microcrédito entre os municípios baianos no intervalo de 1973-2008, chegamos à conclusão que a maioria das unidades promotoras de microcrédito se constituiu, relativamente, na cidade de Salvador, contrariando a expectativa de muitos estudiosos de se fazerem presentes, primeiras, nos municípios mais pobres do Estado.

Dando continuidade a investigação, a inquietação para esta pesquisa, passa a ser o questionamento: A espacialização da oferta de microcrédito no território da cidade de Salvador, tendo Cajazeiras como espaço para este estudo caso, prioriza os mais pobres entre os mais pobres ou se distancia desse propósito, à medida que se volta para atividades econômicas de maior porte?

Através da aplicação do questionário (Anexo A) buscaremos a resposta ao problema de pesquisa. A seguir, descrevemos o processo, as dificuldades e as estratégias usadas ante os problemas encontrados.

4.2.1 Estratégias para aplicar o questionário e critérios da seleção da amostra

No primeiro momento, nas primeiras visitas a *in loco* em Cajazeiras, na preparação para a pesquisa de campo, ao entrevistar dirigentes da Associação dos micro empreendedores de Cajazeiras (Amicro), empreendedores locais e gestores dos programas de microcrédito, foi indicado que havia nos nove (9) blocos daquele conjunto habitacional muitos empreendimentos

informais, possíveis clientes de microcrédito, destacando os blocos III, VIII e X, que colaboraram com a definição dos blocos habitacionais a serem aplicados a pesquisa, já que são nove (9) blocos, uma área total de 6.958.603 m² e uma população aproximada de 60.213 mil, em 2010, segundo o IBGE (2014).

Com a presença visual de muitos empreendimentos informais nos blocos: citados acima, reafirmado em visitas aos locais, decidimos aplicar, no primeiro dia, questionários abordando os trabalhadores autônomos e donos, e donas de micro empreendimentos de baixa renda, que realizam atividade informal, voltado para sustento da família e sem acesso ao sistema tradicional de crédito, localizados na “rótula da feirinha”, que une os blocos VIII e X, como o primeiro teste a pesquisa e verificarmos a necessidade de ajustes no questionários, na abordagem e na aplicação do mesmo.

No final daquele primeiro dia de pesquisa, após a aplicação de cinco (5) questionários, realizados nas vias públicas do conjunto, com movimento de veículos e pessoas, os entrevistados atendendo seus clientes e as demandas de sua atividade, com ressalvas e desconfianças para responder o questionário, formatamos os primeiros dados e chegamos a breve conclusão: os empreendedores não conheciam o “microcrédito”, enquanto oferta de crédito, embora as instituições tenham afirmado, formalmente, via e-mail, ter no complexo habitacional de Cajazeiras, entre seus nove blocos, os números de clientes que constam na Tabela 5.

Assim, nos vimos diante do primeiro problema para realizarmos a pesquisa de campo, mas não o último. O que nos obrigou a reflexão e a urgente necessidade de entender este, que dificultava o andamento da pesquisa de campo, além de buscar alternativas para viabilizar este trabalho.

No que tange o trabalho de divulgação do microcrédito no local todos representantes institucionais afirmaram usarem carro ou bicicleta de som nas áreas mais densas e nos dias de maior movimento, como ocorre na “rótula da feirinha” aos sábados, além de fazerem contato pessoal com entrega de panfleto e informações, e estarem presentes fisicamente, através do técnico em crédito, semanalmente no bairro. Mas a mensagem não está chegando, essa é a impressão in loco.

Ainda em busca de respostas ou indícios delas, e buscar entender o problema e as dificuldades que impunha, procuramos inicialmente a sra. Márcia Souza, gestora do programa de microcrédito do Desenbahia, e a mesma afirmou que, essa aparente “sombra” entre oferta e demanda, e a aparente falta de conhecimento da oferta de microcrédito naquele conjunto habitacional, a mesma informou que este ainda é um problema do microcrédito na Bahia (e no

Brasil, segundo outros autores), fazer chegar à informação de forma clara àqueles empreendedores de menor porte e com “maior necessidade” de acesso ao crédito, além de entenderem a diferença de crédito e microcrédito⁵⁶.

Por sua vez, o técnico em crédito do Ceape, sr. Genaldo Silva, informou que há uma parte desses pequenos empreendimentos informais de menores portes, aqueles de reprodução simples, nosso foco, uma compreensão que tomar crédito seria uma sinalização social de fragilidade maior, e mesmo clientes das instituições, na sua maioria, não informariam em entrevista serem tomadores de microcrédito ou de qualquer outra forma de crédito.

Como ressalta a OIT⁵⁷ (2002), os tomadores de microcrédito, em sua maior parte:

[...] apresentam sérias limitações e baixos níveis de produtividade e sustentabilidade (capacidade de gerar as condições de continuidade da atividade e do rendimento resultante), causada pela falta de acesso às tecnologias apropriadas à sua realidade, à falta de infraestrutura que melhore sua capacidade produtiva, a escassez de informações e instrumentos para uma participação mais efetiva no mercado, e principalmente as enormes limitações para conseguirem financiamentos⁵⁸.

Condições ruins e difíceis para aplicação da pesquisa, mas que exigia investigar mais para compreender a dificuldade encontrada, através dos atores envolvidos. Em conversa com o sr. Jair Leal, morador de Cajazeiras há mais de 10 anos, segundo o mesmo, publicitário, dono de uma bicicleta de som, e diretor da Amicro, quando questionado sobre essas dificuldades dos empreendedores informais darem informações, o mesmo disse que: havia naquele espaço receios que os entrevistadores estivesse de alguma forma, embora tenhamos ido com crachá institucional, ligados a prefeitura municipal de Salvador e as informações dadas fossem prejudicar o exercício de suas atividades, implicar em maior fiscalização, cobrança de taxas que os onerassem e colocassem mais empecilhos ao exercício diário da atividade, já cercadas por muitas dificuldades. Além desses aspectos, a maioria dos empreendedores da “rótula da feirinha”, seria transferida, no ano vindouro, para o Mercado de

⁵⁶ Segundo Parente (2002, p. 16), [...] o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor. Ele carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador: [...] à camada da população de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, em especial os microempreendedores do segmento informal da economia.

⁵⁷ Agência especial da Organização das Nações Unidas (ONU) (SANDRONI, 1994).

⁵⁸ O acesso ao financiamento, ao crédito de uma forma geral no Brasil, sempre foi restrito, limitado. O sistema financeiro brasileiro, apesar de desenvolvido, sofisticado, com bancos sólidos em termos patrimoniais e com capacidade de gerar lucros substanciais ao longo do tempo, oferece crédito de forma restrita e mais diminuta ainda para os micros empreendedores informais.

Cajazeiras⁵⁹, em construção sob a gestão da Superintendia de Conservação e Obras Públicas do Salvador (SUCOP), da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e tinham receios de qualquer informação dada prejudicar a ida para os boxes do novo espaço comercial público.

Conjunto de informações que revelavam um universo nevoado, difícil para a pesquisa proposta, que só pode ser percebido com o trabalho *in loco*. Diante da soma dos fatos descritos, falta de conhecimento do microcrédito enquanto categoria, resistência, insegurança e medo dos empreendedores daquela localidade, e as dificuldades impostas, uma questão ficou evidente, não viabilizaria a pesquisa sem a colaboração das instituições de microcrédito, que haviam feito as operações de crédito.

Encontramos não apenas uma resposta e sim um sinal que aqueles empreendedores, dentro do seu contexto social e as circunstâncias descritas anteriormente, viam com suspeita negativa e não dariam informações sobre suas vidas e a relação com crédito, ou requeriam um tempo muito maior, para adaptação, conhecimento, relações de confiança, que não teríamos diante dos prazos e da proposta desse trabalho.

Também ficou claro que a categoria: microcrédito, com sua proposta de fornecer crédito via metodologia alternativa por institucionais não bancárias, é pouco ou não é conhecida entre os empreendedores informais, com esse nome e assim como sua metodologia e proposta. A aparente compreensão é que estas instituições são bancos diferentes, mas são bancos por ofertarem crédito. Como se este serviço só pudesse ser ofertado por instituições bancárias ou financeiras, e não por outras instituições com outros formatos e propósito diferente.

Caso as instituições desejem ser conhecida e reconhecida pela proximidade com os empreendedores, diferentes de bancos e que objetivam colaborar com o desenvolvimento dos empreendimentos e das famílias, como divulgam institucionalmente o Credamigo⁶⁰, o Credibahia⁶¹, o Ceape⁶² e o Ceade⁶³, precisam trabalhar essas questões em campo com seus “clientes”, mesmo por que “vendem” isso como estratégico.

⁵⁹ O mercado foi inaugurado em 28/11/2015, segundo o site de notícias: G1, via o link: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/11/novo-mercado-municipal-de-cajazeiras-e-inaugurado-em-salvador.html>

⁶⁰ O Crediamigo é o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, autônomo ou Sociedade Empresária). O Crediamigo faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. Fonte: <http://www.bnb.gov.br/crediamigo>.

⁶¹ Aumentar a oferta de crédito para pequenos negócios, permitindo a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela da população que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em bancos e agentes financeiros. Fonte: http://www.desenbahia.ba.gov.br/Credito_Financiamento2.aspx?id=99&titulo=CREDIBAHIA%201%C2%BA%20PISO&query=finAba1

Além dos empecilhos descritos, houve no processo dificuldade de encontrar os clientes das instituições, tais como os sacoleiros e ambulantes que moram em Cajazeiras, mas passam o dia em outros bairros e vias da cidade, assim como os empreendedores que estavam ausentes no dia e horário da entrevista, somada a dificuldade das instituições concentrarem seus clientes, ao atenderem conforme as demandas e não de forma estratégica, como prega a metodologia do microcrédito.

Há que ser registrado, também, que as instituições de microcrédito em Cajazeiras não atuam sozinhas na oferta de crédito, havia naquela localidade, em abril de 2014, quatro agências bancárias (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú), três financeiras (concentradas na “rótula da feirinha”) e vários anúncios de oferta de crédito informal com uso de cheque e/ou de cartão de crédito além dos “agiotas”, pessoas físicas que cobram taxas de juros mais altas que o mercado, compondo um quadro de concorrência relativamente grande.

Diante dessas informações e empecilhos, procuramos os dirigentes dos programas de microcrédito, relacionados acima, discutimos, via e-mail, telefone entre outras, a possibilidade de apresentarem seus clientes, tentando quebrar as resistências e viabilizando a continuidade da pesquisa. Os mesmos, exceto o Ceade, por dificuldades administrativas e pequena carteira no local, alegaram certas dificuldades de fornecerem informações dos empreendedores por conta das implicações em torno do sigilo bancário⁶⁴, que obedecem, mas colaboraram, tornando possível aplicar o questionário e realizar a pesquisa entre os blocos: Cajazeiras III, VIII e X.

Em seis (6) visitas, aos três blocos, em dias e horários alternados, consumindo aproximadamente 38 horas, com gastos médio de 40 minutos por entrevistados (30 horas), para 14 perguntas que compunha o questionário, com respostas fechadas, conforme Anexo A,

⁶² Missão/Ceape: Conceder microcrédito produtivo e orientado, visando o crescimento dos micro e pequenos negócios e a melhoria da qualidade de vida dos empreendedores(as) e suas comunidades. Fonte: <http://www.ceapeba.org.br/index.php/institucional/quem-somos/>

⁶³ Missão/Ceade: Promover a dignidade humana e a melhoria da qualidade de vida de populações mais pobres por meio da concessão de microcrédito produtivo e orientado como oportunidade de desenvolvimento dos micros e pequenos negócios. Fonte: <http://ceade.org.br/site/o-ceade/>

⁶⁴ Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2015) (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp105.htm), que prevê que Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados. § 1º São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Lei Complementar: I – os bancos de qualquer espécie, que se enquadram o banco de desenvolvimento regional (BNB) e estadual (DESENBÁHIA).

via entrevista, e deslocamentos dentro e entre as Cajazeiras⁶⁵, que consumiram aproximadamente oito (8) horas, tendo em foco a seleção de micro empreendedores informais, atendidos pelos programas de microcrédito citados acima, localizados nos blocos III, VIII e X das Cajazeiras, efetuamos a pesquisa com 45 empreendedores, ante todas dificuldades para realizar a pesquisa.

Com base nessa amostra, os resultados da pesquisa serão apresentados, mediante tabelas, conforme os pontos do questionário (Anexo A) em dois grandes blocos, um bloco, referente aos dados sócios econômicos dos micros empreendedores entrevistados e outro, com as características dos empreendimentos. Ambos, seguidos da leitura e interpretação dos dados e a relação com o objetivo desta pesquisa.

4.2.2 Localização espacial e dados socioeconômicos dos empreendedores

Como o *locus* da pesquisa foi definido no complexo habitacional de Cajazeiras, erguidos na década de 1980 no “miolo” de Salvador, como descrito no histórico anteriormente, segue a distribuição da amostra entre os conjuntos que demonstraram, segundo a pesquisa realizada, maiores concentrações de micro negócios informais e formais, com destaque para os microempreendedores individuais (M.E.I).

Tabela 8 - Localização da pesquisa em Cajazeiras

Conjunto	Quantidade de questionários aplicados	%
Cajazeiras III	8	17,78
Cajazeiras VIII	19	42,22
Cajazeiras X	18	40,00
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

As cajazeiras VIII e X dividem a “rótulo da feirinha”, local que concentra número expressivo de empreendedores informais e formais, MEI na sua maioria. Além desses perfis, há também neste local a presença de empresas de médio e grande porte, que não é objeto dessa pesquisa, tais como o Fazendão Material de Construção, Insinuante, Magazine Luiza,

⁶⁵ Entre Cajazeiras III, próximo a bairro de Águas Claras (BR 324), e Cajazeiras V, existe uma distancia de 3,5 kms. Entre Cajazeiras III e Cajazeiras, são 5,4 kms, e entre Cajazeiras V e X, há 2,4 kms os separando, demonstrando o tamanho do complexo habitacional de Cajazeiras e seus nove blocos.

Ricardo Eletro, revenda de moto, muitas financeiras e outras atividades comerciais e inúmeros serviços de advocacia, odontologia e contabilidade, entre outros.

A concentração de atividade na “rótula da feirinha” está relacionada, entre outras coisas, ao grande fluxo de pessoas e veículos. Trata-se de um local por onde muitos são obrigados a passar diariamente a caminho do trabalho ou mesmo para resolverem suas demandas de casa e pessoal, como os hortifrúteis com os ambulantes e camelôs dispostos em carros estacionados estrategicamente, os alimentos nos pequenos, médios mercados, a variedade de utensílios domésticos e eletrônicos entre os camelôs e os pequenos negócios fixos, o pagamento de contas em casas lotéricas, os serviços de odontologia, contabilidade, advocacia e publicidade (em carro e bicicleta), entre outros, ou, até mesmo, serviço e comércio de *petshop*, suplementos alimentares, serviços bancários nas quatro agências lá localizadas (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco). Nesse território há, portanto, um grande mercado a céu aberto (muito próximo ao conceito de shopping) onde ofertante e demandante se encontram e realizam suas necessidades e se reproduzem social e economicamente, de forma quase independente, ou com pouca dependência do “Centro” da cidade de Salvador, localizado no antigo Iguatemi, hoje, Shopping da Bahia.

Além da questão da territorialidade indicada na pesquisa, descrita anteriormente, destaca-se também a questão de gênero, ou seja, a presença entre micros empreendedores de mulheres e homens, como segue na Tabela 9.

Tabela 9 - Distribuição dos entrevistados por gênero

Sexo	Quantidade de entrevistados	%
Feminino	34	75,56
Masculino	11	24,44
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A predominância em 75,56% das mulheres entre os clientes de microcrédito em Cajazeiras, revelado na pesquisa, reforça o dado no Brasil e em outras nações, com destaque para nações da América Latina, tais como Peru, Bolívia, entre outros, e da Ásia, com programa originado pelo Yunus, em Bangladesh, com presença maciça de mulheres empreendedoras, que colaboram por trazer à tona várias e fortes razões sociais que levam mulheres a empreenderem, tais como a necessidade de associar as tarefas domésticas e familiares com uma atividade mais flexível em horários, assim como encontrarem meios de gerarem renda, em meio à baixa escolaridade e idade avançada para o mercado de trabalho formal.

A seguir, veremos na Tabela 10 e na Tabela 11, essas informações, que colaboram por traçar o perfil socioeconômico dos empreendedores clientes do microcrédito em Cajazeiras.

Tabela 10 - Escolaridade dos empreendedores

Escolaridade	Quantidade de entrevistados	%
Primeiro grau 1ª a 4ª série	9	20,00
Primeiro grau 5ª a 8ª série	3	6,67
Segundo grau incompleto	25	55,56
Segundo grau completo	6	13,33
Terceiro grau incompleto	1	2,22
Terceiro grau completo	1	2,22
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A escolaridade revelada pela amostra demonstra que os empreendedores com segundo grau (13,33%) e terceiro grau completo (2,22%); totalizam 15,55% apenas, enquanto 55,56% revelaram não terem completado o segundo grau e 20,0% concluírem apenas o primeiro grau, ou seja, homens e mulheres, na sua maioria, com claras dificuldades de entrarem no mercado formal de trabalho, onde se exige, constantemente, maior nível de escolaridade e se acessam garantias de renda e sociais, como o INSS, FGTS e outros benefícios legais como férias, décimo terceiro salário, auxílio a transporte e alimentação.

Vejamos a seguir, qual o perfil etário da amostra, mais informações que colaboram para traçar um perfil do empreendedor que demanda microcrédito no complexo habitacional de Cajazeiras, *locus* desta pesquisa.

Tabela 11 - Idade dos empreendedores

Sexo	Quantidade de entrevistados	%
18-25	2	4,44
26-30	5	11,11
30-40	8	17,78
Mais de 40	30	66,67
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A Tabela 11 acima demonstra que aproximadamente 66,67% dos entrevistados têm mais de 40 anos de idade, estão fora do mercado de trabalho e encontram na atividade microempreendedora informal e formal, a possibilidade de gerarem renda para sua

sobrevivência diária de sua família. Esse dado agregado às informações anteriores, maioria mulheres e com baixa escolaridade, colaboram por caracterizar, em parte, um grupo com dificuldades de acessar uma carreira profissional no mercado de trabalho com carteira assinada e seus benefícios, mas também um grupo que encontrara na atividade empreendedora um caminho para gerar renda e tentar sobreviver diariamente com suas famílias.

Vejamos a seguir o tipo de residência, o estado civil dos empreendedores e o número de dependentes dos empreendedores conforme dados gerados na pesquisa de campo, nas Tabelas 12, 13 e 14 a seguir.

Tabela 12 - Tipo de residência

Setor	Quantidade de entrevistados	%
Própria	33	73,33
Alugada	10	22,22
Família	2	4,44
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A Tabela 12 indica que 73,33% da amostra tem residência própria, seja no próprio complexo habitacional ou em suas redondezas. A posse de uma residência significa um avanço importante para os indivíduos com baixa renda e para segurança deste, os permitindo usarem parte desta para abrir um comércio, prestar serviço ou mesmo usar como local de uma pequena produção.

Tabela 13 - Estado Civil

Escolaridade	Quantidade de entrevistados	%
Solteiro	15	20,00
Casado	22	6,67
Divorciado	3	55,56
Separado	2	13,33
União	3	2,22
Estável		
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Mais da metade das pessoas entrevistadas afirmaram ser divorciadas, como pode ser visto na Tabela 13. Somando essa informação aos indivíduos que declaram ser separados, chegamos a aproximadamente 69% da amostra.

Tabela 14 - Número de Dependentes

Dependentes	Quantidade de entrevistados	%
0	20	44,44
1	13	28,89
2	10	22,22
3	2	4,44
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Entre os entrevistados, 44,44%, maior percentual relativo encontrado na amostra, responderam não ter nenhum dependente, enquanto 28,89% afirmaram ter um dependente, 22,22% informaram ter 2 dependentes, enquanto apenas 4,44% tem 3 dependentes, ou seja, quase 44,44% dos empreendedores trabalham para o sustento próprio, enquanto os 56% trabalham para sustentarem suas famílias, sendo que 28,89% tem um dependente, 22,22% tem dois e apenas 4,44% possui 3 dependentes, o que pode significar uma mudança de atitude entre as pessoas mais pobres quanto à decisão de terem filhos.

A seguir, volta-se a atenção para descrever as informações relacionadas à atividade econômica dos empreendedores.

4.2.3 Dados dos empreendimentos

Nesta parte do trabalho, serão analisadas as características dos empreendimentos da amostra, demonstrando suas especificidades, tais como setores econômicos, tipo de organização, tempo de existência das atividades, entre outras informações que denotam as razões para demanda de microcrédito e se este ajuda ou não, bem como as críticas deixadas pelos entrevistados.

Na Tabela 15, a distribuição da amostra da pesquisa entre os três setores econômicos, comércio, serviço e produção. Vejamos como se dividem as atividades que demandam microcrédito, para, na sequência, realizarmos a análise.

Tabela 15 - Setor das Atividades

Setor	Quantidade de entrevistados	%
Comércio	38	84,44
Serviço	7	15,56
Produção	0	0,00
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Dos 100% da amostra da pesquisa, 84,44% dos empreendedores estão concentrados na atividade comercial, enquanto os 15,56% restantes se concentram em serviço. Nenhum dos entrevistados informou produzir. A literatura relacionada ao microcrédito ratifica essa “opção” pelo comércio dos empreendedores principalmente informal ou formal (M.E.I) em razão deste setor requerer, para muitas atividades, poucos recursos para iniciar e maior facilidade para sair também, caso não tenha êxito.

A possibilidade de iniciar usando parte do espaço da própria casa, equipamentos que já tenham na residência e a compra dos primeiros produtos em fornecedores para pagar em um dado prazo que permita capitalizar, ao longo do tempo, e reafirmar a atividade, é geralmente usada como alternativa para empreenderem e gerarem renda para sobrevivência dos indivíduos e das respectivas famílias. As dificuldades em ter contato com o empreendedor que produz, modifica materiais em um produto final entre os informais, com sede em conjuntos habitacionais, no “fundo de casa” ou mesmo dentro de um dos cômodos de um apartamento, é maior em função de não ser fácil identificar, visualizar estes em meio às ruas de qualquer conjunto, o que revela a ausência deste na Tabela 15, acima.

A seguir, a tabela com a distribuição do tempo do empreendimento dos entrevistados nesta pesquisa de campo.

A seguir, veremos a quantidade de ocupações que são geradas nesses empreendimentos pesquisados nesta pesquisa no complexo habitacional de Cajazeiras em Salvador.

Tabela 16 - Pessoas ocupadas ou empregadas

Empregados	Quantidade de entrevistados	%
0	28	62,22
1	8	17,78
2	3	6,67
3	3	6,67
4	2	4,44
5	1	2,22
6	0	0,00
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A Tabela 16 acima colabora por informar que 62,22% dos empreendedores entrevistados informaram não gerarem nenhuma outra ocupação além do proprietário, enquanto 17,78% disseram gerarem uma ocupação (ou emprego para aqueles formalizados) e apenas 2,22% geram 5 ocupações, ou seja, as atividades sediadas no complexo habitacional de Cajazeiras geram a ocupação, na maioria, para seus proprietários, denominado “por conta própria”, quando informal ou microempreendedor individual (M.E.I), quando formalizados, mas geram poucas ocupações e renda.

Tabela 17 - Recurso inicial

Origem do Recurso	Quantidade de entrevistados	%
Próprio	36	80
Família	5	11,11
Fornecedores	4	8,89
Total	45	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A maioria dos empreendedores, ou seja, 80,00% da amostra constituíram suas atividades com recursos próprios, seja uma poupança feita ao longo do tempo, com uma rescisão do último trabalho, enquanto 11,11% contaram com apoio de familiares para erguerem sua atividade, e apenas 8,89% usaram dos créditos oferecidos por fornecedores para constituírem suas atividades, sejam comerciais ou serviços, conforme visto na Tabela 17,

anteriormente discutida. Por sua vez, as atividades constituídas e sediadas em Cajazeiras representam, para 60%, a renda principal de seus proprietários, e para 40%, rendas complementares, conforme mostra os dados da Tabela 18, abaixo.

Tabela 18 - Renda

Importância da Renda	Quantidade de entrevistados	%
Principal	27	60,00
Complementar	18	40,00
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Como a maioria das atividades individuais, por conta própria ou micro empreendedor individual, conforme descrito na Tabela 17, estes se constituem, portanto, em o principal meio de geração de renda, conforme descrito no percentual, de 60%, que têm na sua atividade a fonte de sua renda, enquanto 40%, não menos importante, empreendem para complementarem renda familiar, configurando estas atividades, em sua totalidade, como importante tanto econômica quanto socialmente para os indivíduos que as tocam, quanto à comunidade de Cajazeiras, onde oferecem mercadorias e serviços, necessários a reprodução socioeconômicas de todos que ali residem.

Tabela 19 - Faturamento mensal

Faturamento	Quantidade de entrevistados	%
Menos de 1/2 s.m	3	6,67
De 1/2 a 1 s.m	7	15,56
1. 1/2 s.m	0	0,00
Até 2.1/2 s.m	10	22,22
Até 3 s.m	10	22,22
3. 1/2 s.m	2	4,44
Até 4 s.m	9	20,00
Até 5 s.m	2	0,00
Mais de 6 s.m	2	0,00
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nota: Salário Mínimo (s.m) - R\$ 788,00, segundo o Ministério do Trabalho (M.T.E) (2015).

Os empreendedores com faturamento bruto mensal com menos de 1/2 salário mínimo (s.m), ou seja, R\$ 394,00 (trezentos e noventa quatro reais) até 3 s.m, até R\$ 2.364,00 (dois

mil trezentos e sessenta e quatro reais), representam 66,67% da amostra, enquanto 44,44% tem nas suas atividades faturamento bruto entre dois e meio e três salários mínimos, e 20% da amostra tem faturamento até quatro salários, isto é, até R\$ 3.152,00 (três mil cento e cinquenta e dois reais). Levando em conta que esses valores representam os valores brutos médios de faturamento, os valores líquidos, que se transformam em renda, são menores dada a dedução dos custos diretos e dos demais gastos para manterem a atividade funcionando.

Dadas essas condições das atividades entrevistadas, vejamos a seguir o acesso dos mesmos ao crédito bancário.

Tabela 20 - Crédito bancário

Operações	Quantidade de entrevistados	%
Nunca fez	21	46,67
Fez 1 vez	10	22,22
Fez 2 vezes	6	13,33
Fez 3 vezes	1	2,22
Fez mais de 3 vezes	7	15,56
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A Tabela 20 indica que 46,67% da amostra dos empreendedores com perfil de clientes do microcrédito nunca teve acesso a crédito bancário, contra 22,22% que já fez uma operação de crédito em um dos bancos da rede bancária existente em Salvador, enquanto 13,33% fizeram duas operações e apenas 2,22% fizeram três operações. Os dados acima reforçam a dificuldade da maioria dos indivíduos, com destaque para os mais pobres, em ter acesso ao sistema financeiro nacional, argumento trabalhado ao longo dessa dissertação.

Aproveitando a discussão em torno do acesso ao crédito, vejamos como os indivíduos entrevistados se comportam com o microcrédito, na Tabela 21 abaixo, oportunidade para contrapor o sistema financeiro bancário com a alternativa de crédito via instituições plurais não bancárias, que caracterizam o sistema de microcrédito no Brasil.

Tabela 21 - Acesso ao microcrédito

Acesso	Quantidade de entrevistados	%
Não Conhece	8	17,78
Tem acesso	37	82,22
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Do total da amostra da pesquisa aplicada, 82,22% informaram conhecer o microcrédito e ter acesso via as instituições Ceape, o programa Crediamigo do BNB, Credibahia do Desenbahia, entre outros tais como o programar Crescer da Caixa Econômica, Santander. Vejamos como se distribuem os clientes de microcrédito entre as instituições a seguir na Tabela 22.

Tabela 22 - Instituição de microcrédito

Instituição	Quantidade de entrevistados	%
Nenhuma	8	17,78
Crediamigo/BNB	10	22,22
Ceape	17	37,78
CrediBahia/Desenbahia	2	4,44
CEADe	0	0,00
Outras	8	17,78
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Entre os entrevistados, a OSCIP de microcrédito Ceape tem o maior número de clientes que, entre as instituições, seguido pelo programa Crediamigo com 22,22% e 4,44%, tomaram microcrédito no programa CrediBahia. Nenhum dos entrevistados tomou crédito da ONG CEADe. Vale lembrar que esse é um retrato do momento da aplicação da pesquisa, que se modifica ao longo do tempo, podendo os clientes ter acesso paralelo a dois ou até mais programas de microcrédito, o que foi percebido no momento da pesquisa, onde vários entrevistados sinalizaram ser clientes do Ceape e Crediamigo, paralelamente, ou mesmo, terem tomado crédito no Crediamigo e depois passaram para o Ceape e vice-versa. Este programa de microcrédito do BNB e a instituição Ceape dividem o mercado de microcrédito em Cajazeiras.

A seguir, vejamos o grau de maturidade dos empreendedores informais e formais em Cajazeiras nos programas e instituições de microcrédito na Tabela 23.

Tabela 23 - Microcrédito

Operações	Quantidade de entrevistados	%
Nunca fez	8	17,78
Fez 1 vez	17	37,78
Fez 2 vezes	3	6,67

Fez 3 vezes	5	11,11
Fez mais de 3 vezes	12	26,67
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A amostra demonstrou que 37,78% fizeram até o momento da entrevista apenas uma operação de microcrédito, enquanto 26,67% já haviam feito mais de três operações e já apresentavam certa maturidade e experiência nos programas de microcrédito.

Tabela 24 - Valor do microcrédito

Intervalos-R\$	Quantidade de entrevistados	%
0,00	8	17,78%
100,00 a 500,00	1	2,22
600,00 a 1.000,00	6	13,33
1.100,00 a 1.500,00	4	8,89
1.600,00 a 2.000,00	7	15,56
2.000,00 a 4.000,00	12	26,67
5.000,00 a 10.000,00	7	15,56
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A Tabela 24 ao tratar do intervalo de valores de crédito tomados nas instituições e programas de microcrédito, revela que 26,67% dos entrevistados informaram tomar valores entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00, enquanto 15,56% tomaram crédito no intervalo entre R\$ 1.600,00 a R\$ 2.000,00, e também créditos maiores, no intervalo de R\$ 5.000,00 a 10.000,00, valores máximos para algumas instituições, enquanto outros programas, relacionados a banco de fomento, trabalham com créditos relativamente maiores.

Tabela 25 - Benefício para renda

Benefícios	Quantidade de entrevistados	%
Sem acesso ao microcrédito	8	17,78
Aumentou	37	82,22
Diminuiu	0	0,00
Não alterou	0	0,00
Não alterou muito	0	0,00
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Segundo os empreendedores pesquisados, 82,22% afirmaram que o microcrédito colaborou para aumentar de suas rendas, e contribuírem com a sobrevivência de seus proprietários e suas famílias. Estes empreendedores também informaram que o acesso ao microcrédito fortaleceu suas atividades, colaborou com sua expansão, seja no estoque de mercadorias, expansão física ou de alcance de atendimento, conforme pode ser visto na Tabela 26, abaixo.

Tabela 26 - Benefício para atividade

Intervalos-R\$	Quantidade de entrevistados	%
Sem acesso ao microcrédito	8	17,78
Fortaleceu	20	44,44
Ampliou	17	37,78
Gerou Endividamento	0	0,00
Não colaborou	1	2,22
Total	45	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A Tabela 26 demonstra que 44,44% consideram que suas atividades foram fortalecidas com o acesso contínuo ao microcrédito, enquanto 37,78% afirmaram que puderam ampliar suas atividades, em estoque, maior quantidade de mercadorias ou maior diversidade de produtos, para a maioria daqueles que desenvolvem comércio, enquanto os que prestam serviço avançaram com aquisição ou troca de equipamentos, infraestrutura que colaboram por continuarem a comercializar e prestar serviços aos seus clientes.

No que tange as críticas dos entrevistados sobre o microcrédito os mesmos se concentraram nas taxas de juros das operações, nos valores liberados do crédito e ao grupo solidário, no aval cruzado. As críticas em torno das taxas de juros aplicadas as operações se resume aos percentuais cobrados, onde uma parte considera alta, ainda que não souberam responder quanto e quais as menores. Ao fazer referencia aos custos da operação (taxa de juros) de microcrédito os empreendedores estabelecem uma comparação entre o valor recebido e o montante pago, e fizeram referencia ao programa do BNB, Crediamigo, que tem uma política de diminuição da taxa de juros a partir da permanência na carteira de crédito e o adimplemento das parcelas dos créditos liberados pela instituição, segundo o testemunho de parte dos empreendedores entrevistados. Contrapondo essa posição de parte dos entrevistados, um empreendedor afirmou que o microcrédito tem taxas melhores que os bancos do sistema

financeiro nacional, mas estes trabalham ainda com valores, relativamente pequenos, outra crítica aos programas e instituições de microcrédito.

Quanto aos valores emprestados, as instituições informam que emprestam valores no intervalo de R\$ 100,00 a R\$ 15.000,00, mas estes são progressivos e seguem aumentando seus valores ou não, conforme o comportamento do empreendedor e do grupo solidário que o mesmo participe e a capacidade de pagamento do empreendedor e do grupo, somada as condições de mercado local onde estes estão localizados o empreendimento, o ramo da atividade que trabalham, somada a conjuntura econômica do momento da liberação, que pode ser favorável ou desfavorável para o empreendedor.

Quanto ao aval cruzado, parte da metodologia do microcrédito, reconhecido internacionalmente, parte dos entrevistados indicaram este ponto como negativo nas operações de microcrédito, principalmente quando há problema de inadimplência de um dos membros do grupo, que obriga os demais assumirem o aval solidário, ou seja, a pagarem as parcelas abertas, como mecanismo de garantirem o aval cruzado entre os membros, o adimplemento do crédito e taxas baixas de inadimplência para as instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição do processo de expansão da cidade de Salvador no século XIX e principalmente no século XX, a partir da década de 1950, registada no capítulo 2, colaborou por entender como ocorreram as várias construções desta cidade ao longo do tempo, bem como aqueles mais e menos abastados colaboraram para formatarem essa cidade com enormes desigualdades culturais, religiosa, social e econômica, e conflitos.

Este trabalho de pesquisa, especificamente no complexo habitacional de Cajazeiras, em Salvador, permite afirmar inicialmente que o microcrédito encontrou ambiente mais favorável para sua estruturação e expansão, em Salvador, ante os demais municípios baianos, à medida que encontrou enorme território de pobreza em meio às pequenas ilhas de riqueza, associado aos grandes adensamentos populacionais intensificados no território da capital baiana a partir das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Soma-se a estes elementos, um extenso e consolidado circuito econômico inferior, localizados nas ruas, entre os camelôs e ambulantes, nos pontos de ônibus, em espaços de concentração, tais como os eventos festivos, carnavalescos e esportivos que ocorrem na cidade, que formam mercados com domínio dos micros empreendimentos informais ou formais nos bairros populares, favelas e invasões e conjuntos habitacionais periféricos e pobres, como o complexo habitacional de Cajazeiras, *locus* da pesquisa.

Segundo o IBGE (2015), em 2013, os moradores de Cajazeiras tinham renda média de R\$ 490,27, enquanto Patamares e Pituba, ambos no litoral soteropolitano, tinham renda, respectivamente, de R\$ 3.970,41 e R\$ 3.147,59, que significa oito e seis vezes a renda média dos indivíduos que residem no complexo habitacional de Cajazeiras, indicando a intensidade da desigualdades socioeconômicas no mesmo território.

O ambiente para a expansão do microcrédito a partir dos anos 2000 na Bahia mudou favoravelmente para as instituições e programas que oferecem o serviço à medida que encontraram apoio, ainda que não satisfaça todas as demandas dos atores envolvidos, na questão legal desencadeada na década de 1990, suporte financeiro do Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES, aumento e diversificações das instituições, e um aumento da rede de atendimento no espaço baiano e com forte ênfase no território de Salvador, dada a maior densidade demográfica desta cidade perante os 417 municípios baianos.

A pesquisa de campo no conjunto habitacional de Cajazeiras, no ano corrente, sobre o alcance do microcrédito ao mais pobre demonstrou que há uma ampla ação dos ofertantes naquele conjunto, com predominância do Ceape e do Crediamigo/BNB, que atende na sua maioria ao público feminino, com segundo grau incompleto e com idade acima de 40 anos.

Tais empreendedores residem em casa própria, são divorciados e a maioria não tem dependentes, geram sua renda principal a partir de atividades comerciais há mais de 6 anos, sem gerar nenhuma outra ocupação ou outra fonte de renda. Estes empreendedores, geralmente faturam até 3 salários mínimos, ou seja, até R\$ 2.364,00 bruto, tem pouco ou não têm acesso ao sistema financeiro nacional, na sua maioria, tomam crédito no intervalo de valores entre R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00. Tais indivíduos que julgam que o acesso contínuo ao microcrédito fortaleceu e ampliou suas atividades e colaborou para aumentar suas rendas e de suas famílias.

Os empreendedores informais ou mesmo formais, especificamente os micro empreendedores individuais (MEI), que compõe parte do “circuito econômico urbano inferior” (Santos, 2009), são importantes alternativas para gerar renda para parte da população sem acesso ao mercado formal de trabalho, à medida que geram renda e ocupação para milhares de indivíduos, compondo uma parte da economia cada vez mais dinâmica e com uma extensa e consolidada rede de atendimento que une os fabricantes, atacadistas formais e informais, de acordo com os setores, com os consumidores finais nos bairros periféricos, ruas, corredores urbanos e aglomerações, conjuntos habitacionais, favelas, invasões entre outras formas de vivencia coletivo urbanas, principalmente.

Assim, ainda que o microcrédito tenha alcançado parte desses empreendedores, com perfil típico do seu cliente, o desafio de acessar os mais pobres entre os pobres e poder intensificar seu papel social, enquanto ferramenta de inclusão socioeconômica continua e exige estratégias outras, já que este público mais carente, o acesso ao crédito contínuo e no tamanho adequado, com acompanhamento e apoio técnico, poderia, juntamente com outras ações de ordem pública, social e econômica, ter maior impacto e ajudar parte dessa parcela a sair da pobreza, ao longo do tempo, e acessarem outras oportunidades.

Levando em conta o **objetivo geral** desse trabalho, podemos concluir que as instituições de microcrédito, com seus vários formatos institucionais: ONG's, OSCIP's, banco de fomento estadual e banco regional de fomento, em Salvador, se aproximam de atender, com maior ênfase, seu objetivo social de conceder crédito aos empreendimentos informais menos estruturados e mais carentes, mas ainda não os alcançaram, seja por conta das dificuldades institucionais que os obrigam a viabilizar as operações com crédito médio de valores maiores,

que termina priorizando aqueles empreendimentos mais estruturados, com melhores condições de capital ou recursos, ou mesmo, por conta da dificuldade de transmitir informações do que fazem e como podem ajudar os empreendimentos que se encontram ainda na reprodução simples e usam do micro negocio para tentar garantir uma parca renda.

No que tange os **objetivos específicos** dessa dissertação, com base na pesquisa de campo e suas interpretações, podemos concluir que há entre as instituições pouca cooperação e muita competitividade, onde todas, como estratégia de ação, concentram suas ações em algumas áreas mais populosas tais como o complexo habitacional de Cajazeiras, mas não chegam ainda ao empreendedor mais pobre, entre os pobres.

No que tange os formatos institucionais dos ofertantes, a OSCIP (Ceape) e o banco regional de fomento (Crediamigo), se mostraram em Cajazeiras, mais presentes e com forte ação para ampliarem suas carteiras de crédito, mas ainda com dificuldade de se fazerem chegar as pequenas produções, geralmente funcionando dentro das casas e apartamentos e os micros negócios informais de sobrevivência ou de acumulação simples, onde poderiam ter o maior impacto social naquele espaço.

Levando em conta esse conjunto de informações podemos concluir que as instituições de microcrédito que atuam em Cajazeiras colaboraram na atenuação da pobreza dos empreendedores naquela localidade ao oferecerem crédito em um conjunto habitacional com grande aglomeração populacional com cerca de 60 mil habitantes e que serve de centro comercial e de serviços para uma população no total de 178.487 indivíduos, quando somados ao seu entorno: Castelo Branco, Pau Miúdo, Fazenda Grande I,II, III e IV, Águas Claras.

Com uma renda média de R\$ 490,27 (quatrocentos e noventa reais e vinte sete centavos), oito e seis vezes, respectivamente, abaixo da renda média nos bairros de Patamares e Pituba, as instituições ofertantes em Cajazeiras encontram dificuldade para fazer chegar crédito aqueles empreendedores informais que trabalham diariamente com poucos recursos e tiram desses o pequeno lucro para tentarem sobreviver diariamente. Perfil de empreendimentos que distantes de apoio público, precisam do crédito e do suporte técnico para continuarem gerando renda e tentarem mudarem, paciente e progressivamente, essa realidade.

Estes empreendedores de reprodução simples, que se destina a reprodução socioeconômica diária de sua família, são obrigados a lidarem diariamente com muitas dificuldades, entre as quais a dificuldade (há anos) de acessar o microcrédito, como foi demonstrada nesta pesquisa. Realidade que preserva o *status quo*, a pobreza entre milhares e a desigualdade enorme existente na cidade de Salvador, exigindo atenção dos poderes públicos

e das instituições que lutam contra a pobreza nas esferas locais, regionais, nacionais e mundiais.

É consenso que doses contínuas de microcrédito, seguido de orientação, ajudam a formar um pequeno capital de giro, garantem a existência de milhares de atividades econômicas e podem retirar estes empreendedores do estado de pobreza que se encontram e permitirem acessar outras oportunidades sociais e econômicas. Colaborando positivamente, no médio e longo prazo, com a mudança do quadro social de Cajazeiras e de Salvador.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Controvérsia científica e mercados contestáveis: o caso dos organismos geneticamente modificados. **Revista de Direito Público da Economia**, v. 21, p. 185-212, 2008. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/>>. Acesso em: 23 de mar. 2015.
- ALMEIDA, R. B. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Salvador. **Revista de desenvolvimento Econômico – RDE**, Ano XI, n.19, p. 82-101, jan. 2009.
- AMADEO, E. J. A Revisão keynesiana e a prática dos multiplicados. In: AMADO, A. M. et. al. **Moeda e produção: teorias comparadas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p.139 -162.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: sumário – procedimento. Rio de Janeiro, 1989.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- CANO, W. **Introdução à economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 264 p.
- ALVES, Sergio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças**: democratização do crédito no Brasil, a atuação do Banco Central. 3. ed. rev. e ampl. Brasília: BCB, 2006. 91 p.
- ASPECTOS sociais das desigualdades na Bahia. Salvador: SEI, 268p. (Estudos e Pesquisas, 78)
- AZEVEDO, Thales Olímpio Góes de. A economia baiana em torno de 1850. **Planejamento**, Salvador, v.5, n.4, p. 7-54, out./dez. 1977.
- AZEVEDO, Thales Olímpio Góes de. **O povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969. 427 p.
- BACEN. Brasília. **Contém informações institucionais, técnicas, notícias, projetos e serviços**. Disponível em: <<http://www.bacen.fazenda.gov.br>> Acesso em: 22 fev. 2015.
- BAHIA. Decreto n. 9.427, de 18 de maio de 2005. Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000. **Diário Oficial do Estado**, Bahia: ano 89, n. 18844, p. 1, 19 de maio 2005. Bahia. Decreto n. 7.798 de 05 de maio de 2000. Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, dos

programas a ele vinculados e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Bahia: ano 87, n.18.299, p.1, 6 jul. 2000.

BAHIA. Decreto n. 8.826 de 18 de dezembro 2003. Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000. **Diário Oficial do Estado**, Bahia: ano 87, n.18.477, p.1, 19 dez. 2003.

BAHIA. Decreto n. 8.571 de 25 de junho de 2003. Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, ano 87, n. 18.299, p. 1, 26 jun. 2003.

BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial 2000/2001: lucha contra la pobreza**. Washington: Banco Mundial, 2001. 353 p.

BNB. Fortaleza. [Portal]. Contém informações institucionais, técnicas, notícias, projetos e serviços. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/redeatendimento_bahia.asp> Acesso em: 15 de ago. 2014.

BRASIL. Lei 9790 de 23 de março 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.14, jun. 2000. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/publicacoes/revista.html>. Acesso em: 28 mar. 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, 153-174, jun. 2000.

CANO, W. **Introdução à economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 264

CANUTO, O. Doses de microcrédito contra a pobreza. **Valor Econômico**, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo152.htm>> Acesso em: 26 de fev. 2015.

CARVALHO, Inaiá M.M.; PEREIRA, Gilberto Corso (Coord.). **Como anda Salvador**. Salvador: Edufba, 2006.

CARVALHO, F. C. et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Campus, 2000. p. 454.

CARVALHO, J.; WANDERLEY, L. A. Ação pública e pobreza sob a teoria de Myrdal. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.17, n.1, p. 695-705, abr./jun. 2007

CAVALCANTE, A T. **Financiamento e desenvolvimento local: um estudo sobre arranjos produtivos**. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2006. 160 f.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Desigualdades regionais no Brasil: uma análise de 1985 – 1999**. Salvador: UFBA, [200?]. Disponível:

<<http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/{164D8221-FE3C-4109-9ECA-7C305F3EEC99}>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

CAVALCANTE, L. R. M. T.; FAGUNDES, M. E. M. Redes de cooperação e desenvolvimento local: um modelo conceitual de subsídio à formulação de políticas públicas. **Revista DESENBAHIA**, Salvador: DESENBAHIA, v. 4, n. 6, p. 45-60, mar. 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CORRAGIO, José Luis. O que significa passar da economia popular à economia do trabalho?. **Revista Proposta – FASE**, n. 98, . p.12-19, set./nov. 2003.

CORSINI, J. N. M. **Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia**. Salvador: UNIFACS, 2007. 180 f.

CROCCO, M.; SICSÚ, J. Em busca de uma teoria da localização dos bancos: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 25-42, 2003. Disponível em: <www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85_112.pdf> Acesso em: 23 ago. 2014.

DANTAS, V. de A. **Tecnologia do microcrédito: doze anos de experiência da Rede CEAPE**. Brasília: FENAPE, 1999. 6 p.

DISTRIBUIÇÃO Espacial do PIB per capita em 2005. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/cartogramas/5_distribuicao_espacial_do_PIB_per_capita_em_2005.pdf>. Acesso em: 5 maio 2015.

ESTRATÉGIA de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Bahia. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/plano_plurianual_2008/6_PPA ESTRAT DE DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2015.

EVOLUÇÃO e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-200). Salvador: SEI, 2008. 274 p. il. (Série Estudos e Pesquisas, 78).

FALCÃO, Edgar de Cerqueira. **A fundação da Cidade do Salvador em 1549**. Memorial apresentado a Câmara municipal da Cidade do Salvador em maio de 1949, Reliure Inconnue – 1949. Salvador: Câmara municipal da Cidade do Salvador, 1949.

FONTES, Â. M. M. **A expansão das microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 2004. 203 p.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 220 p.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo Cultural, 1963. 270 p.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2. ed. 1. reimpr. 2010. 306 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 249.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes-selo Martins, 2014, p. 294.

HOLLIS, Aidan; SWEETMAN, Artur. Microcredit: What can we learn from the past? **Word Development**, Elsevier, v.26, n.10, p. 1875-1891, oct. 1998;

IBGE. [Portal]. Contém informações institucionais, técnicas, notícias, projetos e serviços. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

KRAYCHETE, E. S. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. Salvador: UFBA, 2005. 225 f.

KRAYCHETE, E. S. Bancos e crédito no desenvolvimento recente da Bahia. **Caderno CRH**, Salvador, v.22, n 55, p. 77, jan./abr. 2009.

LANDIM, C. C. M. **O microcrédito no Estado da Bahia: a experiência da Instituição de Crédito Itabuna Solidária**. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Salvador - UNIFACS. Mestrado em Administração Estratégia, Salvador, 2006.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec; Edusp – Estudos Urbanos, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 176 p.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 9. ed. rev. amp. atual. São Paulo: Atlas, 2005. 496 p.

LOPES, L. M. ;VASCONCELOS, M. A. S. (Orgs.). **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. São Paulo: Atlas, 2000. 388 p.

LOPES, B. M. **Análise da evolução do microcrédito na Bahia (1973-2008)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 120 p.

KUMAR, Anjali. **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo: Perspec.** [online]. 2000, v.14, n.4, p. 21-33.

MONZONI Neto, M. P. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006. 195 f

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 239 p.

NICHER Simeon; GOLDMARK, Lara; FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

NOGUEIRA JÚNIOR, P. B. **A economia como ela é**. Rio de Janeiro: Boi Tempo, 2001. 441 p.

OLIVEIRA, T. N. **A atuação do governo e da sociedade civil na execução do microcrédito**: um enfoque do CREDIAMIGO do Banco do Nordeste e no Banco do Povo de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2007. 87 f. il.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica a razão dualista. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1981. Originalmente publicado pelo Cebrap, em 1972.

PARENTE, S. **Microfinanças**: saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. 192 p. (Prazer em conhecer, 1).

PEDRÃO, F. **Raízes do capitalismo contemporâneo**. Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996. 262p. (Economia e Planejamento, 1. Obras Didáticas, 7).

PERROUX, François. A empresa motora em uma região motora. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, B. Horizonte, v.1, n.1 1961.

PESSOTI, G. C. Uma leitura da Economia Baiana pela Ótica do PIB - 1975-2005. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 14, p. 78-90, 2006.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia. Difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2002.

REVISTA PLANEJAMENTO NA BAHIA. Salvador: Fundação de Pesquisas – CPE, v.5, n. 4, out./dez. 1973, p.1-136.

ROBINSON, Marguerite S. **The Microfinance revolution**: sustainable finance for the poor. [S.l.]: The International Bank for Reconstruction and Development, World Bank, 2001.

ROCHA, A. MELLO, R. C. **O desafio das microfinanças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. (Estudos COOPEAD). 239 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151 p.

SAMPAIO, Consuelo Novais. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1994. 375 p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004. 433 p. (Coleção Ciências Sociais).

SANTOS, Milton. **Por uma globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 174p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 174 p.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**: estudo de geografia urbana. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 205 p.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 204 p.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da Economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. 433 p.

SANTOS, Mario. **A república do povo: sobrevivência e tensão (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2001. 203 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 169 p.

SCHEINOWITZ, A.S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998. 314 p.

SEBRAE BAHIA. **Uma pequena grande ajuda**. Salvador: SEBRAE, 2002. 15 p.

SEBRAE. Bahia. [Portal]. Contém informações institucionais, técnicas, notícias, projetos e serviços. Disponível em: <<http://www2.ba.sebrae.com.br>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Reavaliando os princípios problemas de Salvador. **Cadernos de Geociência**, n.5, 1996.

SILVEIRA, C M. **Trabalho e renda: ações institucionais de fomento no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE/GTZ/NAPP/SACTES, 1995.

SILVEIRA, C M; MELLO, R. **Setor informal urbano: projeto de geração de emprego e renda no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 1991.

SINGER, Paul, Apresentação. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**, São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004. 151 p.

SOUZA, N. J. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 87/112, jan./jul. 2005.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: UNIFACS, 2003. 342 p. il.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Salvador: UNIFACS. 2009. 528 p.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma visão pós keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.13, n.1, p.101-108, jan./mar. 1993.

THALES DE AZEVEDO. **Povoamento da cidade de Salvador**. Salvador. Editora Itapuã.. 1969. p. 427. (Coleção Baiana).

TEIXEIRA, F. ; GUERRA, O. 50 anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. n.1, p.87-98, jul. 2000.


TOSCANO, Idalvo. **Microcrédito: uma filosofia de mudança**. São Paulo: Federação de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), 2001.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. (Hermano Vianna; Karina Kuschnir; Celso Castro Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 198 p.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. 1. ed.; 3. reim. São Paulo: Ática, 2001. 343 p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO - CAJAZEIRAS

 UNIFACS <small>UNIVERSIDADE SALVADOR</small> <small>LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES</small>			
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano/PPDRU			
Questionário - Pesquisa de Campo - Cajazeiras			
Data:		Nome do Entrevistador	
Nome do Entrevistado		Localização:	
Atividade		Bairro Cajazeiras	
Dados do Empreendedor e sua família			
1 Gênero	2 Idade	3 Estado Civil	4 Nº de Dependentes
<input type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/> Masc.	<input type="checkbox"/> 18-25 <input type="checkbox"/> 26-30 <input type="checkbox"/> 31-40 <input type="checkbox"/> Maior de 40	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 11 <input type="checkbox"/> 21 <input type="checkbox"/> 31 <input type="checkbox"/> 41 <input type="checkbox"/> 51 <input type="checkbox"/> 61
5 Tipo de Residência	6 Escolaridade	<input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> União Estável	Quantos filhos crianças
<input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada		<input type="checkbox"/> Divorciado	<input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 11 <input type="checkbox"/> 21 <input type="checkbox"/> 31 <input type="checkbox"/> 41 <input type="checkbox"/> 51 <input type="checkbox"/> 61
<input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> Família			
Dados do Empreendimento			
1 Ramo da Atividade	2 Tempo do Empreendimento	3 Tipo de Organização	4 Nº Empregados
<input type="checkbox"/> Comércio	<input type="checkbox"/> Menos de 1 ano <input type="checkbox"/> 1-1/2 ano <input type="checkbox"/> 1-2 anos	<input type="checkbox"/> Formal	<input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 11 <input type="checkbox"/> 21 <input type="checkbox"/> 31 <input type="checkbox"/> 41
<input type="checkbox"/> Serviço	<input type="checkbox"/> 2-4 anos <input type="checkbox"/> 5-6 anos <input type="checkbox"/> Mais de 6 anos	<input type="checkbox"/> Menos de 1 <input type="checkbox"/> Mais de 1 ano	Formal: <input type="checkbox"/> 11 <input type="checkbox"/> 21 <input type="checkbox"/> 31 <input type="checkbox"/> 41
<input type="checkbox"/> Indústria		<input type="checkbox"/> Informal	Familiar: <input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 11 <input type="checkbox"/> 21 <input type="checkbox"/> 31
5 Recurso Inicial	6 Renda proveniente da atividade	7 Faturamento Mensal	
<input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Parente	<input type="checkbox"/> Principal	<input type="checkbox"/> Menos de 1/25.M <input type="checkbox"/> De 1/2 a 15.M <input type="checkbox"/> 11 1/25.M <input type="checkbox"/> 1M 15.M	
<input type="checkbox"/> Fornecedor <input type="checkbox"/> Agiota	<input type="checkbox"/> Complementar	<input type="checkbox"/> 1M 15.M <input type="checkbox"/> 21 1/25.M <input type="checkbox"/> 1M 45.M <input type="checkbox"/> 1M 55.M	
8 Crédito Bancário	9 Micro Empreendedor Individual	10 Acesso ao Microcrédito	11 Acesso ao Microcrédito
<input type="checkbox"/> Já fez <input type="checkbox"/> Nunca fez	<input type="checkbox"/> Menos de 1 ano <input type="checkbox"/> 1-1/2 ano <input type="checkbox"/> 1-2 anos	<input type="checkbox"/> Tem acesso <input type="checkbox"/> Não conhece	<input type="checkbox"/> Já fez <input type="checkbox"/> Nunca fez
<input type="checkbox"/> Continua fazendo	<input type="checkbox"/> 2-4 anos <input type="checkbox"/> 5-6 anos <input type="checkbox"/> Mais de 6 anos	Instituição:	<input type="checkbox"/> Continua fazendo
<input type="checkbox"/> Fez 1 operação		Credenciado <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Fez 1 operação
<input type="checkbox"/> Fez 2 operações		Caspe <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Fez 2 operações
<input type="checkbox"/> Fez 3 operações		Cade <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Fez 3 operações
<input type="checkbox"/> Fez mais de 3 operações		Desatualizado <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Fez mais de 3 operações
12 Valor do Crédito	13 Não acessa o Microcrédito	14 Benefícios do Microcrédito	
<input type="checkbox"/> De R\$ 100,00 a R\$ 500,00	Por que não usa?	Renda	Atividade
<input type="checkbox"/> De R\$ 600,00 a R\$ 1.000,00		<input type="checkbox"/> Aumentou	<input type="checkbox"/> Fortaleceu
<input type="checkbox"/> De R\$ 1.100,00 a R\$ 1.500,00		<input type="checkbox"/> Diminuiu	<input type="checkbox"/> Ampliou
<input type="checkbox"/> De R\$ 1.600,00 a R\$ 2.000,00		<input type="checkbox"/> Não alterou	<input type="checkbox"/> Melhorou produtividade
<input type="checkbox"/> De R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00		<input type="checkbox"/> Não alterou muito	<input type="checkbox"/> Não colaborou
<input type="checkbox"/> De R\$ 5.000,00 a R\$ 20.000,00			Por que?